



Universidade Estadual do  
Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO – UENF  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS  
SOCIAIS – PPGPS**

**CENSO PESCARTE ENQUANTO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE  
MOBILIZAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL DA  
BACIA DE CAMPOS**

**RAFAEL MORAES DA SILVA**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ  
SETEMBRO – 2023**

**CENSO PESCARTE ENQUANTO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE  
MOBILIZAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL DA  
BACIA DE CAMPOS**

**RAFAEL MORAES DA SILVA**

Dissertação apresentada à banca  
examinadora do Programa de Pós-  
Graduação em Políticas Sociais, da  
Universidade Estadual Norte Fluminense  
Darcy Ribeiro – UENF, como requisito final  
para a obtenção do título de Mestre em  
Políticas Sociais.

**Orientadora: Profª. Drª. Lilian Sagio Cezar**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ  
SETEMBRO – 2023**

**FICHA CATALOGRÁFICA**

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

S586 Silva, Rafael Moraes da.

CENSO PESCARTE ENQUANTO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL DA BACIA DE CAMPOS / Rafael Moraes da Silva. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

110 f.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2023.

Orientadora: Lilian Sagio Cezar.

1. Políticas Sociais. 2. Educação. 3. Licenciamento Ambiental. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

**CENSO PESCARTE ENQUANTO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE  
MOBILIZAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL DA  
BACIA DE CAMPOS**

RAFAEL MORAES DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovado em: 01/09/2023.

Banca examinadora:

---

**Ana Maria Dantas Soares (Ciências Sociais em Desenvolvimento – UFRRJ)  
Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ)**

---

**Igor Alex Binder d'Angelis (Ecologia Humana – UNL)  
Universidade Nova de Lisboa (UNL)**

---

**Leandro Pinho Garcia (Ciências da Religião – UFJF)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF**

---

**Lilian Sagio Cezar (Antropologia Social - USP)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF  
(Orientadora)**

## AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos ao Senhor Jesus, de quem sou devoto por crer ser alguém que dificilmente caberia no imaginário humano. Essa devoção se difere da imagem doutrinária religiosa mais difundida, mas se consolida pelas características mais humanas nele encontrada, a do amor, da partilha, da solidariedade, da rebeldia religiosa e política, da aceitação do diferente, da diversidade, do pobre, dos doentes, das mulheres e das crianças.

Agradeço à minha família, do barulho, da pesada, de tantos conflitos e resistências. Estamos indo longe, quem diria!? Os migrantes paraenses, do casal adolescente, longe do açaí e da farinha, entrando na Universidade e indo para a Pós-graduação. Parecia impossível, mas estamos conseguindo.

Agradeço ao meu mentor Teófilo Augusto, que começou isso tudo. Professor da Graduação, duro, perfeccionista, exigente, que nunca aceitou menos do que o meu esforço máximo. Alguém que se tornou um pai, numa cidade na qual eu não conhecia ninguém, que me pegou pela mão, que me levou para uma entrevista de bolsa de Iniciação Científica, num projeto de Educação Ambiental em que fui me desenvolvendo e sendo promovido. O que me acompanhou por livre vontade para assistir à apresentação do meu primeiro artigo científico, que mesmo estando hoje no norte do país ainda me supervisiona, liga e aconselha. Acho que precisaria de muitas páginas para dizer o tanto que fez por mim.

Preciso agradecer a outras duas famílias que me ampararam nessa aventura que foi tentar uma Graduação em outra região do Estado do Rio de Janeiro, a do Pai Christiano e meu irmão do coração “Chuck”, que me alimentaram, foram meus suportes em tempos difíceis, em todos os aspectos. Eu não tenho como retribuir o tanto que fizeram por mim, pois há coisas que dinheiro não paga. Minha outra família do Alto do Cardeiro, sou o único não sanguíneo no grupo dessa família, pai Zé e mãe Denise, dois anjos que por algum motivo que não sei qual resolveram me adotar, cuidaram de mim numa fase muito adversa, que compraram todas as minhas brigas literalmente, que me deram uma irmã que não posso deixar de mencionar, Laís “furacão”, que tenta me fazer ser mais aventureiro, mas eu fujo pois dá muito trabalho essa coisa de aventura...

Nesse momento tão significativo da minha vida não posso deixar de citar duas pessoas que contribuíram muito na minha trajetória, Carolzinha Viana, uma amiga

incrível que me empresta dinheiro sem juros. Nunca fui despejado graças a você. Luana Leal, que revisou meu pré-projeto de mestrado e estudou os textos comigo para a prova, vale destacar que todas as pessoas que ela orientou e ajudou a estudar conseguiram uma vaga.

Preciso agradecer ao Professor Geraldo Timóteo, Coordenador Técnico do Projeto de Educação Ambiental PESCARTE, quem me deu muitas oportunidades, acreditou no meu trabalho, me ajudou em tempos difíceis, flexibilizou meus horários de trabalho para continuar estudando desde a Graduação. É uma honra ter conhecido alguém como você, obrigado inclusive por ter financiado esta pesquisa de Mestrado, nada disso seria possível sem a sua ajuda. Agradeço também sua esposa Karina Ritter, quem está sempre puxando minha orelha, de forma merecida, mas que não desiste de mim, pagou inclusive minha inscrição para o processo, num momento em que não tinha como pagar, me incentivou a tentar novamente, pois já tinha tentado e sido reprovado. Seu suporte financeiro e afetivo me fizeram acreditar de novo e chegar até aqui. Muito obrigado a vocês!

Agradeço à toda comunidade da Universidade Estadual do Norte Fluminense, aos professores, colegas de turma, funcionários e toda sorte de pessoas que fazem esta ser um espaço tão incrível, acolhedor e de um nível que nos faz ter orgulho institucional.

Agradeço ao Projeto de Educação Ambiental PESCARTE, toda sua equipe e sujeitos da ação educativa. Agradeço à equipe de Quissamã, na figura de Jéssica, dona Geralda e Adrya que me deram suporte para terminar essa pesquisa. Agradeço aos entrevistados, Eli e Renata, em quem me inspirei a ter força, lutar e sonhar com um futuro melhor. Não posso deixar de mencionar Denise, Coordenadora Pedagógica que pagou minha inscrição para tentar um mestrado no IFF, no qual passei, mas acabei por escolher a UENF, obrigado por me fazer acreditar e abrir minha mente para o trabalho e a vida.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Professora Lílian, que pegou minha fase mais deprimida e sufocada. Que soube de tudo que me aconteceu logo no começo do Mestrado e me deu suporte. Obrigado pela humanidade, por acreditar em mim e não me deixar desistir, obrigado pelo conhecimento absurdo que me passou e pela paciência que teve comigo.

*“Deve fazer parte de nossa formação discutir quais são estas qualidades indispensáveis, mesmo sabendo que elas precisam de ser criadas por nós, em nossa prática, se nossa opção políticopedagógica é democrática ou progressista e se somos coerentes com ela. É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica”*

*(Freire, 2022, p. 61).*

## RESUMO

SILVA, Rafael Moraes da. **Censo Pescarte enquanto instrumento pedagógico de mobilização social das comunidades de pesca artesanal da Bacia de Campos.** Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2023.

O presente trabalho propõe investigar o Censo PESCARTE enquanto instrumento de mobilização social das comunidades de pesca artesanal na Bacia de Campos. As comunidades de Pesca Artesanal são comunidades tradicionais que dependem do meio físico natural para subsistência e perpetuação de seu modo de vida, mas que colide com os interesses da indústria petrolífera que se instalou nos locais os quais ocupavam primeiro. Como meio de mitigar os impactos negativos causados pela indústria petrolífera nos municípios limítrofes da Bacia de Campos, as empresas licenciadas devem seguir medidas exigidas pelo IBAMA como condicionantes para emissão de licenças de operação, dentre as quais, a implementação de Projetos de Educação Ambiental ou medidas compensatórias direta. O Projeto de Educação Ambiental PESCARTE é uma medida mitigatória e tem como objetivo final o fortalecimento da organização comunitária das comunidades de pesca artesanal por meio de Projetos de Geração de Trabalho e Renda. O Projeto previsto para 6 fases tem como tendência pedagógica a educação ambiental crítica, uma pedagogia progressista que preza pela intenção de propor aos sujeitos da ação educativa a reflexão sobre suas condições políticas e sociais. O objetivo geral da presente pesquisa consiste em analisar se o Censo PESCARTE funcionou enquanto instrumento pedagógico para mobilização social dos pescadores/as artesanais dos municípios atendidos pelo Projeto na Bacia de Campos. Para alcance de resultados foram escolhidas revisões bibliográficas que foram diluídas ao longo das seções divididas no eixo educacional, político de mobilização social, e do licenciamento ambiental. Por último a análise das entrevistas semiestruturadas com a coordenação técnica que elaborou o Censo PESCARTE em contraste com as avaliações de lideranças da comunidade de pesca de Cabo Frio e São João da Barra. Conclui-se que o Censo enquanto instrumento de mobilização social permitiu reflexão das realidades sociopolíticas das comunidades, promovendo maior engajamento no ato de convocação social das próprias comunidades, mesmo que todo o planejamento tenha esbarrado na necessidade de correções e que o processo esteja constantemente ameaçado de descontinuidade dentro do jogo político do licenciamento ambiental.

**Palavras Chaves:** Políticas Sociais; Educação; Licenciamento Ambiental.

## **ABSTRACT**

SILVA, Rafael Moraes da. **PESCARTE census as a pedagogical tool for social mobilization of artisanal fishing communities in the Campos Basin.** Campos dos Goytacazes, RJ: State University of Northern Rio de Janeiro Darcy Ribeiro - UENF, 2023.

This paper aims to investigate the PESCARTE Census as an instrument for the social mobilization of artisanal fishing communities in the Campos Basin. Artisanal fishing communities are traditional communities that depend on the natural physical environment for subsistence and the perpetuation of their way of life, but this is clashing with the interests of the oil industry, which has settled in the places they first occupied. As a means of mitigating the negative impacts caused by the oil industry in the municipalities bordering the Campos Basin, licensed companies must follow the measures required by IBAMA as conditions for issuing operating licenses, including the implementation of Environmental Education Projects or direct compensatory measures. The PESCARTE Environmental Education Project is a mitigation measure and its ultimate goal is to strengthen the community organization of artisanal fishing communities through Work and Income Generation Projects. The 6-phase project is based on critical environmental education, a progressive pedagogy that aims to encourage the subjects of the educational action to reflect on their political and social conditions. The general objective of this research is to analyse whether the PESCARTE Census worked as a pedagogical tool for the social mobilization of artisanal fishermen in the municipalities served by the project in the Campos Basin. In order to achieve the results, bibliographical reviews were chosen which were diluted throughout the chapters divided into the educational, political, social mobilization and environmental licensing axes. Finally, the analysis of semi-structured interviews with the technical coordinators who prepared the PESCARTE Census was contrasted with the evaluations of fishing community leaders from Cabo Frio and São João da Barra. The conclusion is that the Census, as an instrument of social mobilization, allowed for reflection on the socio-political realities of the communities, promoting greater engagement in the act of social convocation of the communities themselves, even though all the planning has come up against the need for corrections and the process is constantly threatened with discontinuity within the political game of environmental licensing.

**Keywords:** Social Policies; Education; Environmental Licensing.

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

BC – Bacia de Campos

CRFB/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

EA – Educação Ambiental

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

GAP – Gestão Ambiental Pública

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

LA - Licenciamento Ambiental

NT – Nota Técnica

PEA – Projeto de Educação Ambiental

PEA -BC – Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SAE – Sujeito da Ação Educativa

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

## SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
2. EDUCAÇÃO: DO SENTIDO DA PALAVRA ÀS PRÁTICAS PARA CONSTRUÇÃO SOCIAL .....	21
2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL: FUNDAMENTOS.....	23
2.2 EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL E IMPÉRIO.....	26
2.3 TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS LIBERAIS E PROGRESSISTAS.....	31
2.4 AS MACROTENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	36
3. MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	41
3.1 FORMAS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA.....	42
3.2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL: UMA HISTÓRIA DE REBELDIA .....	44
4. LICENCIAMENTO AMBIENTAL, O PEA-BC E SEUS PROJETOS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA A GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA .....	55
4.1 BREVE HISTÓRICO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL .....	55
4.2 O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA BACIA DE CAMPOS E A CRIAÇÃO DO PEA-BC.....	57
4.3 O PESCARTE E A PESCA ARTESANAL DA BACIA DE CAMPOS.....	59
5. O CENSO PESCARTE .....	63
5.1 O EDUCADOR SOCIOAMBIENTAL RECENSEADOR.....	67
6. RESULTADOS: ANÁLISE DO CENSO DO PEA PESCARTE, DE SUA CRIAÇÃO À SUA APLICAÇÃO SOB PERSPECTIVA DA COORDENAÇÃO TÉCNICA E SUJEITOS DA AÇÃO EDUCATIVA .....	69
6.1 ANÁLISE DA ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO TÉCNICA DO PEA PESCARTE.....	70
6.2 ENTREVISTA COM A LIDERANÇA DA PESCA ARTESANAL EM CABO FRIO-ELI DA COSTA .....	78
6.3 ENTREVISTA COM LÍDER COMUNITÁRIA EM SÃO JOÃO DA BARRA - FERNANDA .....	85
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	93
8. REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICE I - INFORMAÇÕES REFERENTES À PESQUISA.....	105
APÊNDICE II - COORDENAÇÃO TÉCNICA .....	107
APÊNDICE III – COMUNIDADE .....	109

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo dissertativo intitulado “Censo PESCARTE enquanto instrumento pedagógico de mobilização social das comunidades de pesca artesanal da Bacia de Campos”, enfoca a Educação Ambiental (EA) crítica dentro de um específico processo de mobilização social a saber: o Censo da pesca artesanal. Destaca-se, portanto, a necessidade de contextualizar o processo histórico de composição desse cenário que culminou no envolvimento de diversas instituições, pescadores e pescadoras artesanais da Bacia de Campos (BC).

O presente trabalho é fruto de inquietações a partir das experimentações do presente autor, a partir de uma construção acadêmica que começa na Iniciação Científica em 2015 e, que, perdura ainda ao ano de 2023 após diversas mudanças de cargos e experiências com as comunidades de pesca artesanal atendidas pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) PESCARTE.

A pesca artesanal recebeu no processo de Licenciamento Ambiental (LA), Federal uma série de recomendações e Programas de Compensações (PCAPs) e Projetos de Educação Ambiental (PEA) com caráter mitigador dos impactos diretos e indiretos. Este processo foi sucedido durante a existência de um órgão, a Coordenação Geral de Petróleo e Gás<sup>1</sup> (CGEPG) ligada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e dos Recursos Naturais Renováveis, que observou a pesca artesanal enquanto um dos grupos mais vulneráveis frente às gigantes petrolíferas que passaram a dominar seus locais de subsistência (Serrão, 2012).

Em se tratando de Educação Ambiental (EA), deve-se considerar que sua implementação segue uma perspectiva de pedagogia progressista, sendo mais específico, a macrotendência crítica e foi condicionada pelas políticas ambientais, num progresso que acompanhou o cenário sociopolítico do Brasil, que buscou fundamentos participativos que assegurassem a promoção da participação para a gestão compartilhada em seus diversos setores. De acordo com Serrão,

As formulações dos pressupostos teóricos e metodológicos da educação no processo de gestão ambiental e as ações promovidas pela então

---

<sup>1</sup> Desde 2004, a Coordenação Geral de Petróleo e Gás – CGPEG/IBAMA desenvolveu diretrizes para o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental (PEAs) baseados nos princípios da educação no processo de gestão ambiental, com ênfase na participação e na construção da cidadania política, instituindo processos de conquista de direitos e políticas públicas (Serrão, 2012).

Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA (CGEAM), ao longo da década de 1990 até o ano de 2007, possibilitaram um acúmulo que serviu de referência para a elaboração da proposta teórico-metodológica desenvolvida atualmente no âmbito do licenciamento ambiental federal. Por conta dessa iniciativa, há hoje no país, um conjunto de instrumentos jurídicos, teóricos e metodológicos que norteiam a educação ambiental no licenciamento, sob uma perspectiva crítica e socioambiental (Serrão, 2013, p. 2).

Ainda segundo a autora, a implementação de educação de caráter crítico e participativo acontece num período que compreende a recém redemocratização do Brasil, buscando suprir a necessidade de firmar de maneira institucional e legal uma vertente de educação que foi relegada durante o período da Ditadura Militar.

Outros importantes nomes a serem citados são os de José Silva Quintas, Frederico Loureiro e Philippe Layrargues, autores inspirados pelo patrono da educação brasileira Paulo Freire, enquanto pesquisadores e produtores de Políticas Públicas para a implementação de educação crítica e participativa no processo de EA para a Gestão Ambiental Pública (GAP) em âmbito nacional (Serrão, 2013), que culminou como direcionamento também para o Projeto de Educação Ambiental PESCARTE que, por ser o promotor do Censo da Pesca Artesanal, constitui objeto de análise do presente trabalho dissertativo.

Em sua obra intitulada “Introdução à gestão ambiental pública”, Quintas (2005) escreve, no âmbito do IBAMA, uma obra com explícita preocupação quanto à utilização do meio ambiente enquanto base para um progresso econômico que precisa ser criticamente analisado quanto à finitude dos recursos e impactos ambientais nas populações desses territórios, em especial, as populações historicamente mais vulneráveis. Outra preocupação desse autor, enquanto funcionário e Coordenador de Diretoria do IBAMA, era a necessidade de compor uma via realmente democrática e participativa para a gestão do meio ambiente.

Portanto, a prática da gestão ambiental não é neutra. O Estado, ao tomar determinada decisão no campo ambiental, está de fato definindo quem ficará, na sociedade e no país, com os custos e quem ficará com os benefícios advindos da ação antrópica sobre o meio físico-natural ou construído. Daí a importância de se praticar uma gestão ambiental participativa. Somente assim é possível avaliar custos e benefícios de forma transparente (Quintas, 2005, p. 31).

O autor deixa evidente que a busca da gestão ambiental participativa deveria rumar para a questão da cidadania, da ocupação de espaços decisórios e que, mesmo numa democracia, o Estado mediará, entre diferentes pólos, questões que acabarão influenciando no uso e ocupação do meio ambiente, que segundo a Constituição da

República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) no seu artigo 225, é um bem de todos (Brasil, 2023). Assim, o autor argumenta que uma educação que não promove a criticidade e mobilização social, fica alocada nas tendências liberais, as quais prezam pelo acúmulo de informações e preparação de pessoas num processo educacional alienador.

Frederico Loureiro (2016) organizou um livro intitulado “Educação Ambiental dialogando com Paulo Freire”, cujo prefácio conta com a participação de outro autor citado como base para formação desta proposta de EA Crítica de âmbito nacional, Layrargues. Nesta obra, Loureiro (2016, p. 156) conta sua inspiração nas obras de Paulo Freire em pensar uma educação que não transforma os seres humanos em receptáculos de informações frias e imediatistas, por outra que fosse crítica da realidade, dos modos de produção, do capitalismo e que tivesse um enfoque também no mundo do trabalho.

Para Layrargues (2002), a Educação Ambiental crítica é um rito social principalmente político, que não deve abrir mão de ser pensado e estruturado enquanto uma proposta que leve os educandos a uma consciência de suas realidades, do posicionamento das instituições existentes na sociedade e dos elementos criadores de disputas pelo meio ambiente entre os poderosos na sociedade e a população em geral.

As preocupações dos autores citados alocam um anseio de Paulo Freire, estabelecido na obra “Educação como Prática da Liberdade” (1967) em que o autor tece seu pensamento de que a liberdade da sociedade consiste em conseguir se situar política e socialmente. Embora o tema “liberdade” exija profunda reflexão e encontre em diversos pensadores dúvidas e reflexões sobre sua existência, focaremos na tese educacional freireana, ou seja, na necessidade de uma educação que exponha as realidades sociopolíticas de opressão e alienação das massas.

A etimologia da palavra política, tem sua raiz do grego *politikós*, designa tudo que está ligado à cidade. O termo está relacionado à caminhada da sociedade rumo ao poder, administração e cuidado da cidade, pode-se afirmar, portanto, que sua existência depende da inter-relação dos seres humanos. Pode-se concluir que a política diz respeito à ciência e arte de governar, de organizar a cidade (Passos, 2009).

Sob a perspectiva de necessidade de educação crítica e mobilização social para participação nas arenas de espaços de decisão existentes no Estado, a mobilização social se coloca num lugar de extrema relevância para a cidadania. Para

Timóteo (2019, p. 45) Mobilização social “...é um ato voluntário e livre de aceitação de um convite para a realização de um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados”. Para o autor, nessa voluntariedade a mobilização social se torna um ato com base sentimental, que se dá em razão de um propósito para a resolução de um impasse de cunho social. Nesse aspecto, a mobilização se torna também um ato de comunicação por se estabelecer a partir de uma necessidade compartilhada.

Timóteo (2019, p. 46) destaca também que a mobilização social enquanto ação coletiva, precisa ser um ato organizado e qualificado para aquisição e manutenção dos Direitos de Cidadania. Outro aspecto relevante em sua concepção é que a mobilização social constitui um eixo da Educação Ambiental crítica, para uma caminhada que busque emancipação e transformação das realidades sociais, desta forma, em sua visão “participação social, mobilização social e intervenção coletiva e organizada são sinônimos” (Timóteo, 2019, p. 46).

A pesca artesanal, nesse processo, foi contemplada pelo PEA PESCARTE enquanto Projeto de Educação Ambiental de caráter mitigador na linha de ação A, da Nota Técnica (NT – IBAMA 001/10) do IBAMA, cujo objetivo é:

Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental: desenvolver processos formativos junto ao público prioritário definido pelas diretrizes pedagógicas do IBAMA, a ser identificado na região por meio de diagnósticos participativos (NT – IBAMA 001/10P.4).

Vale ressaltar que a organização comunitária dessas comunidades já existia antes da criação do Programa de Educação Ambiental (PEA) da Bacia de Campos. É necessário explicitar, portanto, que o objetivo do programa foi estabelecer uma via educacional de apoio à organização já existente ou assessoria à criação de possíveis novas instituições (Campos; Timóteo, 2018), bem como a instrução de quais são e como participar dos espaços de decisão social, como: comitês, audiências públicas, secretarias, etc.

É passível de destaque, portanto, que a pesca artesanal se encontra em ampla rota de colisão com diferentes instituições, sejam públicas ou privadas pelo simples fato de existir. Enquanto categoria encaixada nos parâmetros constitucionais para ser considerada comunidades tradicionais, este mesmo motivo a coloca no foco de embates, pois, ainda que sejam comunidades de água doce ou salgada, sua subsistência reside justamente num ambiente altamente requisitado por amplo setor econômico. Seus conflitos socioambientais podem ocorrer contra a pesca industrial,

intuições portuárias, agrícolas, companhias petrolíferas e até mesmo contra o Estado, a depender dos interesses econômicos por detrás de um determinado território. É importante destacar o entendimento legal acerca dos povos e comunidades tradicionais:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, Decreto 6.040, 2007).

Na contramão dessa perspectiva determinada pelo Decreto, é possível verificar a presença de injustiças ambientais e ações de Racismo Ambiental, que é a forma como etnias vulneráveis podem ser expulsas, invadidas ou terem seus territórios usados para fins de alocação de rejeitos de comunidades privilegiadas. Diz respeito ao caso de injustiça ambiental, principalmente contra comunidades tradicionais, ribeirinhos, extrativistas dentre outros. Esse tipo de injustiça ambiental além de segregar o direito ao meio ambiente equilibrado faz com que, justamente as populações que dependem deste meio físico natural para sua subsistência, percam o direito de perpetuação de suas memórias e tradições.

O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expelem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida” (Herculano, 2008, p. 158).

O processo de Licenciamento Ambiental, apesar de ter instituído a criação de programas e projetos ambientais com o objetivo de compensar e mitigar impactos às comunidades afetadas pela indústria de extração de petróleo e gás, em especial as comunidades de pesca artesanal, também constituem uma arena decisória para instituir quem fica e quem sai do território de maneira legal e, exatamente por isso , acaba compondo um emaranhado de instituições ligadas a este processo.

No caso do PEA PESCARTE, este é resultado de uma condicionante determinada pelo IBAMA, que, ainda que possua vários setores e, cada qual, com um objetivo diferente, esta instituição, ligada ao Estado, mediou o licenciamento da Petrobras S.A para explorar territórios de comunidades de pesca artesanal, com a condicionante de mitigar os impactos com compensações e manutenção de projetos de Educação Ambiental crítica com objetivos mitigatórios. Cabe ressaltar que a Petrobras S.A é uma estatal de economia mista, portanto, também um ente do Estado.

O PEA PESCARTE, para tentar alcançar seu objetivo final (fortalecimento da organização comunitária), criou diversas estratégias de mobilização social, dentre elas o Censo da Pesca. Esta estratégia está, no presente momento, em sua segunda etapa, ou seja, um primeiro Censo já foi feito nos anos de 2014-15 e teve como desdobramento um livro que narra sua concepção e execução (TIMÓTEO *et. al.*; 2019). Este Livro, intitulado “Trabalho e Pesca no Litoral Fluminense: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte” conta com diversos artigos confeccionados a partir dos dados gerados pelo Censo, todavia, chama a atenção os capítulos que narram questões sobre a adesão das comunidades entrevistadas ao PEA, suas relações com outros tipos de economia, a solidária, por exemplo, justiça ambiental e até antropologia e memória.

A proposição e realização deste Censo da pesca artesanal também se justifica mediante a fragilidade do próprio processo de Licenciamento Ambiental que, ao longo de sua existência, descontinuou e modificou o escopo de Projetos de Educação Ambiental implementados junto às comunidades da pesca artesanal. O PEA PESCARTE, escolheu então, um caminho sensível de fazer um alto investimento numa estratégia de mobilização social e apresentação de sua equipe adaptada às comunidades artesanais, sob risco de empreender críticas institucionais e das comunidades atendidas.

Denota-se, que a aplicação do primeiro Censo ocorreu por meio da sensibilização das comunidades, num período da primeira fase do PEA PESCARTE, sendo financiada justamente pela Petrobras, a partir da imposição do IBAMA, sendo estas as instituições ligadas à perda do território primordial de suas subsistências. Enquanto um primeiro ato de abertura de campo e mobilização social ao processo educativo, pairou questionamentos de como este processo do Censo foi construído, desde sua concepção até a implementação, processo que também será abordado ao longo dessa Dissertação.

A escolha do tema aqui investigado segue o recorte da linha de pesquisa Educação, Cultura, Política e Cidadania junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da UENF e surgiu de inquietações a respeito deste ato pedagógico que buscou a sensibilização, a mobilização social de comunidades tradicionais com históricos de conflitos socioambientais, inclusive contra os agentes fiscalizadores do IBAMA. Considera-se também questionar não apenas os eixos teóricos, mas também a construção pedagógica e a relação que os profissionais deste PEA construíram com as comunidades, buscando evidenciar os êxitos e adversidades, sucessos e fracassos desta estratégia e metodologia formativa.

Cabe ressaltar que o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) tem um tempo de existência determinado pela quantidade de recursos naturais existentes onde estão sendo extraídos e pela velocidade e capacidade que as empresas licenciadas têm de os retirar. Em suma, existem várias empresas licenciadas pelo IBAMA extraíndo recursos naturais, suas licenças estão ligadas a territórios de zona de impacto à sociedade e, conforme vão terminando seus trabalhos, vão embora e suas licenças expiram, perdendo a obrigatoriedade de manter PEAs ou PCAPs.

Os PEAs passam por fiscalização também das empresas licenciadas, alguns possuem seus ciclos sem interrupções administrativas, a depender do interesse de suas empresas financiadoras, este não é o caso do PEA PESCARTE. O PEA PESCARTE segue o rito burocrático da Petrobras S.A que licita suas ações. Ao abrir um edital para que universidades públicas ou privadas apresentassem planos de trabalho para gerir seus PEAs da BC, a Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF) venceu o processo a partir do PEA PESCARTE e do PEA Territórios do Petróleo. O que difere o PEA PESCARTE de outros é que ele foi pensado para ter 8 fases, sendo as duas primeiras de 2 anos cada, a terceira de 4 anos e as demais de 2 anos cada. Isso significa que o intervalo dessas fases é pautado por novas licitações apenas para instituições que tenham o interesse de gerir o aporte financeiro do PEA, e, a cargo da UENF, fica apenas a execução do Plano de Trabalho, pedagógico, recrutamento e treinamento dos trabalhadores(as).

Essas pausas administrativas causam conflitos e desmobilização entre as comunidades atendidas, do PEA e de seus trabalhadores, pois, uma vez que perdem seus vínculos empregatícios, se torna inviável a manutenção de suas atividades, que são de caráter de mobilização e, a mobilização se trata de um ato comunicacional que

necessita da agência de pessoas que, criticamente formadas pelos núcleos pedagógicos dos PEAs, passam a promover a formação de grupos eleitos nas comunidades para a promoção da enunciação das mensagens voltadas para a sua própria autodefesa frente aos impactos socioambientais diretos e difusos, ligados à indústria do Petróleo e Gás.

A metodologia desenhada para o encaminhamento desta pesquisa e alcance dos resultados foi a análise de caso (Hollweck; Yin, 2014), utilizando para a coleta de dados a realização de entrevistas semiestruturadas feita com o Coordenador-Técnico do Projeto de Educação Ambiental PESCARTE e duas lideranças da comunidade de pesca artesanal. O roteiro da entrevista permitiu abordar as expectativas, a construção e financiamento do Censo e a crítica da comunidade em relação a essas expectativas.

Para Marconi e Lakatos (2004) uma análise de caso é um comum instrumento sociológico que visa a profundidade de informações de uma determinada situação. As autoras explicitam que o método visa a descobertas, podem tratar a realidade de forma ampla, permitir substituições e mesmo representar diferentes pontos de vista.

A entrevista semiestruturada possibilita uma abordagem comunicativa com o entrevistado mais livre, cujo roteiro flexível permite que a conversa possa ter um caminho menos rígido, assim, o entrevistador tem a liberdade de provocar questões que possam ter fugido do planejamento (Marconi e Lakatos, 2004).

Destaca-se também que a presente pesquisa passou por rigorosa revisão metodológica junto à orientação do trabalho e Comitê de Ética Institucional, desta forma, foram entregues à todas as partes entrevistadas Termos de Consentimento e Livre Esclarecido que foram assinados, de forma a permitir a construção dos dados do presente estudo.

A organização do trabalho se estruturou da seguinte forma, após a introdução, considerada como item 1 deste trabalho:

A seção 2 se propõe a fazer uma análise do conceito de educação, sua contextualização histórica e suas tendências pedagógicas liberais e progressistas, bem como as macrotendências da Educação Ambiental, segundo revisão bibliográfica a partir de autores que versam sobre o tema. A seção ainda discorre sobre os fatores sócio-políticos que influenciaram a elaboração dessas pedagogias.

Na seção 3 abordaremos a temática da mobilização social, seus fundamentos políticos e formas de mobilização social. Também apresentamos um histórico de

mobilizações sociopolíticas que reverberam ao longo da história e inspiraram outros movimentos.

A seção 4 versa sobre a pesca artesanal, o histórico de Licenciamento Ambiental e suas correlações políticas, a criação do PEA BC e do PESCARTE, enquanto Projeto de Educação Ambiental para atendimento das comunidades de pesca artesanal.

A seção 5 aborda especificamente a criação do Censo da Pesca proposto pelo PESCARTE, um histórico da prática de levantamento de dados populacionais desde tempos remotos até a estratégia de um Censo na Bacia de Campos dentro de uma medida mitigatória.

A seção 6 fechará o trabalho com os resultados obtidos por meio da análise das entrevistas feitas com o Coordenador Técnico do PEA PESCARTE e duas lideranças da pesca artesanal, uma de Cabo Frio, localizada no litoral da Região dos Lagos, tida como Sul da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, e outra liderança de São João da Barra, cidade vizinha à Campos dos Goytacazes, localizada no Norte da Bacia de Campos também no Rio de Janeiro. Com essas entrevistas buscamos verificar a própria realização do Censo da pesca artesanal a partir do ponto de vista de suas lideranças, estabelecendo o contraste do que foi planejado no Censo e qual é a avaliação da própria comunidade de Pesca. Outro aspecto alocado na seção será o panorama do projeto de avaliação do IBAMA sobre o atendimento à linha de ação estabelecida para o PEA PESCARTE.

## **2. EDUCAÇÃO: DO SENTIDO DA PALAVRA ÀS PRÁTICAS PARA CONSTRUÇÃO SOCIAL**

A presente Dissertação tem como foco a investigação sobre o processo de condução do Censo da pesca artesanal pelo PESCARTE enquanto instrumento também planejado para constituir um ato pedagógico de mobilização social, dentro do próprio escopo de um projeto de Educação Ambiental que trabalha com a vertente da pedagogia crítica. Para tanto, é imprescindível explicitar o processo histórico de construção das correntes pedagógicas dentro de um panorama político global e brasileiro a fim de indicar como tem procedido o plano pedagógico do Censo para atingir o objetivo final do PEA PESCARTE, que é o fortalecimento da organização comunitária.

A palavra "educação" é um termo que pressupõe ideias de desenvolvimento intelectual, moral e social. Seu significado está arraigado na história e reflete a busca permanente das pessoas por conhecimento e aprimoramento. A etimologia da palavra "educação" remonta às diversas origens linguísticas e históricas que contribuíram para moldar seu sentido contemporâneo. No contexto brasileiro, vários autores têm explorado essa etimologia e suas implicações para a sociedade, revelando a interação entre a linguagem e a construção do saber.

A palavra "educação" tem origem latina, derivando do termo "educare", que significa "conduzir para fora", ou seja, tirar de dentro, desenvolver potenciais internos do indivíduo. Nesse sentido, "educare" está relacionado com o processo de formação geral do ser humano, guiando-o na exploração do conhecimento e da moralidade (Souza Massa, 2015).

No Brasil, autores como Paulo Freire (1970), reconhecido por sua teoria da educação crítica, destacam essa dimensão da educação como um ato de emancipação, permitindo que os indivíduos transcendam as limitações impostas pela ignorância e pela opressão. Em seu livro mais conhecido "Pedagogia do Oprimido", Freire (1970) aborda a educação como um processo dialógico que não apenas transmite informações, que pressupõe um discente enquanto um depósito de informações, mas também promove a conscientização e a transformação social. Ele argumenta que a educação que preza pelo "ser" envolve a leitura crítica do mundo, capacitando as pessoas a entenderem sua realidade e a trabalharem pela mudança

emancipatória e libertadora. Essa perspectiva está intimamente ligada à etimologia da palavra "educação", visto que a ideia de "conduzir para fora" implica não apenas em adquirir conhecimento, mas também em romper barreiras mentais e sociais.

Além disso, no Brasil, outros pesquisadores têm explorado a etimologia da palavra "educação" em seus contextos culturais e históricos. Darcy Ribeiro, antropólogo e educador renomado, enfatiza a importância da educação na formação da identidade nacional. Em obras como "O Povo Brasileiro", Ribeiro (2015) discute como a diversidade cultural do Brasil é um fator fundamental da educação, destacando a necessidade de promover uma educação que valorize as múltiplas facetas da cultura brasileira.

A palavra "educação" também está ligada à noção de cidadania e responsabilidade social. Nesse sentido, autores como Anísio Teixeira (1999) contribuíram significativamente para a compreensão da educação como um instrumento de participação ativa na sociedade. Em seus escritos, Teixeira enfatiza a importância de uma educação que desenvolva não apenas habilidades individuais, mas também a consciência crítica e a capacidade de contribuir para o bem comum.

Destaca-se, portanto, que no contexto brasileiro, autores como Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira exploraram essa etimologia de maneiras variadas, enfatizando a educação como uma ferramenta de emancipação, formação da identidade nacional respeitosa à diversidade cultural e engajamento cívico. Desde tempos remotos, a busca pelo conhecimento tem sido valorizada como um meio de capacitar indivíduos, promover a mobilidade social e melhorar a qualidade de vida. Através da educação, as sociedades têm a oportunidade de transmitir valores, desenvolver habilidades e estimular a inovação do manuseio da matéria, impactando de maneira significativa diversos aspectos da vida em comunidade.

Para entender a importância da educação na sociedade, é crucial examinar as múltiplas dimensões em que ela opera. A educação desempenha papel crucial no desenvolvimento humano, pois fornece as ferramentas necessárias para os indivíduos compreenderem o mundo ao seu redor e se tornarem cidadãos ativos e informados. Ela promove a capacitação ao promover nas pessoas habilidades cognitivas, sociais e emocionais que são essenciais para lidar com os desafios da vida moderna (Unesco, 2015).

A teoria do capital humano, desenvolvida por Gary Becker (1992), destaca que o investimento em educação resulta em ganhos significativos para os indivíduos e

para a sociedade como um todo. Indivíduos educados geralmente têm maior probabilidade de encontrar empregos de qualidade, acessar melhores oportunidades econômicas e contribuir de maneira mais eficaz para o desenvolvimento econômico do Estado (Becker, 1992).

A educação também tem um papel importante na promoção da mobilidade social, no sentido de escalada em aquisição de mais conhecimento e poder aquisitivo. Ela oferece uma rota para que indivíduos de origens socioeconômicas desfavorecidas possam superar barreiras e alcançar posições mais elevadas na hierarquia social. Por meio da educação, o ciclo de pobreza pode ser mitigado ou rompido e as oportunidades podem surgir com um maior leque de oportunidades, permitindo que talentos individuais se manifestem independentemente de suas circunstâncias iniciais (Haverman; Wolfe, 1984).

No que tange ao avanço da sociedade por meio da inovação e do progresso tecnológico, indivíduos educados são mais propensos a desenvolver novas ideias, resolver problemas complexos e impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento. A educação superior, em particular, é associada a avanços científicos e tecnológicos significativos, que moldam sociedades modernas e melhoram a qualidade de vida (Stephan, 2012).

## **2.1 História da Educação no Mundo e no Brasil: fundamentos**

A história da educação é uma narrativa intrincada de desenvolvimento humano, valores culturais e avanços pedagógicos. Tanto no mundo quanto no Brasil, a construção do campo da educação e suas vertentes refletem as mudanças sociais, políticas e econômicas que moldaram a sociedade ocidental a partir do modelo constituído de Estado Nação ao longo dos séculos. Assim, exploraremos a trajetória da educação de maneira global, destacando influências das tendências pedagógicas e suas intenções, desafios e transformações significativas.

Na Grécia Antiga, a educação era vista como uma maneira de cultivar cidadãos virtuosos e participativos em uma democracia em ascensão. De acordo com Silva (2007), o sistema educacional grego era altamente descentralizado e variava de cidade para cidade, sendo Atenas um dos centros mais proeminentes de aprendizado. Destaca-se também que a sociedade deste antigo período era dividida num sistema social em que as pessoas ou eram proibidas (caso dos escravos e servos) ou não

tinham condições para mudar de status social, portanto, o conhecimento era mantido em circulação entre as elites.

A educação em Roma também tinha fortes raízes na formação cidadã, pois enquanto o maior império da época, não se furtou em admitir que a composição da “civita” possuía mecanismos de participação social que davam aos seus habitantes a sensação de participação ativa nas decisões de seu rumo, embora tivesse algumas nuances distintas em relação à Grécia. Segundo Veiga (2010), o sistema educacional romano era voltado principalmente para o treinamento de futuros governantes e líderes militares.

Assim como na Grécia, a educação física também era valorizada em Roma, mas a ênfase estava na preparação para o serviço militar e na capacidade de liderança. Autores como Cícero (apud Vasconcelos, 2000) enfatizam a importância da retórica como uma habilidade fundamental para persuadir e governar. Destaca-se, portanto, que as artes de persuasão e governança sobre “o outro” se impõe enquanto papéis fundamentais para estabelecimento dos moldes educacionais que perdurarão pelos séculos e milênios seguintes.

Com a Idade Média, a educação passou a ser dominada pela Igreja Católica, sendo destinada principalmente à elite eclesiástica. No entanto, o Renascimento possibilitou uma revolução educacional ao promover o pensamento crítico, o humanismo e as ciências. A invenção da imprensa, que se tornou um importante instrumento informativo frente a sufocante governança da Igreja Católica e das elites da época, ocasionou movimentos que precederam a formação de novos Estados ao redor do mundo.

A história da educação é um testemunho das mudanças sociais, culturais e intelectuais que moldaram as civilizações ao longo dos séculos. Dois períodos notáveis que representam uma transformação marcante na abordagem à educação são a Idade Média e o Renascimento. A Idade Média, que abrangeu aproximadamente do século V ao século XV, foi caracterizada por um sistema educacional permanentemente influenciado pela Igreja Católica e pela filosofia escolástica<sup>2</sup>. Por outro lado, o Renascimento, que floresceu entre os séculos XIV e XVI, testemunhou

---

<sup>2</sup> A Escolástica é uma criação medieval, que surgiu no interior das escolas, no seio das relações medievais. É filha dos conventos, das catedrais e, mais tarde, das Universidades medievais. Trata-se, portanto, de algo novo. Mais do que isso, ela responderia às questões humanas de sua época, revelando, assim, um impulso vital que passa despercebido aos estudiosos que julgam que a Escolástica nada teria criado (Oliveira, 2013, p. 187).

uma redescoberta do conhecimento clássico greco-romano e uma transição para uma educação mais humanista e secular (Costa Nunes, 1979).

Durante a Idade Média, a educação estava fortemente ligada à Igreja Católica, que desempenhou um papel central na preservação do conhecimento antigo e na disseminação do saber religioso. As escolas monásticas e catedrais eram os principais centros educacionais, onde os jovens aprendiam leitura, escrita, cálculos e latim, a língua da liturgia e do ensino. A filosofia escolástica, liderada por figuras como Santo Agostinho e Tomás de Aquino, buscava harmonizar a fé com a razão, enfatizando o estudo minucioso das obras de filósofos antigos e da teologia cristã (Oliveira, 2013).

A educação no Renascimento mudou de foco, passando do exclusivo estudo teológico para uma abordagem mais ampla e humanista. A redescoberta de textos antigos, impulsionada pela invenção da imprensa de tipos móveis, permitiu o acesso a obras de filósofos, cientistas e artistas greco-romanos, reavivando o interesse pelo pensamento crítico e pela investigação empírica.

Comparando os dois períodos, a educação na Idade Média estava intimamente ligada à autoridade da Igreja e à teologia, enquanto no Renascimento houve um movimento em direção a uma educação mais secular, focada nas artes liberais, na ciência e na literatura. Segundo Simoni (2022) as instituições educacionais renascentistas, como as universidades de Florença e Pádua, incentivaram a busca do conhecimento pelo próprio bem, ao invés de simplesmente servir à Igreja ou ao clero.

“Vale lembrar o papel e a importância da Universidade de Pádua, norte da Itália, no contexto renascentista: enquanto Florença se destacava nas artes, Pádua era prestigiada na medicina, recebendo alunos de várias partes da Europa, inclusive aceitando a matrícula de judeus, que depois se expandiram para outros países até levarem seus conhecimentos para o oriente no século XVI” (Simoni, 2022, p. 146).

Embora sucinto, este panorama de como funcionou a educação da Idade Média ao Renascimento europeu possibilita uma visão de como esses movimentos históricos impulsionaram a educação ao redor do mundo, o que não poderia ser diferente com os países colonizados.

A epistemologia ocidental violentou os países por estes invadidos, criando uma lacuna sobre como funcionavam as formas tradicionais de transmissão de conhecimento em culturas orais, que não dependem nem valorizam a escrita. É importante destacar que diferentemente do que aludem os livros de história ou

didáticos, a história das nações colonizadas não se inicia no período das grandes navegações (como anunciado entre os países latinos).

## 2.2 Educação no Brasil Colonial e Império

A história da educação no Brasil é um reflexo das transformações sociais, políticas e culturais que marcaram diferentes períodos históricos. Nos períodos colonial e imperial a educação desempenhou um papel significativo na construção e formação das elites econômicas e governantes. Neste texto apresentamos as principais características e os principais aspectos da educação durante esses dois períodos que se estendeu do século XVI ao início do século XIX, sendo a educação no Brasil principalmente controlada pela Igreja Católica e as ordens religiosas. Os jesuítas desempenharam um papel crucial nesse sistema educacional, estabelecendo escolas e missões para a catequese dos povos indígenas. A educação jesuítica teve uma forte ênfase na instrução religiosa e na formação dos futuros líderes da colônia (Rosário, 2015).

Com a expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal, a estrutura educacional sofreu mudanças significativas (Santos, 2008). Novas instituições de ensino foram criadas e a educação começou a ser controlada pelo Estado. No entanto, o acesso à educação ainda era restrito à elite colonial, deixando a maioria da população sem acesso à instrução formal.

Com a independência do Brasil em 1822 e o estabelecimento do Império, houve esforços para reorganizar o sistema educacional. O Imperador Dom Pedro I promulgou a primeira Lei Geral de Instrução Pública em 1827, que estabeleceu escolas primárias em todas as cidades e vilas (Nunes, 1995). No entanto, a educação continuou a ser elitizada, com poucas oportunidades para as classes menos favorecidas.

Durante o Segundo Reinado (1840-1889), houve avanços significativos na educação. Destaca-se a Reforma Leônicio de Carvalho (Basso, 2005), que introduziu mudanças na estrutura e no currículo das escolas. Além disso, a criação das Escolas Normais, que formavam professores para o ensino primário, teve um impacto positivo na disseminação do conhecimento e das escolas formais. Apesar desses avanços, a educação durante o Império ainda era marcada pela desigualdade. As escolas eram segregadas por classe social, gênero e raça, refletindo as divisões sociais da época.

As mulheres tinham acesso limitado à educação formal e eram direcionadas principalmente para a educação doméstica.

Em suma, a educação nos períodos colonial e Imperial no Brasil foi influenciada por fatores religiosos, sociais e políticos. A predominância da Igreja Católica no período colonial e a busca por uma identidade nacional no Império moldaram as políticas educacionais e determinaram quem tinha acesso à instrução formal. Vale destaque que durante o período escravocrata as pessoas negras e indígenas tinham pouquíssima chance de receber qualquer tipo de formação escolar e dependiam da boa vontade de integrantes da elite e de clérigos para obtenção do acesso às escolas. Embora tenha havido avanços em direção à democratização da educação, a desigualdade persiste como uma característica proeminente desse sistema.

O século XX testemunhou uma transformação significativa na forma como a educação foi concebida e implementada em todo o mundo. A transição de uma abordagem tradicional e restrita para uma visão mais abrangente e inclusiva refletiu os processos políticos vigentes nos Estados-Nação, os conflitos econômicos entre os modelos de organização da sociedade, o investimento em tecnologia e compreensão sobre a importância da educação na formação de cidadãos informados e engajados. Neste contexto, é possível observar tanto tendências globais quanto particularidades regionais, como ilustrado pelo caso do Brasil.

No início do século XX, grande parte da educação em todo o mundo estava centrada em modelos educacionais formais, com ênfase na memorização e transmissão de conhecimento. No entanto, à medida que a sociedade se industrializava, houve uma crescente demanda por uma educação adaptada às necessidades das cidades, da vida moderna e do mercado de trabalho crescente (Kuhlmann, 2012). Essa transição significou uma mudança para uma abordagem mais pragmática da educação, que pode ser exemplificada nas reformas educacionais ocorridas em países como os Estados Unidos, onde o movimento das "escolas progressivas" liderado por John Dewey que promoveu uma abordagem mais centrada no aluno, enfatizando a aprendizagem prática e experiencial (Pereira, 2009).

Além disso, após as duas grandes guerras mundiais que marcaram o século XX, o mundo viu o aumento do acesso à educação em muitos países. Iniciativas como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) pela UNESCO contribuíram para o reconhecimento do direito à educação como fundamental para todos os seres

humanos. Isso levou a esforços globais para expandir o acesso à educação básica, resultando em significativos avanços na taxa de alfabetização e matrícula escolar.

No Brasil, o século XX também foi marcado por transformações na educação, embora tenham ocorrido em ritmos variados. Até a década de 1930, o sistema educacional foi altamente elitista, com acesso limitado à educação básica para a maioria da população. No início da década de 1960 testemunhou esforços para ampliar o acesso à educação básica por meio da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961.

Um marco importante na história da educação brasileira foi a criação da Universidade de Brasília (UnB) em 1962, que adotou um modelo educacional mais progressista e interdisciplinar, influenciando outras instituições de ensino superior no país, um elemento em meio a tensões oriundas da Guerra Fria e precedeu o Golpe de Estado Cívico-Militar de 1964 que mudaria o rumo da sociedade e educação brasileira como um todo.

O período militar no Brasil, que compreendeu os anos de 1964 a 1985, teve um impacto significativo na educação do país. Durante esse período, o governo militar implementou diversas políticas e reformas que moldaram o sistema educacional, influenciando a estrutura, o currículo e a abordagem pedagógica. Essas mudanças tiveram reflexos profundos na sociedade e na formação das gerações que vivenciam essa época (Ferreira, 2008).

Ainda segundo Ferreira (2008) uma das principais características da educação durante o regime militar foi o enfoque na ideologia do nacionalismo, da “ordem e progresso” entendidos enquanto fomento ao nacional-desenvolvimentismo. Isso se traduziu em um currículo que priorizava a formação de cidadãos “patriotas”, obedientes sob a tutela e organização do próprio Estado sobre os centros de trabalho que estavam pautados principalmente nos setores comerciais, industriais e estatais. Naquele contexto a carteira de trabalho registrada no primeiro e único emprego ao longo da vida da maior parte dos trabalhadores esteve vinculada ao ideal de honradez e compromisso para com o “patrão” e, em detrimento da liberdade de pensamento crítico e escolha de outras opções de vida, incluindo, outras formas de obtenção de trabalho e renda. A disciplina e a hierarquia eram valores enfatizados, refletindo a mentalidade e organização social coercitiva da época.

Uma das reformas mais emblemáticas desse período foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1971, que estabeleceu as bases para o

sistema educacional brasileiro. Essa lei promoveu a centralização do sistema e conferiu ao governo federal um papel preponderante na formulação de políticas educacionais. Além disso, a LDB trouxe a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, disciplinas que reforçaram a visão ideológica do regime (Bighente, 2013).

Outra característica notável foi o investimento em programas de expansão da educação, como o Projeto Integrado de Desenvolvimento Educacional (PRIDE) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Essas iniciativas buscavam ampliar o acesso à educação, mas também serviam como veículos para a disseminação das ideias do governo.

Contudo, a repressão política e a censura também marcaram esse período. Universidades e instituições de ensino foram alvo de intervenções, perseguições e demissões de professores considerados "subversivos". A liberdade acadêmica foi comprometida, impactando a qualidade do ensino e da pesquisa. Para compreender melhor essas transformações e seus impactos na sociedade brasileira, é possível recorrer a obras que analisaram o período. O livro "A Ditadura Envergonhada" de Elio Gaspari (2014) explora os bastidores do regime militar, incluindo as políticas educacionais. Já o trabalho de Maria Helena Souza Patto (1987), "A Produção do Fracasso Escolar", aborda as implicações das políticas educacionais adotadas durante o regime militar no sistema de ensino, com alusão justamente nas questões ideológicas que apontam para uma educação sem crítica, obediente ao golpe de Estado e avesso às discussões e debates políticos que são básicos para o ambiente democrático

Em conclusão, a educação no Brasil durante o período militar foi marcada por uma série de mudanças políticas e estruturais que refletem as ideologias e objetivos do regime. As políticas implementadas tiveram um impacto profundo na formação das gerações que viveram essa época, moldaram o sistema educacional e influenciaram a sociedade em diversos aspectos. A compreensão desse período é fundamental para analisar as raízes e consequências das políticas educacionais que vez ou outra retornam nos discursos de políticos liberais ou saudosos ao golpe de 1964.

Um dos marcos emblemáticos que pôs fim a esse período foi a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegurou o direito à educação como um direito fundamental de todos os cidadãos. O Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 destaca a educação como um direito de todos e um

dever do Estado e da família, sendo garantida a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (Brasil, 2023). Essa mudança de paradigma refletiu na formulação de políticas educacionais mais inclusivas e democráticas, buscando superar as desigualdades históricas presentes no sistema educacional.

No entanto, apesar das intenções nobres, a implementação dessas políticas esbarrou em desafios estruturais. A descentralização do sistema educacional, por exemplo, levou à disparidades regionais na qualidade do ensino e na infraestrutura das escolas. Além disso, a falta de investimentos adequados, a deficiência na formação de professores e a persistência de problemas como a evasão escolar e a reprovação foram obstáculos que se mantiveram ao longo desse período (Shwartzman, 2005). Vale ressaltar que a população brasileira, muito influenciada pelas décadas da ditadura militar conheceu apenas políticas mais à direita, desta forma, valorizou e preferiu discursos e métodos de implantação de políticas públicas segregacionistas, não distante do que já era praticado em outras épocas.

Dentre os avanços mais notáveis, destaca-se a expansão do acesso à educação básica. O Plano Nacional de Educação (PNE), criado em 2001 e atualizado em 2014, além de estabelecer metas para ampliar a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, bem como para melhorar a qualidade do ensino e reduzir as desigualdades educacionais (Aguiar, 2018), passa a promover as premissas de respeito à diversidade das culturas que constituem a identidade nacional. Programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) também contribuíram para aumentar os recursos destinados à educação e promover uma distribuição mais equitativa desses recursos (Davies, 2006).

No campo do ensino superior, a redemocratização viu a proliferação de Universidades pelo interior do país e a diversificação das áreas de conhecimento. No entanto, a qualidade do ensino superior ainda enfrenta desafios, incluindo a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de uma maior integração entre as universidades e o setor produtivo.

Ao analisar a educação brasileira durante a redemocratização, é importante considerar as reflexões de autores como Saviani (2013), que discute a trajetória histórica da educação nacional, apontando para a necessidade de uma pedagogia crítica que promova a formação de cidadãos conscientes e críticos. Alves (2017), por

sua vez, explora as políticas educacionais do período e destaca a importância de pensar a educação como um espaço de luta por direitos e transformações sociais.

Consumando este tópico, deve-se considerar que a redemocratização do Brasil trouxe avanços importantes para a educação, consolidando-a como um direito fundamental. No entanto, os desafios estruturais persistem, demandando um comprometimento contínuo com políticas educacionais inclusivas, pluriétnicas e de qualidade. O futuro da educação brasileira dependerá da capacidade de enfrentar esses desafios, investindo na formação de professoras e professores, na melhoria da infraestrutura escolar e na promoção de uma educação que, de fato, consiga valorizar a diversidade cultural e ambiental em seus territórios, empoderar seus cidadãos para participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

### **2.3 Tendências educacionais Liberais e Progressistas**

A partir de agora, o presente estudo discorre sobre as principais tendências pedagógicas utilizadas no mundo, destaca-se que essas correntes se dividem em duas vias, as liberais e progressistas. Enquanto as liberais buscaram ao longo da história corresponder aos anseios do mercado e das elites para construção de mão de obra qualificada e manutenção de seus privilégios, intelectuais ao redor do mundo observaram a luta de classes e galgaram uma via diferente, uma forma de educação para a cidadania, a fraternidade, o desenvolvimento humano em seu contexto global, uma educação que elevasse o nível de criticidade do ser humano para tomada de consciência de suas próprias realidades sociais frente à compreensão da finitude e fragilidade do planeta.

Essas abordagens podem ser subdivididas em três principais correntes: a pedagogia tradicional, a pedagogia renovada e a pedagogia tecnicista (Silva, 2020).

**A Pedagogia Tradicional:** Essa corrente é fortemente influenciada pelo pensamento filosófico da Antiguidade Clássica, como o ideal platônico de educação baseada em valores morais e cívicos. A pedagogia tradicional enfatiza o papel central do professor como detentor do conhecimento, que o transmite aos alunos por meio de métodos expositivos e disciplina rígida. A memorização e a repetição são elementos-chave dessa abordagem.

As tendências pedagógicas tradicionais baseiam-se em modelos educacionais enraizados em princípios que enfatizam a autoridade do professor, a transmissão de

conhecimento numa via única de emissor (professor) - receptor (estudantes) e a imposição da disciplina rigorosa. Cabe destacar que esse modelo foi principalmente utilizado em regimes autoritários, culminando no estabelecimento de propostas educativas com interesses de dominação social.

Assim, predomina, nessa tendência tradicional, o ensino da gramática pela gramática, com ênfase nos exercícios repetitivos e de recapitação da matéria, exigindo uma atitude receptiva e mecânica do aluno. Os conteúdos são organizados pelo professor, numa sequência lógica, e a avaliação é realizada através de provas escritas e exercícios de casa (Silva, 2020, p. 98).

Como ilustra o autor, uma tendência pedagógica que zela pela repetição e aperfeiçoamento de habilidades que servirão para reprodução de papéis sociais induzidos pelas elites, aumentam a possibilidade que este objetivo seja alcançado, em se tratando, portanto, do passar dos séculos de discussões e críticas a respeito das práticas fariam com que essa tendência tivesse que sofrer adaptações para corresponder aos anseios populares. A tendência pedagógica tradicional, embora não dominante como em outros tempos, não deixou de ser utilizada e ainda possui seus defensores.

Uma outra tendência tradicional, a chamada **Pedagogia Liberal Renovada Progressivista ou Pragmática** surgiu como uma reação à rigidez da pedagogia tradicional ao buscar uma maior conexão entre o conteúdo escolar e a realidade dos alunos. Teve influência de pensadores do século XX, a pedagogia renovada enfatiza a participação ativa dos estudantes, a contextualização do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades práticas.

A escola continua, dessa forma, a preparar o aluno para assumir seu papel na sociedade, adaptando as necessidades do educando ao meio social, por isso ela deve imitar a vida. Se, na tendência liberal tradicional, a atividade pedagógica estava centrada no professor, na escola renovada progressivista, defende-se a idéia de “aprender fazendo”, portanto centrada no aluno, valorizando as tentativas Tendências Pedagógicas na Prática Escolar: experimentais, a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social etc., levando em conta os interesses do aluno (Silva, 2020, p. 100).

A grande mudança de paradigma na vertente liberal é que o estudante também ganha destaque na prática educacional, embora defenda mais liberdade, há escondida nessa discussão a difusão de um currículo que é formado pelo Estado e não possui a participação nem do aluno e nem de seus tutores na sua criação, avaliação e implementação. Em termos práticos, embora haja maior ciência de não utilizar um discente como receptáculo de conhecimentos frios e mecânicos, uma

barreira em como utilizar essa liberdade junto à construção de um currículo com valores progressistas ainda estava sólida.

Outra tendência pedagógica muito difundida é a **Pedagogia Tecnicista**, a qual, por sua vez, ganhou destaque no século XX, em um contexto marcado pelo avanço tecnológico e a industrialização. Essa corrente considera o ensino um processo que pode ser planejado, executado e avaliado por meio de técnicas científicas, visando resultados mensuráveis e eficiência no aprendizado.

A escola liberal tecnicista atua no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto, emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental. Seu interesse principal é, portanto, produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho, não se preocupando com as mudanças sociais (Silva 2020, p. 103).

Há então, nessa última tendência pedagógica liberal, um pensamento estabelecido que o aproxima da corrente política de mesmo nome, o que legitima a alusão de que o fortalecimento das estruturas do mercado serão respostas para outros setores sociais. Uma vertente que defende que um mercado forte faria com que houvesse uma sociedade empregada e economia saudável, assim, todos os trabalhadores teriam por mérito remuneração adequada para alcançar saúde, educação, segurança, alimentação ou qualquer outro insumo necessário a existência. Não haveria, portanto, do porquê se preocupar com a realidade social, com injustiças ou mecanismos sociais estabelecidos que impedem as pessoas de galgar novas posições no mercado.

As tendências pedagógicas tradicionais exerceram influências profundas sobre a educação no Brasil, que importou por séculos, lógicas liberais para economia e educação. Segundo Silva (2020) no Brasil, a pedagogia tradicional foi dominante durante grande parte do século XIX e boa parte do século XX, refletindo uma abordagem conservadora que priorizava a transmissão de conteúdo e a disciplina, ainda possuindo influência e defensores, segundo a mesma autora, estando presente no Brasil desde os jesuítas.

A pedagogia tradicional está no Brasil desde os jesuítas e busca a universalização do conhecimento, a repetição, o treino intensivo e a memorização como estratégia utilizada pelo professor para transmitir o acervo de informações aos alunos. A proposta de educação centrada no professor era vigiar, aconselhar, corrigir, ensinar conteúdos, por meio de aulas expositivas e normas rígidas. Os alunos eram passivos e deviam aceitar tudo como verdade absoluta (Silva, 2018, p. 221).

Com o tempo, assim como ocorre ao redor do mundo, novas tendências pedagógicas foram surgindo e a influência da pedagogia renovada se intensificou no Brasil, especialmente a partir da década de 1960, com as ideias de educadores como Paulo Freire, com a primeira tendência progressista legitimada e que tenha chamado atenção também no exterior. Sua abordagem progressista enfatiza a contextualização do conhecimento, a participação ativa dos estudantes e a conscientização política por meio da educação, marcando uma mudança significativa no cenário educacional brasileiro.

A pedagogia tecnicista também encontrou espaço no Brasil, principalmente a partir dos anos 1970, durante a ditadura militar, quando as políticas de modernização e industrialização do país se refletiram nas práticas educacionais. Essa abordagem trouxe consigo métodos mais estruturados e avaliativos, buscando maior eficiência no processo educacional. Globalmente, as tendências pedagógicas tradicionais ainda têm seu lugar em muitos sistemas educacionais, embora tenham sido alvo de críticas em relação à falta de personalização do ensino, à pouca valorização da criatividade e à limitação do desenvolvimento crítico dos alunos.

Não há, na formação de um Estado, linearidade em relação a aplicação de tendências pedagógicas e no contexto histórico brasileiro a educação progressista de Paulo Freire foi fortemente combatida por uma tendência liberal e isso se deu no Brasil e no mundo por conta das disputas políticas que culminaram em revoluções, guerras e golpes de Estado. Não caberia no Brasil a partir do golpe de 1964, em um regime centralizador e controlador uma pedagogia que ensinasse a pensar criticamente. O resultado disso foi o exílio dos intelectuais para o exterior até que o poder fosse retomado pelo povo.

Tendências pedagógicas tradicionais e suas correntes coexistem e são alvo de disputa o que têm deixado marca duradoura na educação global, moldando a forma como o conhecimento é transmitido. No Brasil, essas abordagens foram influentes ao longo do tempo, contribuindo para a construção do sistema educacional e para os debates sobre os métodos de ensino. As correntes progressistas valorizam a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, a interação social, a aplicação prática do conhecimento e o desenvolvimento da autonomia. Três das principais correntes progressistas são: **Pedagogia Libertadora, Pedagogia Libertária e Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos.**

A Pedagogia **Libertadora**, segundo Libâneo (1983) não tem como característica central tratar o ensino escolar, pois a marca evidente desta corrente pedagógica é a atuação “não-formal”. Todavia, o autor alega que professores e educadores aplicados não se furtam em utilizar esta pedagogia por haver nela a possibilidade de trabalhar no sentido da transformação social dos educandos. Esta pedagogia trabalha os chamados “temas geradores” que são extraídos da realidade dos discentes, a partir dessa extração, é mediada pelo profissional de educação a construção de uma nova relação com suas experiências.

Quanto à Pedagogia **Libertária**, proposta por Paulo Freire (1970), é uma das abordagens mais influentes no campo educacional brasileiro e mundial. Freire acreditava que a educação deveria ser um ato de libertação, promovendo a conscientização dos alunos sobre sua realidade social e encorajando-os a se tornarem agentes de transformação. Seu livro "Pedagogia do Oprimido" (1970) é uma obra seminal que explora essa abordagem, enfatizando a importância do diálogo, da problematização e da alfabetização crítica.

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” ao opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização (Freire, 1970, p. 20).

Existiu, portanto, em Freire uma preocupação elementar em explicitar os papéis de cada indivíduo e suas intencionalidades políticas, a fim de criar uma ruptura consciente entre as elites que dominam a sociedade, inclusive, os rumos educacionais e as classes desfavorecidas desse jogo político. A educação para a liberdade em Freire consiste na possibilidade de um indivíduo conseguir se situar política e socialmente.

Agora tratando da **Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**, desenvolvida por Dermeval Saviani (1983), esta busca combinar a transmissão do conhecimento cultural acumulado com a análise crítica da realidade social. Essa abordagem procura conectar os conteúdos curriculares com as questões e problemáticas da sociedade, permitindo que os alunos desenvolvam a capacidade de compreender e transformar sua realidade.

Tomando como critério de criticidade a percepção dos condicionantes objetivos, denominarei as teorias do primeiro grupo de "teorias não-críticas" já que encaram a educação como autônoma e buscam compreendê-la a partir dela mesma. Inversamente, aquelas do segundo grupo são críticas uma vez que se empenham em compreender a educação remetendo-a sempre a seus condicionantes objetivos, isto é, aos determinantes sociais, vale dizer, à estrutura socioeconômica que condiciona a forma de manifestação do fenômeno educativo. Como, porém, entendem que a função básica da educação é a reprodução da sociedade, serão por mim denominadas de teorias crítico-reprodutivistas (Saviani, 1983, p. 17).

Saviani tinha então um entendimento de que a escola funciona como elemento histórico de ideologização, o que implica que, para balizar a condição social entre as classes, seria necessário expor quem são os elementos formativos dessas ideologias transmitidas e reproduzidas na escola, o que querem com essas ideologias e como funcionam esses mecanismos de ideologização.

Em suma, as teorias elencadas podem inclusive se complementar, pois, buscam, a criticidade, emancipação de grilhões culturais, o protagonismo tanto do docente quanto do discente no processo educativo, bem como a preparação para a vida em sociedade como um todo e não apenas para o mundo do trabalho.

No contexto brasileiro, as correntes pedagógicas progressistas tiveram um impacto profundo no sistema educacional. A Pedagogia Libertadora influenciou políticas de alfabetização e projetos de educação popular, especialmente em áreas rurais e urbanas marginalizadas. A Pedagogia de Projetos estimulou a criatividade e a autonomia dos alunos, sendo adotada em várias escolas e projetos educacionais. A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos contribuiu para a reflexão sobre a importância de uma educação que promova a conscientização crítica e a cidadania ativa. As correntes pedagógicas progressistas desempenharam um papel vital na transformação do cenário educacional brasileiro. Suas ideias e práticas continuam a inspirar educadores e gestores educacionais a criar ambientes de aprendizagem mais participativos, críticos e significativos.

## **2.4 As Macrotendências da Educação Ambiental**

Para finalizar a presente seção, se faz necessário discorrer sobre as macrotendências da educação ambiental, pois, não obstante das tendências pedagógicas já abordadas, a educação ambiental no Brasil e no mundo também sofreu significativas influências das políticas adotadas por cada regime. Assim se

torna elementar explicitar que as macrotendências da Educação Ambiental também se dividem em teorias liberais e progressistas.

A abordagem conservacionista na Educação Ambiental tem sua origem na preocupação com a preservação da natureza e dos recursos naturais. Ela enfatiza a importância de proteger os ecossistemas, a biodiversidade e os recursos naturais para as gerações futuras. Essa abordagem muitas vezes prioriza a transmissão de informações científicas sobre a importância dos ambientes naturais e incentiva a adoção de comportamentos que minimizem o impacto humano sobre esses sistemas. As macrotendências de Educação Ambiental conhecidas, segundo Layrargues e Lima (2015) são: **conservacionista, pragmática e crítica**.

Destaca-se, portanto, que segundo os autores Layrargues e Lima (2015) em seus estudos, há questionamentos quanto à abordagem **conservacionista** por sua tendência a se concentrar em uma visão unilateral e técnica da natureza, ignorando as dimensões sociais, culturais e políticas envolvidas na questão ambiental. Eles argumentam que essa abordagem muitas vezes negligencia as relações de poder presentes nas tomadas de decisão sobre a gestão ambiental e desconsidera a diversidade de conhecimentos e saberes existentes nas comunidades locais.

Esses questionamentos se solidificam em comparação aos escritos de Gohn (2006), que enfatiza a importância da participação ativa da sociedade na construção de práticas sustentáveis, e também de Guimarães (2004), que aponta a necessidade de uma Educação Ambiental que leve em consideração as especificidades culturais e históricas de cada contexto.

Agora tratando da abordagem **pragmática**, a EA tem como objetivo principal fornecer aos indivíduos habilidades e conhecimentos práticos para trabalhar com questões ambientais do cotidiano. Ela se propõe na resolução de problemas imediatos, na mudança de hábitos e no desenvolvimento de competências que possam fomentar ações ambientalmente conscientes. Layrargues e Lima (2015) argumentam que a abordagem pragmática visa a capacitação dos cidadãos para enfrentar problemas concretos, tornando a EA mais relevante e lógica.

Há, porém, críticas a essa EA ambiental pragmática, Layrargues e Lima (2015) novamente, destacam que a abordagem pragmática pode correr o risco de reduzir a EA a um conjunto de técnicas e práticas utilitárias, negligenciando a dimensão crítica e reflexiva. O foco excessivo na solução de problemas socioambientais pode resultar na falta de compreensão das raízes socioeconômicas dos problemas ambientais,

fazendo com que a visão superficial das questões socioambientais seja mantida e impedindo mudanças estruturais mais profundas.

Para Sauvé (2005) esta abordagem pragmática pode levar a uma instrumentalização da natureza, em que o ambiente é valorizado principalmente pelo que ele pode oferecer em termos de recursos e serviços para os seres humanos. Essa visão capitalista pode negligenciar a importância concreta da biodiversidade e dos ecossistemas, reforçando uma mentalidade de exploração desenfreada em vez de uma experiência sustentável.

Num contexto nacional a abordagem pragmática pode ser adaptada de maneira inadequada, negligenciando as dimensões culturais, sociais e políticas das questões socioambientais. A diversidade de realidades locais e a multiplicidade de visões de mundo no Brasil requerem uma EA que se sobreponha ao pragmatismo e abranja a complexidade das relações entre seres humanos e ecossistemas.

Por fim, **educação ambiental crítica** é uma abordagem que se sobrepõe à simples transmissão de conhecimentos sistemáticos sobre o meio ambiente. Ela busca estimular a análise crítica das relações entre sociedade e natureza, questionando as estruturas socioeconômicas que levam à exploração dos recursos naturais e à degradação ambiental. Para Layrargues e Lima (2015), a Educação Ambiental crítica envolve uma compreensão aprofundada dos processos socioambientais e das desigualdades que permeiam essas relações.

Ao discutir educação crítica, é extremamente relevante aludir a importância de Paulo Freire, um dos mais influentes pedagogos brasileiros e do mundo. Embora não tenha se dedicado especificamente à Educação Ambiental, suas ideias sobre a educação para a conscientização têm sido incorporadas à abordagem crítica ambiental, pois suas ideias de aplicar à educação discussões político-sociais coube exatamente na temática do meio ambiente, que convive cotidianamente com disputa entre as classes. Freire propôs um modelo educacional que valoriza a participação ativa dos alunos, tal como preconiza a EA indicada pelo Ibama, incentivando a reflexão sobre sua realidade e ação transformadora.

Além de Layrargues e Lima e Paulo Freire, outros autores brasileiros têm enriquecido o campo da Educação Ambiental crítica. Leff (2001) destaca a importância de compreender o meio ambiente como um sistema rico, diverso e conectado, enquanto Guimarães (2007) propõe uma "ecopedagogia" que estabeleça a ligação da Educação Ambiental com questões de justiça social e cidadania. Essas ideias, quando

conjuntas, contribuem para a construção de uma abordagem abrangente e interdisciplinar, a qual está sendo usada por diversos PEAs.

A EA crítica representa a busca por soluções sustentáveis para os desafios ambientais estabelecidos, o que não se limita à investigação e tomada de conhecimento de tais problemas, seu caráter não é apaziguador, mas formativo para atuação social. Essa abordagem promove a análise crítica das relações entre sociedade, o mundo em que vive e as disputas socioeconômicas, incentivando a conscientização, a participação ativa e a transformação social. A junção desses pensamentos com as informações dos pesquisadores citados cria um acervo rico e diverso que enriquece o campo da Educação Ambiental crítica, direcionando-nos para um futuro mais participativo, equitativo e sustentável.

Para Libâneo (2007) a existência da pedagogia se deve ao fato de o processo educativo necessitar de uma mediação entre as finalidades dos processos das práticas educativas. Ela gerencia os objetos de estudo, as problemáticas e os métodos a serem aplicados em diversos contextos. Para Libâneo, é por esse motivo que a pedagogia se configura enquanto uma ciência da educação.

O pedagógico da ação educativa se expressa, justamente, na intencionalidade e no direcionamento dessa ação. Esse posicionamento é necessário, defende o autor, porque as práticas educativas não se dão de forma isolada das relações sociais, políticas, culturais e econômicas da sociedade. Vivemos em uma sociedade desigual, baseada em relações sociais de antagonismo e de exploração. Por isso a pedagogia não se pode eximir de se posicionar claramente sobre qual direção a ação educativa deve tomar, sobre que tipo de homem pretende formar (Libâneo, 2007, p. 513).

O autor relaciona que a visão pedagógica não pode se dissociar de elementos que remetam à realidade política da sociedade. Gadotti (2016) corrobora com essa perspectiva e enuncia uma pedagogia que chamou de *práxis*, na qual é aplicada para intervenção dos fatores sociais.

Toda pedagogia refere-se à prática, pretende se prolongar na prática. Não tem sentido sem ela, pois é ciência da educação. Mas não só. Fazer pedagogia é fazer prática teórica por excelência. É descobrir e elaborar instrumentos de ação social. Nela se realiza de forma essencial a unidade entre teoria e prática. A pedagogia como teoria da educação não pode abstrair-se da prática intencionada. A pedagogia é sobretudo teoria da *práxis* (Gadotti, 2016, p. 2).

Em pedagogia da autonomia, Freire (2022) tece comentários diversos sobre a necessidade do amor nas práticas educativas, pois considera que este sentimento condiciona o processo educativo a um rumo diferente de práticas conservadoras, as quais acreditam que o rigor técnico-científico brota apenas nas friezas das relações.

Sua implicação sobre a amorosidade é confundida com suas práticas, que são defendidas dentro de um contexto de insubordinação em relação às injustiças sociais. De acordo com os autores, o ato pedagógico é o ato de administrar o rumo educacional, conferindo as melhores estratégias, metodologias e mesmo tendências educacionais para o ato educativo. A intencionalidade não se dissocia, portanto, do ato educacional, por isso a educação é um ato político. Compreende-se a partir de então que as tendências educacionais podem auferir ensino que promova noção de realidade do indivíduo ou, doutriná-lo a perdê-la.

Dai o tom de raiva, legítima raiva, que envolve o meu discurso quando me refiro às injustiças a que são submetidos os esfarrapados do mundo. Daí o meu nenhum interesse de, não importa que ordem, assumir um ar de observador imparcial, objetivo, seguro, dos fatos e dos acontecimentos. Em tempo algum pude ser um observador “acinzentadamente” imparcial, o que, porém, jamais me afastou de uma posição rigorosamente ética (Freire, 2022, p. 12).

Destaca-se, portanto, que no âmbito do PEA que é parte do recorte do presente estudo, a preconização do órgão ambiental IBAMA em condicionar o PEA- BC dentro de uma macrotendência de Educação Ambiental crítica se deu por todos os fatores sócio-históricos que continuarão a ser debatido nas seções seguintes desta Dissertação, porém no âmbito político da mobilização social, do licenciamento ambiental e da construção do próprio PEA – BC. Esse olhar histórico é relevante pelo fato de salientar que os eixos políticos, educacionais e ambientais não se dissociam, corroborando para a fala de Serrão (2012) sobre a Educação Ambiental crítica enquanto um importante instrumento de reflexão social, quando disse que este tipo de educação não tem um caráter apaziguador, mas sim preparatório para o conflito e atuação nos conflitos socioambientais.

### 3. MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A mobilização política é uma manifestação de participação social que permite aos cidadãos expressarem suas óticas de vida e mundo, lutar por seus direitos e buscar mudanças para a sociedade por meio de ações públicas e coletivas. Em contexto de democracia, a mobilização política desempenha papel significativo para manutenção do equilíbrio entre o poder do Estado e os interesses das diferentes classes (Cardoso, 1990). Examinaremos a partir de então, o conceito de mobilização política, algumas estratégias de mobilização política, bem como sua influência na transformação social.

Tendo como base a lógica de que política significa o movimento de organização da cidade e da vida em sociedade, lançaremos mão de que as primeiras organizações políticas foram baseadas em estruturas tribais e patriarcais, em que anciões ou líderes desempenhavam papéis de autoridade. Civilizações como a mesopotâmia e as civilizações africanas deram o pontapé inicial aos conceitos de governança que, ou são utilizados até os dias atuais ou possuem suas derivações, destaca-se que países do ocidente ficam com a glória da disseminação dessas organizações políticas, todavia, algumas dessas ideias foram utilizadas ou adaptadas pelos invasores ocidentais.

O oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente), como sua imagem, ideia, personalidade e experiência de contraste. Contudo, nada desse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é parte integrante da civilização e da cultura materiais da Europa. O Oriente expressa e representa esse papel, cultural e até mesmo ideologicamente, como um modo de discurso com o apoio de instituições, vocabulário, erudição, imagística, doutrina e até burocracias e estilos coloniais (Said, 2007, p. 14).

O período feudal consolidou uma descentralização do poder político, com senhores feudais controlando territórios com certa independência e construindo relações com seus pares. No entanto, esta lógica de propriedade oportunizou base para o ponto de partida para o entendimento das elites do que deveria ser o Estado (Elias, 1993), pois, a sufocante pressão daqueles que possuíam do divino direito de reinar e o clero pressionavam as liberdades, direitos e cobravam caros impostos para a manutenção da sociedade da época.

A insatisfação com a forma de governo absolutista culminou no Iluminismo, que construiu consigo respostas para anseios sobre direitos fundamentais relativos à liberdade e igualdade, inspirando movimentos revolucionários no mundo inteiro (Elias, 1993, p. 8).

O século XIX viu a ascensão do liberalismo, movimento que aspirava liberdade econômica e que num determinado momento se aliou aos conservadores para criação de alianças que pudessem promover a construção de privilégios aos detentores dos meios de produção (Hobsbawm, 1987). Nesse momento da história também se obteve as condições propícias para criação de partidos políticos com diferentes ideologias, pois o período marcou o início do fim do absolutismo.

Em determinados momentos da história alguns Estados tornaram a flertar com regimes autoritários e centralizadores, mesmo com o advento de formação de sociedades erigidas por meio do pleito e do voto, o mundo atravessou duas grandes guerras mundiais que promoveram a necessidade de novas organizações, agora em modelo mundial para apaziguar e guardar a liberdade e os direitos humanos. Assim foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945.

### **3.1 Formas de mobilização política**

A mobilização política pode ocorrer de várias formas, desde protestos em vias públicas até campanhas de conscientização no novo mundo virtual. Em seu livro "Mobilização e Participação Política" (2003), Marlon Barrios Mejía referencia as múltiplas formas de mobilização política e destaca também, como a combinação de estratégias presenciais e digitais pode ampliar o alcance e a eficácia do engajamento das pessoas.

Leonardo Avritzer em sua obra "Impasses da Participação Política no Brasil" (2008), explicita estratégias utilizadas pelos movimentos populares e grupos ativistas para mobilizar a população. Essas estratégias variam desde a organização de protestos e manifestações até a construção de redes solidárias e de diálogo com instituições governamentais. Avritzer também destaca a importância da relação entre a sociedade civil e o Estado para o fortalecimento e engajamento de e na democracia.

A mobilização política é um caminho viável para mudança de paradigmas na sociedade. Em "Democracia e Participação: Teoria da Democracia Participativa e Deliberação Pública" (2011), Sérgio Costa elenca como os movimentos políticos podem disseminar debates públicos, influenciar gestões políticas e pressionar por reformas legislativas. O autor cita o exemplo das jornadas de junho de 2013, que, mesmo sendo um movimento que iniciou a corrida para o golpe de 2016, serve como parâmetro de como movimentos políticos podem alcançar seus objetivos.

A Controladoria-Geral da União destaca que a mobilização social é a prática social na qual é possível alcançar o projeto ético previsto na CRFB/88, que cita: Soberania; Cidadania; Dignidade da pessoa humana; Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; Pluralismo político (Brasil, 2021). O controle social é uma ferramenta para manutenção da democracia e participação popular em diferentes espaços decisórios (UNICEF, 1996).

Para Toro e Werneck (2007 p. 5) “a mobilização social é muitas vezes confundida com manifestações públicas”, isto é:

(...) concentrações, mas para os autores isso por si só não caracterizam uma mobilização, disseram que a mobilização ocorre quando há disposição de grupos ou comunidades agem visando um objetivo, um resultado que todos esperam, as práticas portanto podem sim ser em forma de manifestos presenciais, todavia há também outros mecanismos para acessar o objetivo desejado.

A mobilização social é vista por Henriques, Braga e Mafra (2007), como um vínculo instituído socialmente que visa a corresponsabilidade na busca por intervenção em uma determinada demanda. Henriques (2005 p. 8) comprehende a mobilização social como “a reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar uma dada realidade, em relação a uma causa que possa ser considerada de interesse público”. Para Rabelo (2002 p. 30) a mobilização social decorre da ação de participar de movimentos nos quais os indivíduos descobrem interesses em comum.

Em todos os conceitos elencados a respeito do conceito de mobilização social, duas lacunas foram identificadas e precisam de resposta: a primeira é que a mobilização social faz parte de um processo convocatório, sem o qual não se torna coletivo; a segunda é que essa convocação se constitui pelo ato comunicativo, se não há como dissociar estes dois elementos, a comunicação deve carregar ao mesmo tempo os símbolos necessários à adesão ao ato que se pretende estabelecer.

Para Toro e Werneck (2007, p.6) o ato convocatório designa convocar **vontades**, vontade de escolher fazer ou não parte do ato da mobilização, para isso é necessário coadunar ou se identificar com o movimento. Outra definição defendida na obra é a mobilização social como um **ato de razão**, no sentido de haver alguma razão para participar de **um propósito comum**, necessita ser útil ao sujeito ou para seu próximo, uma convicção que possa ser de benefício coletivo.

Entretanto, a mobilização política enfrenta desafios significativos, além do mais, há constantes repressões por força do Estado e das elites em suas direções. Em "Movimentos Sociais na Sociedade Moderna" (1994), o autor Mario Duayer elenca as adversidades que os movimentos sociais e grupos ativistas enfrentam, como a dissipaçāo forçada de seus movimentos, suborno e afugentamento de suas lideranças. Além disso, as divergências políticas e as pressões governamentais podem limitar o alcance da mobilização e inviabilizar o alcance de seus objetivos.

A mobilização política é um componente importante para a promoção da participação social, sendo sustentáculo para manutenção de uma sociedade justa e igualitária. Nesse sentido, a não participação política é na verdade a subordinação às elites e manutenção de seus privilépios. Infelizmente a conquista de liberdade e direitos demandou de nossos antepassados resistência e também sangue. Há de se considerar então que a assídua e organizada participação política é um direito conquistado duramente e não um privilégio de nossos tempos, sendo também um tributo aos nossos antepassados e importante fator para a continuidade de uma caminhada rumo à uma justiça e equidade social, numa sociedade que ainda precisa prestar contas com sua própria população.

### **3.2 Mobilização Social: uma história de rebeldia**

A mobilização social é um fenômeno complexo e dinâmico que desempenha um papel fundamental na transformação de sociedades e na busca por mudanças sociais, políticas e culturais. Ela se refere ao processo pelo qual indivíduos, grupos ou comunidades se unem para alcançar objetivos comuns, seja para promover direitos humanos, combater injustiças, promover a conscientização sobre questões sociais relevantes ou influenciar decisões políticas. A mobilização social pode se manifestar de diversas formas, incluindo protestos, campanhas de sensibilização, petições, ações de voluntariado e uso estratégico das redes sociais.

No contexto acadêmico, a mobilização social tem sido largamente estudada por sociólogos, cientistas políticos e pesquisadores de áreas afins. Autores renomados como Manuel Castells, em sua obra "A Sociedade em Rede" (2005), aborda a mobilização social em um cenário cada vez mais conectado ao ambiente do mundo virtual, pois com o advento de tecnologias midiáticas a aquisição de informação tem sido disseminada com mais facilidade. Além disso, Charles Tilly, em "Movimentos

"Sociais como política" (2010), fornece uma análise histórica e comparativa dos movimentos sociais e sua influência na transformação da sociedade ao longo do tempo.

Como o nome sugere, movimentos sociais são organizações inclusivas compostas por vários grupos de interesses. Os movimentos sociais devem envolver os estratos significativos da sociedade, como os trabalhadores, os grupos de mulheres, os estudantes, os jovens e o componente intelectual. Esses vários setores de interesses da sociedade serão articulados em torno de uma insatisfação comum que, na maioria dos casos, será a percepção comum da falta de democracia em um contexto político específico (Tilly, 2010, p. 1).

A mobilização social então, tem a ver com a rebeldia do povo, a insurgência em detrimento das imposições de privilégios das classes mais abastadas. Fica evidente na percepção do autor que, mesmo em Estados democráticos, onde ao menos deveriam prevalecer mecanismo de controle social popular, o que se evidencia é justamente a escalada de oligarquias ao poder, que se aliam a outros grupos de poder para manutenção de seus privilégios.

Este trabalho dissertativo explora as diversas dimensões da mobilização social, discutindo seus impulsionadores, métodos, impacto na sociedade e desafios enfrentados pelos/as ativistas. Ao analisar exemplos concretos de mobilização social ao redor do mundo, busca-se compreender como essa poderosa ferramenta pode catalisar mudanças significativas e moldar o panorama político e social de uma sociedade.

Um dos primeiros exemplos documentados de mobilização social é a Revolta de Espártaco, liderada por um gladiador romano de mesmo nome (Beard, 2007). Esta revolta, que ocorreu no século I a.C., envolveu escravos que foram mobilizados pelos ideias do gladiador que em determinado momento da história os treinou, seja para fuga, seja para o combate, estes, se uniram contra a tirania romana e buscaram a liberdade. Embora a revolta tenha terminado com a derrota dos rebeldes, ela destaca a capacidade dos oprimidos de se unirem em busca de seus direitos, pois o movimento serviu como parâmetro para destacar a fragilidade de minorias que detêm muito poder frente a grupos organizados.

E, num ato que, na imaginação romana, assumiria proporções igualmente ferozes, nos anos 70 do século I a.C., uma força improvisada de antigos gladiadores e foragidos, liderada por Espártaco, representou mais do que um mero desafio para algumas legiões mal treinadas. Os romanos nunca foram tão invencíveis no campo de batalha como tendemos a presumir ou como os próprios gostavam de inventar. Em 63 a.C., contudo, enfrentavam um inimigo

vindo de dentro, uma conspiração terrorista, no coração do poder romano (Beard, 2007, p. 20).

A busca por liberdade seguiu em todo o mundo, enquanto um preceito de subsistência frente às formas de governo desde a antiguidade até a pós-modernidade. Veremos, portanto, que ao longo da história, diversos movimentos sociais emergiram numa ordem cronológica no intento do direito à liberdade, direitos básicos e de coexistência.

Ainda que seja sistematizada uma linha do tempo da Revolução Americana (1775-1783), passando pela Revolução Francesa (1789), caminhando por seus desdobramentos nos Movimentos Abolicionistas (século XIX), Sufrágio Universal (final do século XIX), Movimentos Trabalhistas e por Direitos Civis pós-grandes guerras, há um ocorrido no Brasil, sob liderança de Zumbi dos Palmares que ecoou e inspirou outros povos e nações a resistirem e buscarem o direito de existir em liberdade. Seguimos nessa linha, primeiro com a revolução dos Palmares (Século XVII), para termos uma ordem cronológica, depois com os demais movimentos citados.

O Brasil enquanto colônia portuguesa, têm um vexatório papel de destaque na comercialização de povos escravizados e, segundo Marquese (2006) o Brasil foi um dos países que teve a maior comercialização de escravos e um dos países que sucedeu a abolição de forma mais arrastada, tardia, sendo o último dos países da américa latina. Em seu texto o autor elenca como os povos escravizados foram trazidos ao Brasil por séculos em centenas de milhares, mas que depois se tornaram milhões de escravos no Brasil, que se reproduziram ou continuaram sendo sequestrados e colocados para trabalhar a força na colônia portuguesa.

O cálculo de pessoas que chegaram nessas condições é incerto, pois surge pelo catálogo que foi embasado a partir do número de carta de alforrias e documentos antigos que diziam respeito ao número de escravos que eram trazidos em navios negreiros, a falta de informações tangíveis sobre nações indígenas utilizadas para o trabalho forçado, a falta de um número concreto sobre a reprodução desses povos já dentro do território de colônia portuguesa e, obviamente, a destruição desses dados feito pelas elites ao passar dos anos.

A Revolução de Palmares, por volta de 1695, representou um dos episódios mais significativos sobre a luta por liberdade na história do Brasil colonial. Indo além, Marquese (2006) disse que este foi o movimento contra a escravidão de maior notoriedade no mundo. O Quilombo dos Palmares, situado no nordeste do Brasil, se

transformou em um epicentro de resistência contra a opressão das elites, escravidão e cultura afro-americana, reuniu pessoas diversas em busca de liberdade e direitos essenciais.

A Guerra dos Palmares foi um dos episódios de resistência escrava mais notáveis na história da escravidão do Novo Mundo. Ainda que as estimativas das fontes coevas e dos historiadores sobre o número total de habitantes divirjam bastante — de um mínimo de 6 mil a um máximo de 30 mil pessoas —, não há como negar que as comunidades palmarinas, dada a extensão territorial e a quantidade de escravos fugitivos que acolheram, tornaram-se o maior quilombo na história da América portuguesa. Suas origens datam do início do século XVII, mas sua formação como grande núcleo quilombola se deu apenas no contexto da invasão holandesa de Pernambuco, quando diversos escravos se aproveitaram das desordens militares e fugiram para o sul da capitania (Marquese, 2006, p. 107).

O Quilombo dos Palmares teve origem no século XVII, quando as primeiras comunidades de escravizados fugitivos e indígenas em perigo se estabeleceram na região nordeste do Brasil. Ao longo do tempo, o quilombo tomou proporção e importância, abrigando milhares de pessoas que ansiavam escapar das duras condições de vida nesse período de escravidão e criar uma alternativa de subsistência baseada em princípios insurgentes à teologia da época.

A liderança épica Zumbi dos Palmares fortaleceu os laços internos do quilombo e sua capacidade de resistir aos ataques das repressões das elites da época. Sob a orientação de líderes corajosos, o quilombo dos Palmares resistiu a diversas tentativas de destruição por parte das forças coloniais e dos fazendeiros que contavam com o labor de escravos, mantendo acesa a esperança por dias de liberdade (Brasil, 2003).

A Revolta dos Palmares estabeleceu a via para a construção da identidade afro-brasileira, destacando a luta pela livre reprodução cultural, incluindo religião e valores compartilhados no processo de resistência que remontavam seus ancestrais. A celebração de elementos culturais provenientes de diferentes origens étnicas dentro do quilombo demonstrou a capacidade de comunidades diversas se unirem em busca de um objetivo comum, além do mais, no Brasil ficou estabelecida o dia da consciência negra em 20 de novembro, que data a morte de Zumbi dos Palmares, para celebração deste importante ícone da resistência negra e abolicionista mundial (Brasil, 2003).

A célebre revolução dos palmares serviu e serve de inspiração até os dias atuais para movimentos de resistência étnicas, principalmente negra e outros setores da sociedade que seguem sendo segregados e tendo o direito de reprodução cultural, religiosa e afins suprimidas, mesmo após a concessão de liberdade. Apenas em 1888

a escravidão no Brasil foi extinta com a assinatura da Lei Áurea, que marcou o fim tardio (de forma oficial) da escravatura no que era o único país das américas que não tinha se posicionado pela libertação dos povos escravizados.

Doze anos mais tarde, em 1900, Joaquim Nabuco listou os caminhos alternativos tomados por outras nações para a emancipação. A abolição no Brasil, enfatizou ele, não veio, a exemplo dos Estados Unidos, como o resultado de uma sangrenta guerra civil. Tampouco foi, como na Grã-Bretanha, a dádiva de uma nação rica e generosa para seus colonos, redimindo escravos por compra. Também não era, como no caso da França, o resultado de uma revolução (1848). Diversamente da Rússia, também não foi resultado do trabalho de um autocrata. Em cada país, concluiu ele, “a extinção da escravatura teve suas características distintas, e foi realizada de uma maneira diferente”. Ao final do que os contemporâneos chamaram de “idade de emancipação”, Nabuco poderia oferecer sua nação para o mundo como palco do último dos processos abolicionistas (Drescher, 2015, p. 30).

Como descrito por Drescher, embora o Brasil não tenha galgado o mesmo rito rumo à libertação dos escravos que outros países, sendo dos últimos ou o último a fazê-lo, é necessário compreender o movimento sociopolítico da época para que não seja desmerecido os movimentos de resistências brasileiros, caso contrário, a falácia de que a abolição brasileira se deu pela bondade das elites podem ser difundidas de maneira errônea. As elites brasileiras, de maneira geral, conseguiram mais êxito do que no restante do mundo para fazerem a manutenção de seus privilégios, conseguiram não apenas retardar a libertação da mão de obra escrava como, ao contrário de maior parte do mundo a partir da Revolução Francesa, manter descendentes da coroa portuguesa no poder.

Outro movimento social passível de destaque foi a Revolução Inglesa (1642), que serviu enquanto exemplo de mobilização social que resultou em profundas mudanças políticas. Os movimentos como os *Levellers*<sup>3</sup> (Furtado, 1990, p. 163) e os *Diggers*<sup>4</sup> (Furtado, 1990, p. 165) buscavam uma maior igualdade social e política, contribuindo para a transformação do sistema político da época em uma monarquia parlamentar. Este foi mais um evento fortemente suprimido, com violência, interpelada pela monarquia da época.

Cabe destaque, que, embora Levellers e Diggers tenham coexistido, o autor (Furtado, 1990) deixa evidente que os Diggers tinham um posicionamento mais rígido e profundo quanto ao requerimento de reformas sobre a sociedade da época, enquanto os Levellers eram mais conservadores em certos aspectos, com inspirações

---

<sup>3</sup> Niveladores em tradução literal (tradução própria).

<sup>4</sup> Escavadores em tradução literal (tradução própria).

inclusive liberais. Essa nota está sendo destacada para evidenciar que embora os movimentos sociais estejam sendo destacados pela ótica das minorias, não se deve desconsiderar que também há movimentos sociais conservadores, moderados, mais ao centro ou mesmo de elites.

Não muito tempo depois da Revolução Inglesa, a Revolução Francesa, ocorrida entre 1789 e 1799, foi um marco histórico de extrema importância não apenas para a França, mas também para o mundo como um todo (Coggiola, 2013). Com suas discordâncias profundas na insatisfação popular, desigualdades sociais e influências filosóficas, esta revolução transformou a estrutura política, social e cultural não apenas na França, mas também teve um impacto duradouro que reverberou por todo o globo.

Segundo Coggiola (2013, p. 317) muitos (as) consideram a Revolução Francesa enquanto um marco ou mesmo a pedra fundamental para construção e manutenção dos direitos humanos, alicerçando também a lógica e necessidade de uma nova forma de governo, de organização social “Nessa concepção, é perfeitamente lógico que se considere que os “autores da Revolução” (sic) inventaram os direitos do homem e do cidadão como uma “linguagem para justificar e legitimar a criação de um novo poder”.

A justificável Revolução Francesa, com seus movimentos sociais, em um estigma glorioso e vencedor, contribui para a reflexão contínua sobre organização social até o alcance de seu objetivo final. Ao cabo da revolução, não muitos anos depois foi coroado imperador da França o general Napoleão, lembre, que, a França lutou contra o absolutismo e retornou à um poder centralizador, existe então a necessidade de constante problematização sobre os passos galgados na construção de um movimento social, na sua implementação e talvez mais do que isto, o que se faz com a tal liberdade após a humanidade conquistar, aparentemente existem duas vias, a construção do novo ou o retorno ao que é mais familiar, neste caso o retorno à busca de lideranças que tenham uma imagem de liderança forte e íntegra, que tenha “mãos firmes”, mas que dê ao povo pitadas de moderação.

A Revolução Francesa foi um célebre movimento de influência e encorajamento na luta contra as elites, ao redor do mundo outros movimentos engatinhavam, se formaram ou ganharam mais força no entendimento de ser possível operar na transformação da realidade social, a partir de então, um dos movimentos de extrema relevância e que buscava justiça na história da humanidade foram os movimentos abolicionistas. Assim como no começo desta seção foi citado um primeiro movimento

alinhado entre antigos gladiadores e escravos domésticos, essa luta perdurou por milênios e mesmo na contemporaneidade há resquícios ou casos de escravidão direta sobre nossos pares.

Diversas sociedades, mesmo ainda na antiguidade, possuem registros de escravidão em suas histórias. Todavia, as grandes expedições europeias a outros continentes culminaram exatamente numa era em que a escrita estava mais disseminada, podendo assim, estabelecer um panorama deste evento que foi o mais brutal da história da humanidade, o período escravocrata.

A partir do final do século XVI, o Atlântico meridional assume uma fisionomia inédita, marcada pelo fenômeno do comércio escravo. A viagem em condições terríveis a que eram submetidos todos os anos milhares de negros africanos transformava a experiência da navegação no momento de passagem para uma nova identidade, através de uma prova de sofrimento explícita e frequentemente deplorada pela teologia moral (Marcocci, 2011, p. 154).

A crueldade do período é largamente difundida sem a real alusão da crueldade que foi. Dentro de uma perspectiva humana, a desumanização do negro não se dissipou totalmente, culminando na necessidade de movimentos antirracistas mesmo atualmente. Ainda se tratando da desumanização do negro é comum observar que escritos, muitos didáticos de períodos escolares, tratam mais a temática de forma quantitativa, no sentido de quantos negros foram escravizados, do que de maneira qualitativa, promovendo um debate mais amplo sobre a forma como essas populações foram violentadas de forma física e simbólica.

Um importante movimento abolicionista foi a Revolução Haitiana (1791-1804), uma colônia francesa, que culminou inclusive na independência do Haiti assim como a conquista de diversos direitos. Destaca-se que, em se tratando de movimentos sociais, estes acabam por disseminar ideais e coragem em outros povos e setores da sociedade que anseiam por justiça (Marques, 2017). Os ideários da revolução francesa ao chegarem na colônia, o que culminou no movimento que dissociou o país de seus invasores, houve contra investida francesa a seguir, para que não houvesse um exemplo de autolibertação bem-sucedida, o que não se sustentou, culminando na independência do Haiti anos mais tarde em 1804.

No século XIX a Grã-Bretanha desempenhou um papel demasiado importante na promoção da abolição da escravidão. Segundo Marquese (2012) liderados por figuras como William Wilberforce, importante liderança política da época, os abolicionistas britânicos travaram consideráveis embates para acabar com o comércio

de escravos e a própria instituição da escravidão. Nos Estados Unidos, entre 1861 e 1865 Drescher (2015) destaca que a luta pela abolição da escravatura culminou no movimento de guerra civil americana. O desfecho foi a emancipação dos escravos em 1863.

Após o breve resumo de revoluções com movimentos sociais históricos, cabe destacar que movimentos sociais não se resumem aos fatos contados até então, existem outros movimentos de resistência que ocorreram ao longo da história que implementaram estratégias de subsistência frente a rigidez de um determinado sistema econômico e cultural, bem como movimentos que reuniram pessoas com interesses em comum, seja na busca por liberdade, direitos ou mesmo visibilidade.

O mundo pós-revoluções e abolições rumou para uma nova estrutura social firmada agora no poder burguês, a classe que se estabeleceu para arraigar o capitalismo enquanto elemento norteador para pautar a organização geopolítica que se tornou a mais influente do mundo. A reestruturação do Estado ainda engatinhava e sufocou os povos que evadiram do campo para migração aos centros urbanos em busca de empregos e melhores condições de vida. Ocorre, que, os direitos trabalhistas ainda eram discutidos e suprimidos sempre que possível pela nova classe burguesa que já não poderia contar com a mão de obra escrava.

Ao se tratar de subsistência mediante um sistema político e econômico que passou a vigorar, destacamos a importância dos movimentos dos trabalhadores. Durante as revoluções industriais, a ocorrida pela acumulação de capital permitiu observar que a distribuição de riquezas continua desproporcional em níveis alarmantes entre o proletariado e os donos do meio de produção. Nasce então, segundo o que se tem notícia, a primeira cooperativa no mundo, a saber, a Sociedade dos Proibos Pioneiros de Rochdale em 1844 (Stahl, 2013), que visou encontrar uma forma de sobreviver à predatoriadade capitalista.

As organizações cooperativas foram criadas por representantes da classe operária no início da deflagração da revolução industrial capitalista. Então, a classe trabalhadora estava submetida à ganância incontrolável de empreendedores industriais da época, que os mantinham em 12 a 14 horas contínuas de trabalho diário, com salários de fome, em condições precárias de saúde e de segurança laboral, sem legislação trabalhista, previdenciária e nem sindical que os protegesse. Os operários de Rochdale criam uma cooperativa de consumo, autônoma, solidária, integralmente sob o seu controle a ser gerida democraticamente na base de “uma pessoa, um voto”, algo então inusitado no cenário econômico, social e político europeu, tanto no processo produtivo, quanto na distribuição dos excedentes gerados (Stahl, 2013, p. 2).

Essa cooperativa de consumo foi criada por tecelões para que se pudesse reunir um maior número de pessoas em torno do objetivo de juntar dinheiro, comprar alimentos em grandes quantidades, para conseguir melhores preços e estocar para os momentos de adversidades. O movimento foi pioneiro para criação de alternativas de subsistência em sociedades capitalistas predatórias.

A organização primou pela solidariedade, organização e equidade institucional. O fato da sociedade estar acostumada a trabalhar com hierarquia em que, quem está no topo delibera e tem muito poder sobre os demais, fez com que o movimento de cooperativas visasse essa descentralização, assim como experimentar uma organização em que todos os participantes têm poder de voz e voto.

Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (2019) existem no mundo mais de 3 milhões de cooperativas ativas, as organizações possuem um total de 1 bilhão de cooperados que congrega 12% da humanidade e, se tratando do faturamento, as cooperativas ao redor do mundo combinadas movimentaram mais de 2 trilhões de dólares por ano, segundo documento utilizado para embasar esses escritos (2019). O documento destaca ainda a criação de 280 milhões de empregos gerados a partir das cooperativas. Vale destaque que 32% das 300 maiores cooperativas do mundo pertencem ao Ramo Agropecuário, e 33% do mercado de seguros europeu é formado por instituições cooperativas que operam no ramo. O Brasil, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2022) possui 9 das 300 maiores cooperativas do mundo.

O site da OCB (2022) possui posição de destaque na defesa de que grandes ideias surgem em momentos difíceis, citando a criação da internet em momentos de guerra e o famoso livro Dom Quixote escrito em uma prisão quando seu autor ansiava por liberdade. Reafirma-se, portanto, que a criação do movimento cooperado enquanto movimentos solidários, testados e comprovados em sua eficácia em momentos de adversidade, que subsistiram e atravessaram mais de um século operando e se expandindo.

Outro movimento extremamente importante na história e que estabeleceu conquistas que atravessou séculos foi o movimento Sufragista, que buscou o direito ao voto universal, liderado por mulheres. Este movimento tem uma história de luta inspirado no final do século XIX e buscava por mais espaço na vida política e direitos básicos (Abreu, 2002). Embora suas raízes tivessem sido firmadas em séculos anteriores em movimentos que já buscavam direitos às mulheres (Abreu, 2002), foi

durante o século XIX que o movimento foi mais organizado e ganhou notoriedade pela constante conscientização das diferenças de gênero impostas pelas sociedades da época. Segundo Abreu (p. 457) data-se que em 1848 nos Estados Unidos houve uma convenção de Seneca Falls, que foi liderada por mulheres, na oportunidade foi elaborada a “Declaração de Sentimentos” que indicava a necessidade de dirigir às mulheres o direito da participação política.

Já nas décadas de 1830 e 1840, as mulheres inglesas começaram a juntar-se a outros movimentos libertários, como o da abolição da escravatura e o movimento cartista, que visava tornar os direitos políticos extensíveis aos trabalhadores. Foi, por exemplo, a exclusão das delegadas da World Anti-Slavery Convention de 1840, realizada em Londres, que deu origem à organização da primeira Women’s Rights Convention, realizada em Seneca Falls, Nova Iorque, em 1848, que, como vimos, marcou o ponto de partida do movimento sufragista nos Estados Unidos (Abreu, 2002, p. 458).

O movimento sufragista galgou, como relata a autora, vias para que não se isolasse de outros grupos sociais, embora este tivesse sido rejeitado pelos outros grupos em alguns momentos, todavia houve a destreza de unir em certos pontos demandas em comuns. Anos mais tarde, uma das autoras do movimento feminista que ganhou mais notoriedade ao redor do mundo foi Simone de Beauvoir, em um de seus livros “O segundo Sexo” (2014) em que a autora analisou com profundidade as subordinações econômicas e culturais impostas às mulheres argumentando sobre como as questões socioeconômicas patriarcas colaboravam para a perpetuação dessas imposições e como as mulheres poderiam contribuir de igual forma para o desenvolvimento sociopolítico. Gregori (2017) destaca que os movimentos feministas ao redor do mundo foram hostilizados, combatidos com força bruta e detalha também que não eram incomuns prisões e espancamentos de suas lideranças.

Os movimentos de mobilização social deixaram um legado de extrema importância no que tange à resistência, luta por direitos e justiça. Esses movimentos desempenharam papel fundamental na formação das sociedades que sucederam tais movimentos, explicitando a importância da união em torno de causas comuns para promover mudanças significativas.

Na seção a seguir, trataremos sobre a história do Licenciamento Ambiental, como surgiu, por qual motivo, para o atendimento de que parte da população e a relação desse processo burocrático legal com as demais populações que disputam o território. Também serão discutidos os desdobramentos do Licenciamento Ambiental na Bacia de Campos, o qual origina o Programa de Educação Ambiental que coordena diversos PEAs de caráter crítico. A base educacional crítica será utilizada então para

desenvolver diversas ferramentas para tentativa da mobilização social, dentre elas, o Censo do PEA PESCARTE.

## **4. LICENCIAMENTO AMBIENTAL, O PEA-BC E SEUS PROJETOS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA A GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA**

A história do licenciamento ambiental no Brasil e no mundo refletem a complexa relação entre desenvolvimento econômico liberal e proteção ambiental, as quais atravessam o eixo educacional que quando liberal, preconiza o desenvolvimento econômico absoluto e aponta este como alicerce para o desenvolvimento das outras questões sociais, como a obediência incondicional aos ideais de desenvolvimento econômico a partir do capitalismo.

As práticas de proteção, conservação ambiental e intervenção crítica se alocam principalmente no campo progressista (embora haja também vertentes liberais de proteção ambiental estas isentam as elites da responsabilização dos impactos que causam ao meio físico-natural) a qual preconiza o debate e controle social por um desenvolvimento econômico e social equilibrado.

O Licenciamento Ambiental é, portanto, importante instrumento para controle ambiental e aparato de consulta pública das questões socioambientais. Um processo de licenciamento que avança promove a obrigatoriedade dos chamados EIA (Estudos de Impactos Ambientais) que é confeccionado com todas as complexidades acadêmicas necessárias sobre o empreendimento em pleito e Rima (Relatório de Impacto Ambiental) que é confeccionado com escrita que possa ser compreendida por qualquer popular (Serrão, 2012).

### **4.1 Breve histórico do licenciamento ambiental no Brasil**

Em 1960 aconteceu uma reunião em Roma que reuniu países interessados em discutir o mundo pós-guerra, entre os debates ganhou destaque às questões ambientais, pois já havia sido entendido que sua utilização desenfreada ocasionaria um colapso nos recursos naturais e na saudável qualidade de vida da população mundial. O movimento ficou conhecido como Clube de Roma (Oliveira, 2005).

Em 1972 a Conferência de Estocolmo reuniu mais de 100 países interessados em discutir as questões ambientais sobre o mundo. Como desdobramento desta conferência as pautas do ecodesenvolvimento, equilíbrio entre as produções industriais e a preservação ambiental ganharam espaço na produção de políticas públicas. A utilização dos corpos hídricos, solos e manutenção do ecossistema como

um todo serviria para diminuir as modificações no clima que se tornaram severas nos anos seguintes Naredo (1996) *apud* Ferreira (2010 p. 5).

O Brasil, que seguiu o bloco liberal durante a Guerra Fria, não se furtou em assumir posição alinhada aos interesses das elites que pouco se preocupavam com a questão ambiental e condicionava o desenvolvimento econômico como base fundamental para as ações do Estado. Apesar da participação na Conferência, o representante brasileiro assustou quando foi sincero em assumir seu compromisso com o plano econômico que defendia (Faval, 2020). Sua declaração sobre primeiro desenvolver a economia e depois arcar com os custos desse desenvolvimento pouco foi criticada e não figurou enquanto elemento de destaque para preocupação popular. Cabe destacar que durante a ditadura militar as repressões eram brutais o suficiente para que a população se mantivesse calada e apática.

A agenda até então havia sido um fracasso, os países mais ricos que se comprometeram com as causas ambientais apenas mantiveram a política da boa vizinhança, as tensões do mundo pós-guerra fizeram com que a diplomacia fosse priorizada, entretanto, a Europa se reconstruiu com empréstimos americanos e o Brasil também se aproximava do Fundo Monetário Internacional (FMI) para buscar empréstimos que pudesse ser pagos a longo prazo.

A partir de 1981 foi criado um órgão para implementar a Política Nacional do Meio Ambiente, alicerçado sobre o artigo 6º da Lei 6398/81, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). A criação do órgão, durante a Ditadura Militar teve um caráter corretivo, o licenciamento de empreendimentos até tinha alguns canais de informação pública, mas eram controlados pelas leis de censura da época (Brasil, 1999, p. 12).

Anos mais tarde, em 1989 foi criado o IBAMA, que posteriormente ficaria com a responsabilidade de reger o Licenciamento Ambiental Federal, desta forma, pois, o Brasil já passava por seu processo de redemocratização, assim, a descentralização de poder se tornou um mecanismo de delegação de autonomia para estados e municípios que, por meio da criação do Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) e de órgãos ambientais das próprias prefeituras, acabou concedendo autonomia para licenciar empreendimentos de âmbito estadual e municipal. O Licenciamento passou a ser feito de acordo com o porte do empreendimento e projeção de potencial poluidor.

Em 1992 a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu uma nova Conferência, a ECO 92, realizada no Brasil, novamente para discutir as questões

ambientais. Na oportunidade, quase todos os chefes de governo compareceram ou enviaram representantes para debater metas de políticas ambientais compartilhadas. Destaca-se, que, desta vez foi construída uma agenda que todos os países deveriam seguir, que foi chamada de Agenda 21.

No ano de 1998 no Brasil o Licenciamento Ambiental ganha a Lei nº 9.605 e, por meio desta fica estabelecido a obrigatoriedade de licenciamento para empreendimentos com potencial poluidor, além disto, fica explícita que a não obediência às normas ambientais poderia acarretar penalidades. Nesse momento se adotou, com base na referência americana, a prática de geração de Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impactos Ambientais, o primeiro enquanto instrumento completo de informação à sociedade e o outro constitui um relatório adaptado para que qualquer pessoa consiga compreender o que se passa (Brasil, 2009, p. 12). Na prática, ao longo das décadas o que se observa, segundo Anello (2009) é que os capitalistas e as elites políticas encontraram no processo de LA uma maneira de se apropriarem do meio físico natural.

#### **4.2 O Licenciamento ambiental na Bacia de Campos e a Criação do PEA-BC**

A Bacia de Campos<sup>5</sup> é uma importante área de exploração de combustível fóssil, localizada na costa litorânea dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A região tem levantado interesse de gigantes do campo do petróleo desde os anos 1970, como resultado, a chegada dessa indústria impactou significativamente o meio físico natural e a sociedade limítrofe (Serrão, 2012).

Para obter algum controle do tipo de desenvolvimento praticado por esta ala da indústria, o governo brasileiro estabeleceu o licenciamento ambiental para esta e outras práticas que causem algum risco à população e/ou ao meio ambiente. No processo de licenciamento é analisado o potencial de impactos das atividades que se instalarão no local, o desenvolvimento de estratégias para mitigar os impactos e a

---

<sup>5</sup> A Bacia de Campos é uma bacia sedimentar costeira no sudeste do Brasil. Estende-se do norte do Rio de Janeiro aos estados do sul do Espírito Santo, limitada por duas fronteiras estruturais, as elevações de Cabo Frio e Vitória, ao sul e ao norte, respectivamente. Essa bacia, juntamente com as outras bacias sedimentares da margem continental brasileira, é uma bacia de “margem continental divergente”. A evolução da bacia relaciona-se com os movimentos de distensão que resultam na separação dos continentes sul-americano e africano, começando no final do período Jurássico/início do período Cretáceo (Correia, 2020, p. 24).

monitoração das atividades para que fique assegurado à obediência às normas sugeridas.

Na década de 1970, na Bacia de Campos, foi descoberto o primeiro campo com petróleo, o qual ficou denominado como Garoupa (Poubel; Júnior, 2017) em sequência outros campos foram sendo descobertos, elevando a visibilidade limítrofe que tem ao menos 100 mil quilômetros quadrados, abrangendo uma região que se estende de Vitória no Espírito Santo até a cidade de Arraial do Cabo no Rio de Janeiro (Poubel; Júnior, 2017). A Bacia de Campos segundo Monié (2003) contém cerca de 80% das reservas de petróleo do Brasil.

A Petrobras, gigante estatal, alcançou sua autonomia no ramo de refino de derivados de petróleo ainda nos anos 1960 e foi preparada para gerir a indústria petrolífera brasileira em todas as suas fases, da extração ao refino, até a distribuição (Poubel; Júnior, 2017). A gigante teve sua primeira licença em 1978, começou a operar em 1979 e desde então tem obtido diversas outras licenças para expandir suas operações na região.

A primeira licença concedida na Bacia de Campos ocorreu na década de 1980 (Schmidt, 2016) para o campo petrolífero de Enchova e, a partir de então, o processo de licenciamento tem sido componente relevante para o gerenciamento das regiões, de forma também a gerenciar a indústria de petróleo e gás a operar de maneira sustentável.

Diversos órgãos federais e estaduais foram criados ao longo desse processo desde que se iniciou o LA na Bacia de Campos. Como o recorte deste estudo de caso diz respeito a um LA de âmbito nacional, nos aterremos a estudar esse processo somente no âmbito Federal. Segundo Serrão (2012) desde 2004 a Comissão Geral de Petróleo e Gás (CGPEG/IBAMA) passou a desenvolver as diretrizes para Educação Ambiental vinculadas e condicionadas pelo processo de LA na Bacia de Campos (p. 1):

Desde 2004, a Coordenação Geral de Petróleo e Gás – CGPEG/IBAMA desenvolveu diretrizes para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental (PEAs) baseados nos princípios da educação no processo de gestão ambiental, com ênfase na participação e na construção da cidadania política, instituindo processos de conquista de direitos e políticas públicas. Os PEAs, implementados como medidas compensatórias e mitigadoras pelas empresas de petróleo licenciadas, estão voltados, prioritariamente, aos grupos socioambientalmente vulneráveis aos impactos verificados nesses empreendimentos.

Em 2006 foi encaminhado pela Petrobras ao IBAMA um documento que relatou o desejo da entidade em assumir compromisso para com a Educação Ambiental na Bacia de Campos. A partir do desejo relatado, a CGPEG criou ideias sobre como poderia funcionar o futuro Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Ainda embrionário, em 2007 foi assinado um Termo de Compromisso (TC PEA-BC) entre a Petrobras e o IBAMA priorizando a Educação Ambiental no âmbito do licenciamento, sendo este um documento inédito firmado entre ambos os lados, que englobava no plano a responsabilidade da empresa licenciada com seus mais de 40 empreendimentos licenciados e outros possíveis que pudessem surgir (Serrão, 2012, p. 205).

Apenas em 2010, a partir da Nota Técnica 001/10 CEGEPEG/IBAMA doze programas de Educação Ambiental foram criados para municípios litorâneos compreendidos como impactados pela indústria de extração do petróleo e gás, foi formalizado então o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA – BC). Este programa da Petrobras é responsável por diversos Projetos de Educação Ambiental (PEAs) exigidos e dirigidos pela fiscalização do IBAMA.

A Nota Técnica também instituiu diversas linhas de ação para esses PEAs, que vão desde a aplicação da fiscalização dos royalties por parte da sociedade até o fortalecimento da organização comunitária. A Nota Técnica priorizou também a educação em caráter de gestão ambiental compartilhada, aquela, inspirada na democracia e justiça ambiental.

#### **4.3 O PESCARTE e a Pesca Artesanal da Bacia de Campos**

Segundo o Diagnóstico Participativo (SOMA, 2014), um dos setores sociais mais impactados pelas atividades petrolíferas na BC são as comunidades de Pesca Artesanal. Diante disso e do processo de crítica do IBAMA ao PEA Pólen que atendia diretamente os pescadores artesanais a partir de um plano de ação conservacionista, a Petrobrás fez uma busca ativa, estabeleceu diálogos e reuniões com alguns grupos e centros de pesquisa de Universidades situadas na Bacia de Campos. Num segundo momento foi aberto um edital para que estas Universidades ou entidades de pesquisa pudessem submeter propostas de Projetos de Educação Ambiental voltados para a comunidade de pesca artesanal. O edital foi vencido pela UENF, com o Projeto de Educação Ambiental (PEA) PESCARTE.

Para Diegues (1983) a pesca artesanal é caracterizada pelo modo de vida que se difere do capitalista, sendo essa população dependente do território aquático para perpetuação de suas culturas e tradições. Para o autor, a pesca artesanal é uma atividade ancestral pautada na ação extractiva e na relação com a natureza. Destaca-se, portanto, que a pesca artesanal se desenvolve na relação de pescadores/as com o ambiente como um todo. Morar perto do território pluvial é importante para a prática da pesca, morar longe desses territórios, sejam de água doce ou salgado pode tornar inviável a prática.

Um conceito comum adotado para mensurar quem é ou não pescador ou pescadora artesanal é o acesso a aparatos tecnológicos ou que diferem pequenas embarcações e instrumentos de pesca. Há um pensamento arcaico que paira, para condicionar a comunidade de pesca artesanal à utilização de instrumentos rudimentares, como se estes estivessem parados no tempo, quando estão atravessando as eras como os demais. Essa lógica romântica e preconceituosa de que a tecnologia não pode facilitar a vida dessas pessoas é similar ao dos indígenas, que para uma maioria de mentalidade ocidental também não deveria se aproximar de tecnologias para não perder suas características tradicionais.

Resende (2006) aponta que os pescadores artesanais da baía de Guanabara experimentaram o processo de modernização e, com ela a urbanização, industrialização e periferização como expressões da modernidade. Essa afirmativa pode ser aplicada aos demais lugares em que o meio físico-natural foi, passa ou pretende ser utilizado como fonte de recursos naturais à indústria. Nos municípios em que o Projeto PESCARTE atua, por exemplo, segundo o Censo Pescarte (2014) a pressão urbana e os conflitos socioambientais impactam direta e indiretamente a capacidade dos grupos e comunidades de pescadores artesanais em subsistir em locais próximos às margens de lagoas, lagunas, praias e rios. A tecnologia se torna um elemento importante para comunicação e desenvolvimento de estratégias de subsistência, cooperação e até mesmo pedido de socorro e ajuda em situações de emergência.

Ainda segundo Resende (2011, *et al*, p. 12) esse processo de modernização é marcado de contradições no que tange o olhar sobre as riquezas e fomenta o atropelamento das culturas locais para estabelecer culturas hegemônicas, “*mais do que isso: o modelo de modernização e de desenvolvimento que tende a destruir a história dos lugares*”. Ainda segundo o autor, o “progresso” que chega para extrair

recursos naturais é o mesmo que nega acesso às tecnologias básicas para facilitação do cotidiano destas comunidades.

Segundo o entendimento sobre a Lei 8.212/91 e 8.213/91, um pescador artesanal é aquele que se utiliza da profissão de modo habitual ou principal por meio de vida. A arqueação da embarcação utilizada por esses povos é igual ou inferior a 10 metros. Já na Lei de nº 3.192/99 do Estado do Rio de Janeiro, o entendimento é de que a embarcação não deve ter mais que 8 metros de comprimento e quando a pesca for a atividade principal do sujeito.

Parágrafo Único - Define-se como pescador artesanal, para efeito desta Lei, aquele que tiver a pesca como atividade principal para sua subsistência, podendo possuir embarcação de no máximo 8 (oito) metros de comprimento. Art. 2º - Quando a propriedade se localizar em unidade de conservação ou área de preservação, o direito de uso e moradia previsto no artigo anterior será efetuado de acordo com planos de utilização previamente estabelecidos e aprovados pelo órgão competente. Parágrafo Único - É garantido aos pescadores artesanais o acesso exclusivo aos recursos naturais, e à participação direta nos planos e decisões que afetem de alguma forma o seu modo de vida (Brasil, 1999).

Embora as definições do que é ser de fato, como se enquadrar na categoria pode divergir de um termo para o outro, existem estudiosos que alocam essa visão numa perspectiva da riqueza cultural dessas comunidades. Cunha (2003) diz: “ao entrelaçar a água, terra e céu, como seus domínios de vida, os pescadores artesanais revelam possuir uma noção tridimensional do espaço, ao contrário da noção espacial urbana, que se manifesta homogênea e horizontalizada”.

O Projeto de Educação Ambiental PESCARTE foi desenhado para promover ações formativas voltadas para o fortalecimento da organização comunitária das comunidades de pesca artesanal, primeiro em 7 municípios (Cabo Frio, Arraial do Cabo, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana), todavia, na terceira fase do projeto, passaram a ser 10 municípios (Carapebus, Armação dos Búzios e Rio das Ostras entraram segundo a mobilização social local e ordenamento do IBAMA).

O Projeto tem como prerrogativa alcançar o fortalecimento da organização comunitária por meio da proposição e desenvolvimento dialógico de Projetos de Geração de Trabalho e Renda, pois considerou-se que a institucionalização do movimento da pesca seria um caminho sólido para que a organização ficasse guardada sob uma instituição. Para isso, o PEA PESCARTE desenvolve suas ações promovendo a participação democrática em suas decisões. Dentre suas ações, PEA

também desenvolve diversas oficinas que preparam as comunidades para gerirem posteriormente os empreendimentos solidários que serão construídos a estes.

No site do PEA-BC o PESCARTE é apresentado como um projeto que tem como finalidade a implementação de uma rede social regional integrada por pescadores artesanais e suas famílias, numa busca por meio de processos educativos que aperfeiçoem e fortaleçam seus modos de organização comunitária, assim como suas qualificações profissionais e envolvimento na construção participativa de projetos de geração de trabalho e renda.

## 5. O CENSO PESCARTE

Censo é uma palavra oriunda do Latim *census* e faz referência aos dados estatísticos dos habitantes de um determinado local. Um censo gera informações quantitativas cujo objetivo é criar vias para elucidar o que há em um determinado território, quais suas as suas características e especificidades entre seus habitantes. A história conta que censos já eram aplicados em diversos lugares ao redor do mundo, em tempos antigos e por outras civilizações. O censo mais antigo que se tem notícia é o da China, realizado em 2238 a.C. sendo que, outros registros datam sua realização entre egípcios e hebreus no século VI a.C., os quais também tinham o hábito de fazer levantamentos sobre seus habitantes (Brasil, 2022). Posteriormente, romanos e gregos também promoveram censos por volta dos séculos VIII e IV a.C. com o intuito de identificar o nível de riqueza de habitantes, mensurar possíveis contingentes para recrutamento de serviço militar e pagamento de impostos (Brasil, 2022).

A história do censo no Brasil se consolidou como um projeto de pesquisa demográfica que objetivou coletar dados e tê-los disponíveis, para ter controle principalmente do que era produzido no país e ter dado disponível de como as pessoas viviam, quais eram suas características demográficas, quais bens acessaram e o quanto poderiam contribuir em termos de tributos.

O primeiro censo foi feito no país em 1872 (Ferraro, 2004). Com o passar do tempo e com as mudanças sociopolíticas ao redor do mundo, o censo no Brasil também se tornou um importante instrumento de compartilhamento de informação sobre a gestão do país.

Portugal influiu sobre o Brasil na história da colonização em diferentes aspectos, na imposição cultural, da religião e linguagem desde a chegada do padre Anchieta por exemplo e herdou a forma de coleta de dados demográficos de suas populações. Portugal absorveu o modo europeu de controle demográfico através de banco de dados sobre a população. Destaca-se, portanto, que este modo de controle demográfico não surgiu no ocidente, já que civilizações mais antigas já possuíam métodos de levantamento de dados sobre suas populações (Santos Aguiar, 2013).

A partir da independência do Brasil junto a Portugal em 1822, o país aplicou seu primeiro censo 54 anos depois deste evento, seguindo os preceitos praticados pelo seu colonizador. O primeiro censo objetivou então ter base de quem eram as pessoas que viviam no Brasil, as condições econômicas e a partir disso ter um produto

que pudesse ajudar a modernizar o país, atualizar seu plano político e promover seu desenvolvimento (Santos Aguiar, 2013). A nova estratégia de relação social entre a monarquia e as diferentes classes pretendia aludir o prestígio da monarquia para com as pessoas que estavam construindo o país, a projeção do cuidado e promoção de alianças através de políticas direcionadas aos aliados para afastar possíveis insurgências.

Os primeiros respondentes do primeiro Censo foram principalmente homens, donos de propriedades, que sabiam ler e escrever (uma pequena parcela da sociedade). Essas pessoas foram as responsáveis por indicarem a imagem social projetada na primeira coleta de dados feita no Brasil, deveriam por tanto, responder suas origens, quantas pessoas compunham suas famílias, quantas posses tinham, quantos escravos e de qual setor econômico faziam parte.

Segundo Silva (2020, p.18) *apud* Gonçalves e Mesquista (no prelo p. 1) “um censo é um estudo que coleta informações capazes de descrever a realidade de uma população e, “um censo pode ser considerado como instrumento central de diagnóstico das condições de vida de uma população”.

A princípio houve uma tentativa de realizar um censo demográfico no Brasil em 1872, ordem oriunda da lei de 9 de setembro de 1870 (Brasil, 2022). Somente em 14 de janeiro de 1871, a partir do Decreto 4676 e em consonância com a Lei 1.829, foi criada a Diretoria Geral de Estatística (DGE), instituição que inaugurou serviços de estatística no Brasil, ainda no Segundo Império (Camargo, 2018).

Outros Censos foram realizados no Brasil, que passou a utilizar esta forma de levantamento de informação sobre sua população como instrumento analítico de formação de políticas públicas. Jannuzzi (2018) defende a relevância da informação estatística para o desenvolvimento de políticas sociais no Brasil, destacando que a elaboração de políticas públicas carece de aprofundada análise dos processos sociais que geram vulnerabilidades sociais em diferentes comunidades. A pesquisa quantitativa censitária funciona como importante instrumento para identificar onde estão e quais são essas mazelas sociais.

O Brasil seria diferente do que é hoje se não fossem as informações produzidas pelo IBGE e por outras instituições do Sistema Estatístico Nacional. Com todas as iniquidades sociais que ainda persistem no país, o quadro seria seguramente pior caso não houvesse informações estatísticas levantadas há mais de 80 anos ou quase 150 anos, se forem considerados os esforços de realização do primeiro Censo Demográfico em 1872, no final do Império, quase 20 anos depois do planejado, pelas resistências da elite

latifundiária e escravocrata da época. Não há como não reconhecer que parte das conquistas republicanas de universalização da educação básica, do acesso à água, redução da pobreza, promoção do desenvolvimento regional, ampliação da cobertura do emprego formal e da previdência pelo vasto território brasileiro deve-se à disponibilidade de informação estatística de boa qualidade e cobertura levantada pelo IBGE e outras instituições como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, os departamentos de estatísticas e pesquisas dos Ministérios e órgãos subnacionais de planejamento e estatística (Jannuzzi, 2018 p. 1).

Em 1936, na era Vargas, foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que ficou responsável até o presente momento pela coleta de dados demográficos do país. O discurso de Vargas na época era que a obtenção de dados fidedignos do país e condições sociais de seus habitantes eram essenciais para redução de discrepâncias entre os mais e menos abastados, possibilitando assim, informações estratégicas para construção e promoção de políticas públicas (Beltrão, 2004).

A criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também oportunizou o compartilhamento das informações sobre o país, da gestão dos agentes políticos escolhidos pela sociedade, onde recursos e investimentos são aplicados e quanto é aplicado.

Ainda que o Censo demográfico tenha mudado seu caráter, tenha sofrido uma positiva sofisticação no método, buscando abranger considerável parcela da sociedade, há ainda, em sua implementação a invisibilização de categorias identitárias de contingentes populacionais, invisibilidade decorrente do método, da indisposição social em reconhecer essas pessoas ou ambos os casos.

O Censo no Brasil é feito de 10 em 10 anos independente do agente político que estiver na esfera executiva, cabendo ressaltar, porém, que o órgão é vinculado ao Ministério da Economia, que por sua vez é gerido pelo Poder Executivo (IBGE, 2022) e, durante o governo do Jair Messias Bolsonaro o órgão não recebeu recursos para a confecção do censo, numa manobra política para não permitir que a população conhecesse sua realidade (Kopper, 2023).

Uma outra estratégia para invisibilizar ou não dar a devida relevância para algum setor ou grupo social é simplesmente riscá-lo do censo. Assim como nos primeiros censos do Brasil a contabilização da população apenas levava em consideração quem tinha alguma relevância para o Estado (homens brancos proprietários de terras e escravos) isso não significa que a estratégia mudou. A

inviabilização de minorias no censo do IBGE ou a ponderação falha desses grupos os colocam em posição de vulnerabilidade.

O movimento LGBTQIA+, pessoas em situação de rua e mesmo os ateístas não tiveram espaço ou reconhecimento no censo demográfico mais recente, de 2010. No caso de pescadores/as artesanais e suas comunidades podemos afirmar certa invisibilidade uma vez que estas são confundidas com a categoria da pesca industrial ou são colocados diluídos em outras categorias.

O Censo da pesca artesanal desenvolvido pelo PEA PESCARTE, foi construído visando examinar apenas pescadores/as e seus familiares, tendo pela primeira vez, um amplo instrumento de coleta de dados que permitiu diagnosticar como vivem essas populações, do que carecem, quais artes de pesca praticam e quais são as pessoas ligadas direta ou indiretamente na atividade pesqueira.

O Censo Pescarte, desenvolvido na primeira fase do Projeto, teve 10 Blocos de perguntas, os quais possibilitou gerar o livro de análise desse Censo “Trabalho e Pesca no Litoral Fluminense: Reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte (2019)”, que apesar dos 18 capítulos, o acervo de dados gerados possibilitou ainda mais análises. O Censo obteve dados de mais de 4 mil respondentes principais e identificou mais de 10 mil pessoas ligadas à pesca artesanal.

O Primeiro Censo Pescarte pôde atualizar e aprofundar dados referentes à cadeia produtiva da pesca artesanal gerados pelo Diagnóstico Participativo PEA-BC, realizado em 2014-2015, financiado pela Petrobras, órgão licenciado e que tem como condicionante de operação o financiamento do Projeto de Educação Ambiental PESCARTE. A escolha do tema se deu então, pelo interesse da utilização do Censo como um ato pedagógico para a promoção de reflexão político-social bem como via de visibilização e legitimação das comunidades de pesca artesanal, pois busca prospectar dados socioeconômicos, questões de gênero, etnia e acesso às políticas públicas que não constam em outras fontes Censitárias ou não respeitam as singularidades desses sujeitos enquanto povos tradicionais. Cabe destacar que o Censo PESCARTE foi planejado para que seus recenseadores não apenas fizessem a coleta de dados, mas também fizessem a comunicação para convocação à mobilização social.

O Censo 2022/2023 conta com 58 educadores socioambientais que se dividem entre outras atividades do campo e obteve também a contratação de 21 recenseadores contratados diretamente da classe pesqueira artesanal, prevendo a

facilidade de trânsito nas comunidades e identificação com a mobilização social necessária à intervenção social. Segundo Gonçalves e Mesquista (no prelo) todos os educadores recenseadores passaram por treinamento teórico, operacional, simulações e em seguida foram direcionados para a fase pré-teste em comunidades de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

Sobre o questionário, este, segundo IBGE (2016 p. 36) apud Gonçalves e Mesquista (no prelo) é um instrumento de investigação científica composto por uma série de perguntas ordenadas, que visam obter informações da população entrevistada. É um formulário usado para o recenseamento dos domicílios". As perguntas estão inseridas em um software chamado eQuest, que foi desenvolvido originalmente pela equipe do Projeto para o segundo Censo, devidamente patenteado.

Destaca-se que desde maio de 2022, o Segundo Censo PESCARTE vem sendo aplicado pelos Educadores Socioambientais Recenseadores, devidamente treinados segundo as bases da Educação Ambiental crítica, que estabeleceram concomitantemente comunicação social para sensibilizar rumo a mobilização social, de modo que estreite o vínculo com o Projeto a fim formar as comunidades atendidas para organização comunitária e posterior participação na Gestão Ambiental Pública.

## **5.1 O Educador Socioambiental Recenseador**

Se torna pertinente compreender como ocorreu/ocorre o treinamento e capacitação destes recenseadores para atuarem colhendo os dados necessários ao preenchimento do questionário e alicerçando relações de diálogo com as comunidades pesqueiras em busca de adesão ao próprio PEA PESCARTE enquanto meio de fortalecimento da organização comunitária para a gestão ambiental pública.

Antes de auferir, na visão de Mesquita (no prelo) o responsável pela contratação dos recenseadores na qualidade de supervisor do Censo do Projeto PESCARTE, delimitaremos o que é um ato pedagógico em si, mediante autores da área da educação. Este fator é relevante para compreensão da educação enquanto ato político.

Como o Projeto PESCARTE desenvolve ações formativas seguindo uma vertente de educação crítica e, para tanto, os recenseadores também tiveram que

passar por treinamento que enraizasse esses conceitos em suas técnicas antes da partida para o campo.

Segundo Gonçalves e Mesquista (no prelo) o educador socioambiental recenseador é responsável por fazer a coleta de dados por meio de entrevistas. Os educadores socioambientais recenseadores obtiveram treinamento segundo as diretrizes educacionais progressistas aludidas pelo IBAMA, a Educação Ambiental crítica, pela qual está alicerçado a intencionalidade pedagógica, de promover a reflexão para posterior intervenção social, baseadas na leitura crítica que, antes de serem apaziguadoras, desvelam e endereçam os conflitos em benefício das populações vulneráveis (Serrão, 2012, p. 280). São a partir dos conflitos que os posicionamentos antagônicos das classes ficam evidentes.

O pensamento crítico é o pilar para a intervenção social, a destreza para se situar política e socialmente foi uma preocupação de Freire (2014) que defendeu a educação como prática libertadora apenas se oferecer criticidade sobre o contexto social dos indivíduos. A educação se estabelece, portanto, na comunicação humana, pela qual é possível aplicar a intencionalidade pedagógica.

Como predito nos escritos introdutórios deste trabalho, os educadores (as) socioambientais recenseadores da primeira e segunda fase de aplicação do Censo foram contratados e treinados de formas distintas. Enquanto na primeira fase do Censo os educadores socioambientais eram provenientes de processo seletivo interno e tinham múltiplas funções na equipe, na segunda fase foi pensado que a contratação de pessoas ligadas à própria comunidade facilitaria a entrada nas comunidades de pesca, bem como o linguajar e mobilização também aproxima as pessoas procuradas do projeto. Além do mais, no segundo Censo, o profissional contratado teria apenas a função de recensear, enquanto outra equipe contratada cuidaria das outras atividades do PEA.

## **6. RESULTADOS: ANÁLISE DO CENSO DO PEA PESCARTE, DE SUA CRIAÇÃO À SUA APLICAÇÃO SOB PERSPECTIVA DA COORDENAÇÃO TÉCNICA E SUJEITOS DA AÇÃO EDUCATIVA**

O planejamento para coleta de resultados da presente pesquisa seguiu o método de entrevistas semiestruturadas que pudessem sofrer ou não adaptações durante sua realização, para que dessa forma houvesse um estímulo argumentativo que tornasse propício ao entrevistado refletir sobre fatos que considerou importantes. Considerou a busca por contrastes nas avaliações entre o Coordenador Técnico Geraldo Márcio Timóteo e duas importantes lideranças da comunidade de pesca artesanal, uma de Cabo Frio, Eli da Costa, e outra de São João da Barra, Fernanda Pires. É importante destacar que a análise dos dados que serão desenvolvidas a seguir, manterá ordem pensada para tornar o capítulo mais didático, se a sequência fosse linear de acordo com a entrevista, os assuntos se encaixariam de maneira atravessada, tornando difícil a compreensão.

A escolha dos entrevistados se deu pela importância de conseguir extrair dos pensamentos do próprio idealizador do Projeto e Censo, a forma como quis penetrar no campo e construir artesanalmente suas relações que necessitaram ser retroalimentadas para composição de um Projeto Educacional e precisaria se alicerçar por muitos anos mais. Da comunidade de pesca artesanal, foram escolhidos um antigo pescador e líder comunitário de Cabo Frio e uma Beneficiadora e líder comunitária de São João da Barra, ambos com longo histórico de representatividade na pesca artesanal e lideranças de movimentos da categoria.

Destaca-se, portanto, que a transcrição fidedigna das entrevistas realizadas nos oportunizou, primeiro junto ao Coordenador Técnico, 59 minutos e 13 segundos de conversa, com roteiro que provocou apresentação pessoal, história da mediação institucional para proposta de Censo da pesca artesanal, a construção do Censo e avaliação de êxitos e adversidades. A entrevista foi realizada no escritório pessoal do entrevistado.

Na sequência, pensou-se na oportunidade de verificar o que foi o Censo e se há contraste ao que foi planejado pela coordenação técnica do PEA sob a ótica de duas lideranças da pesca artesanal, um líder de um dos municípios considerados ao Sul (Cabo Frio) da área de abrangência do PEA e outra do Norte (São João da Barra), um homem e uma mulher, ambos com longa história de representatividade

institucional. As entrevistas, também transcritas de forma fidedigna, originaram dois materiais, um de cerca de 2 horas de entrevista e outro de 1 hora 2 minutos e 2 segundos. O roteiro semiestruturado montado seguiu provocações para identificações pessoais, o histórico dessas pessoas em PEAs, a experiência que tiveram com e a partir do Censo do PEA PESCARTE e suas reflexões finais sobre o futuro da Pesca.

Ao leitor, indicamos, portanto, que, primeiro explicitamos a perspectiva do criador do Censo do PEA PESCARTE, na sequência, do líder comunitário de Cabo Frio, depois da líder comunitária de São João da Barra e, por fim, faremos análise das entrevistas fazendo o contraste principalmente se o Censo funcionou como um instrumento pedagógico de mobilização social.

## **6.1 Análise da entrevista com a coordenação técnica do PEA PESCARTE**

A entrevista aconteceu no dia 16 de maio de 2023, às 14 horas no escritório pessoal, no apartamento do entrevistado em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. O Coordenador Técnico do PEA PESCARTE é professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro. O professor tem Graduação em Ciências Sociais, Mestrado em Extensão Rural e Doutorado em Sociologia.

O escritório, abarrotado de livros, tinha 3 divisões principais em que os livros foram divididos em: Sociologia do trabalho, mobilização social, política e educação. Não ficou evidente outras vertentes científicas além destas. O escritório também continha alguns cadernos e anotações pregadas na parede sobre seus trabalhos, vários objetos decorativos que pareciam arte de artistas de rua ou ligados à pesca artesanal, barco, objetos feitos de gravetos ou taboa.

Após as considerações iniciais e o pedido para gravar a entrevista, a primeira provocação foi para que o Coordenador Técnico explicasse de onde surgiu a inspiração para construção de um Censo para a pesca artesanal. Como resposta, Geraldo evidenciou que se inspirou em duas origens, uma experiência em Minas Gerais sobre conjuntos habitacionais e considerou ser exitoso. Também relatou que em 2012 começou a frequentar as comunidades de pesca do litoral fluminense e considerou que as informações sobre essas populações eram quase inexistentes.

Olha, primeiro que o censo ele é um instrumento, uma técnica de coleta de dados que você lança mão quando você não tem o conhecimento do... da população. Então você para fazer uma amostra, você precisa de alguns parâmetros daquela população para você estimar o número da amostra

quando você não tem isso, o censo ele é a forma mais adequada pra você dar conta, né? Das características dessa população. Além do, da contagem servir para ter uma representação desse todo o que pra um processo de amostragem posterior é super importante. O censo da pesca ele tem 2 origens, a primeira ele tem como base um questionário que eu apliquei numa pesquisa chamada Novos Territórios Urbanos. Essa pesquisa foi feita com 10, é... conjuntos habitacionais, né? chamado do... programa chamado Morar Feliz. E, é... por sua vez, esse questionário teve como base o questionário aplicado numa pesquisa chamada BH área Survey, que é feita em Belo Horizonte pelo UFMG (*ENTREVISTA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2023, COORDENADOR TÉCNICO DO PEA PESCARTE, TEMPO DE DURAÇÃO, 59 (CINQUENTA E NOVE) MINUTOS*).

A princípio o eixo norteador para o desenvolvimento do Censo, segundo o entrevistado, foi a busca por informações sobre a comunidade da pesca artesanal, visando dados para servirem como base que sustentasse outras ações do PEA. Em seguida, foi observado que faltava algo relativo a tato, proximidade dessas comunidades e, portanto, o Censo também foi pensado para abertura de campo, num processo de sensibilização.

Eu comecei a frequentar as comunidades de pesca, né? Fui muito a Farol, fui a São Francisco, fui a Quissamã, fui andando, conversando, apropriando de informações e buscando informações, é... já existentes, secundárias. E elas eram quase inexistentes, né? A leitura de alguns textos tornava os pescadores quase uma fantasia, né uma... uma como se fosse uma cultura preservada, aquele ambiente bucólico, sabe? um pensamento sobre a... a comunidade de pesca que eu não vi e não via. Então, quando estava elaborando o, o projeto né desenhando nas fases, eu vi que se nós quiséssemos sustentar uma ação de longo prazo, nós teríamos que primeiro reconhecer essa comunidade e esse instrumento serviria ainda como elemento de indicador de desenvolvimento do PEA, né? Então, no primeiro momento ele é usado como fonte de informação, mas quando ele vai ser proposto, o que que nós observamos, né? A nossa pouca entrada no campo e as dificuldades, até porque durante aqueles 2 anos anteriores eu quase não consegui conversar com... com dirigentes da pesca, não tinham espaço, não queriam conversar e eu também não me apresentava, né? Como um pesquisador, né? Como que ainda estava começando a elaborar, estava falando dos projetos, né? De possíveis projetos que eu iria propor, isso atrai muito pouco, né? Então quando eu vi isso, eu falei, olha o jeito, quebrar essa estrutura é por meio da pesquisa e é colocando os... os, né? Técnicos do projeto se aproximando das pessoas e realizando o censo (*ENTREVISTA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2023, COORDENADOR TÉCNICO DO PEA PESCARTE, TEMPO DE DURAÇÃO, 59 (CINQUENTA E NOVE) MINUTOS*).

Durante a entrevista, a explicação de nosso interlocutor sobre a entrada no campo remeteu à um aspecto relevante desta pesquisa, a questão institucional e suas relações com as comunidades de pesca atendidas, foi feito então, uma provocação para que fosse explicitado como se deu a negociação para construção do Censo, pois é um aspecto que foi remetido para análise da empresa licenciada e ao órgão

licenciador, enquanto parte do cerne metodológico e que corrobora com o objetivo de atingir a organização comunitária do PEA.

Olha, o censo, todo o censo é uma pesquisa cara. É uma pesquisa que requer recursos, né, mas ele acaba sendo mais barato do que fazer uma amostra representativa em cada município, sabe? Porque na amostra você tem a obrigação de coletar, enquanto no censo é um número que você encontrar, o número que você prospectar sem um limite digamos assim, máximo nem mínimo, é o que se encontra. O ideal é que você tenha condição de encontrar todos os, os membros daquela população. Quando nós propusemos isso para, para a Petrobras, o Ibama, não houve nenhuma restrição, sabe? Mas no primeiro momento, a equipe técnica que realizou a coleta do censo, né? Então não tinha um custo adicional, nós podemos falar de um custo adicional agora na terceira fase, em que há uma equipe própria cujo custo deve girar em torno de 2 milhões e meio, 3 milhões, né? A dessa equipe nesse período. E, é... As dificuldades foram mesmo primeiro de apresentar o questionário do tamanho que ele é. E aí você tem que convencer, né? Tem que apresentar os argumentos técnicos (*ENTREVISTA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2023, COORDENADOR TÉCNICO DO PEA PESCARTE, TEMPO DE DURAÇÃO, 59 (CINQUENTA E NOVE) MINUTOS*).

Embora não houvesse, segundo o Coordenador, resistência num primeiro momento ao Censo, outro fator que propiciou o questionamento, foi a relação tanto do IBAMA quanto da Petrobras junto à comunidade, pois uma instituição foi a responsável por conceder o território, que anteriormente era de uso comum das comunidades de pesca artesanal, e que posteriormente foi concedida à outra instituição. O questionamento foi a respeito da presença dos emblemas dessas instituições nos uniformes e materiais de trabalho dos educadores durante a aplicação do Censo, se gerou algum conflito?

Muita porta na cara. E eu vou te falar que Ibama e Petrobras podem não reconhecer, mas elas tinham uma visão, os pescadores tinham uma perspectiva dessas 2 instituições antes e tem outra agora depois da intervenção do PEA, né? E depois do Pescarte, porque se você pensar que o Pescarte é um dos mais novos que chega depois com os outros já estavam plantados, né? Depois de um histórico já, né? Bastante razoável de intervenção dos PEAs, você vê que entre os pescadores que são os mais atingidos pela pella... Pela exploração de petróleo e caça, a perspectiva sobre o que é Petrobras, sobre o que é Ibama alterou bastante, né? Eu acho que não diria a comunidade de pesca como um todo, mas uma parte expressiva que se alia, né? Que se organiza no Pescarte tem uma outra perspectiva de Petrobras, uma outra perspectiva de Ibama, né? Os analistas da Petrobras não sabem como eles eram recebidos no começo, né? Eles tinham até receio de agressão, né? E hoje você vê que eles são ouvidos, respeitados as pessoas querem saber o que Petrobras pensa sobre, as pessoas diferenciam claramente o que é Ibama “fiscalização” do que são os analistas (CGPEG), né? E... e percebe um papel institucional e importância do Ibama pra que existam os PEAs. A Petrobras no começo ela tinha uma resistência enorme ao próprio PEA, né? Porque ela não queria contribuir com os projetos. Ela tinha uma perspectiva de desconfiança, da intenção do PEA, hoje eu acho que eles são aliados (*ENTREVISTA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2023, COORDENADOR TÉCNICO DO PEA PESCARTE, TEMPO DE DURAÇÃO, 59 (CINQUENTA E NOVE) MINUTOS*).

O Coordenador Técnico ressaltou que num primeiro momento a presença dos nomes destas instituições atrapalharam as pesquisas e entrada no campo, todavia, com o passar do tempo, a relação entre o PEA e as comunidades alteraram as perspectivas dos sujeitos da ação educativa em relação à essas instituições.

Durante a entrevista houve uma inquietação sobre a perspectiva a respeito do que pensa o Coordenador sobre o caráter pedagógico do censo, se há esse caráter e a finalidade de transformar esse instrumento de coleta de dado num processo além da coleta de dados. Foi respondido que o censo não se tornou um instrumento pedagógico, mas que já havia sido planejado como tal.

Ah desde o começo, até porque o censo ele foi pensado não só como instrumento de coleta de dados, mas de fornecer dados também. Perceber que as perguntas são esclarecidas, as perguntas primeiro, você oferece informação e pergunta a pessoa sobre aquela informação. Alguma outra importante? Isso gera reflexão. Hoje nós temos mais de 5000 entrevistados. E... se você perguntar, estas pessoas, talvez não a maioria, mas uma parte considerável vai, vai avaliar positivamente a aplicação do censo, e... e, a resposta que a gente fez, a gente encontra, né? Que os recenseadores passam. A pessoa ficou curiosa, até achou, é... que foi curto, né? Que saiu melhor depois da entrevista. E ele tem essa função pedagógica pra dentro, né? No sentido mesmo de despertar para a pesquisa e para o campo informações que normalmente os outros PEAs operam sem, sabe? (*ENTREVISTA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2023, COORDENADOR TÉCNICO DO PEA PESCARTE, TEMPO DE DURAÇÃO, 59 (CINQUENTA E NOVE) MINUTOS.*)

O entrevistado cita também que a partir do momento em que o Sujeito da Ação Educativa (SAE) acha relevante responder o Censo, este, reflete sobre as questões respondidas, conversando a respeito da relevância dessa reflexão das realidades político-sociais dentro de um PEA que tem como finalidade o fortalecimento das organizações comunitárias. Destaca-se, portanto, que houve curiosidade a respeito do que pensa o Coordenador do PEA sobre a mobilização social. Na explanação o entrevistado enfatiza que, a mobilização é um ato que envolve a comunicação, a reflexão social e atuação na intervenção de conflitos.

Sim, mobilização é a disposição de agir. A disposição dos indivíduos de se acionarem por um discurso, por uma intenção, por um propósito, né? Não existe mobilização as pessoas em casa, sabe? A mobilização significa disposição de mover, de agir de, é... participar, não é? Eu acho que a mobilização é isso. Uma... uma população mobilizada, ela reage aos estímulos que são aplicados, do contrário você não tem nenhuma mobilização. Se nós chamamos uma reunião, as pessoas foram comunicadas, mas elas não estiveram presentes elas não foram mobilizadas, foram informadas, então a diferença da mobilização é a disposição de agir, né. E a maior parte dos textos que eu me apoio, não é? Apresentam

mobilização, como isso. É o indivíduo que tem a capacidade de envolver-se, né? Com ações que são propostas (*ENTREVISTA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2023, COORDENADOR TÉCNICO DO PEA PESCARTE, TEMPO DE DURAÇÃO, 59 (CINQUENTA E NOVE) MINUTOS.*)

Outro fator passível de destaque é a necessidade de entender, sob a ótica do Coordenador, seu posicionamento sobre educação, sobre as tendências pedagógicas e macrotendências da Educação Ambiental e o posicionamento do PEA e suas referências. Embora não tenha sido feita uma provocação direta sobre este parâmetro, em alguns trechos da entrevista ficou evidente a reflexão social e educação para atuação na gestão de conflitos de interesses das comunidades. Inclusive, foi relatado que uma das estratégias para facilitar a coleta de dados foi a preferência por contratação de pessoas das próprias comunidades de pesca para facilitar a entrada nestes territórios.

Olha, a contratação foi um processo bastante amplo e nós pedimos para divulgar. Nós tivemos 108 inscritos para selecionar 21, né? E prioritariamente da pesca. A, o... a o fato é que alguns requisitos, como ter carteira, segundo grau... era cumprido por uma parcela muito pequena. No final, nós tivemos que admitir pessoas que não tinham carteira e tivemos que concentrar a escolha em determinados municípios, porque outros municípios não tinham pessoal em número suficiente ou com as qualificações requeridas ou mesmo a... a entrevista, a entrevista foi ampla, teve a entrevista, participaram 8 pessoas, né? Validando. Por isso, às vezes a discussão depois, eram eles que deviam ser? Sim, eram aqueles que foram escolhidos por uma margem grande de pessoas avaliando, né? E... é, estas pessoas passaram por 4 meses de treinamento. Sabe? Intenso, com o questionário, com é se apropriando da realidade da pesca por na perspectiva de um projeto de educação ambiental, já que a grande maioria era da pesca, né? (*ENTREVISTA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2023, COORDENADOR TÉCNICO DO PEA PESCARTE, TEMPO DE DURAÇÃO, 59 (CINQUENTA E NOVE) MINUTOS.*)

A resposta gerada nesta provocação gerou uma inquietação a respeito da estratégia de contratação da própria comunidade para a coleta de dados, abertura de campo e mobilização social dentro de uma perspectiva de Educação Ambiental crítica. A inquietação foi sobre a avaliação do Coordenador se foi uma aposta arriscada ou se avalia como acertada, pois o processo de contratação deixou muitas pessoas de fora em virtude das poucas quantidades de vaga, além do mais, gerou provocações para as entrevistas seguintes junto aos sujeitos da ação educativa, sobre como ficou a perspectiva destes a respeito das pessoas que passaram no processo seletivo e os que não foram contratados ou que foram demitidos durante o processo de trabalho.

E isto eu diria que, é um processo de longo prazo, porque se você pega, tem técnicos do projeto com 8 anos de projeto que ainda masca alguma coisa que ainda não comprehende uma série de questões de desenvolvimento do

projeto. Você não pode esperar que pessoas que chegaram, né, ontem no projeto tenham todo esse cabedal. Mas o que que nós podemos avaliar? Que o resultado do treinamento foi eficaz. Né? Se você tem problema com um, com o outro, nós tivemos que demitir pessoas, né? E... você observa que nós já atingimos a meta anterior, né? Que era de igualar o censo anterior. Já ultrapassamos. E se você considerar que foram 4 meses de treinamento, considerar agora nós temos coleta de dados 11 meses. Né? De coleta de dados. Então, em 11 meses, nós coletamos 5000 entrevistas. Se você divide isso, é um número razoável de de pesquisa, de envolvimento e aí, quando as pessoas reclamam dos recenseadores eu não ouço de tudo, né?  
*(ENTREVISTA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2023, COORDENADOR TÉCNICO DO PEA PESCARTE, TEMPO DE DURAÇÃO, 59 (CINQUENTA E NOVE) MINUTOS).*

O Coordenador Técnico, apesar de ter relatado que a aposta na contratação de pessoas da própria comunidade resultou num número maior de Censo em relação à primeira fase, não fez menção de que na primeira fase os educadores socioambientais não tinham sido contratados só para a função do Censo, como é o caso da segunda fase, deixou evidente também cobranças a respeito desses trabalhadores ao dizer “preferir não ouvir de tudo sobre estes” no sentido de relativizar as reclamações embora tenha deixado claro que aconteceram demissões diante de casos de descumprimento das obrigações acordadas na contratação.

Houve falas de que a estratégia funcionou em alguns lugares e outros não, que apesar de contratar pessoas das comunidades da pesca locais, a entrada no campo não funcionou, seja por questões de baixa assimilação do trabalho que deveria ser desenvolvido, mas que não foi uma regra, pois há pessoas da pesca que fizeram mais questionários em comparação à elementos que não são. Ainda sobre a questão, duas coisas chamaram atenção, o convite de pessoas do Censo para trocar de função com pessoas das equipes de socioeducadores municipais e vice-versa. Destaca-se que as equipes municipais recebem 4 anos de contrato de trabalho, enquanto do Censo, apenas 2 anos.

Para justamente facilitar o acesso, em alguns lugares isso funcionou em outros não. Mas em outros não, porque, né? Porque a pesca não é homogênea, o fato que o cara ser da pesca não significa que ele seja reconhecido ou que ele conheça. Às vezes, alguém menos... que seja menos da pesca, mas mais interessado na pesca, sabe mais, é mais conhecido, né? E você vai vendo que você comete erros. A escolha da equipe originária da pesca é, se você olhar pra dentro do grupo que não é da pesca, rendeu mais. Pessoas que não são da pesca e que estão no censo, fizeram mais censo, mais questionários, se envolveram mais do que membros da pesca que eu tive que mandar embora, porque não tinha produção. Então é esse jogo é que você só pode saber como é que ele vai ser na hora que apita o começo do jogo, mas que a intenção era essa, né? Encontrar pessoas da pesca que tivessem capacidade, condição de assimilar o projeto, de aprender o que precisava ser feito e ser aproveitado mesmo, uma equipe técnica, né? Porque o censo é uma porta de entrada. Então, eu já tenho 3, 4 pessoas que eu tirei

já do campo da, da... do censo e já pus em equipes regulares, né? Por exemplo, é a Adria, né? Agora nós vamos contratar uma pessoa pro lugar dela pra completar o censo, mas é uma aquisição? Espero que sim. A mesma coisa, o to... o Tuco, né? Também já foi pra a equipe de... de Cabo Frio, por quê? Porque tem qualidades, né? E aí vamos ver outras pessoas que podem vir a entrar para a equipe regular e ficar até o final (*ENTREVISTA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2023, COORDENADOR TÉCNICO DO PEA PESCARTE, TEMPO DE DURAÇÃO, 59 (CINQUENTA E NOVE) MINUTOS*).

A questão remeteu a uma situação que indica uma tentativa de constante adequação e readequação dos educadores socioambientais trabalhadores do PEA PESCARTE, num interesse de tentar aproveitar as potencialidades nas múltiplas tarefas que podem ser desempenhadas nos diversos setores do Projeto, como indicou o entrevistado.

Num determinado momento a conversa foi provocada a caminhar sobre as adversidades encontradas e o que precisaria ser melhorado ou mudado no Censo. Para efeito de análise, a questão do pessoal contratado, formação ou afins não foram priorizadas na análise do Coordenador Técnico, sua avaliação girou em torno do primeiro e segundo Censo, aprimoramento dos questionários e materiais de aplicação, bem como reflexão sobre as indagações para coleta de dados.

Ah sim, com certeza, olha, é... nós reformulamos, mantivemos a paridade, né? Assim a comparabilidade entre a primeira e a segunda versão do censo. Mas a maneira como nós indagamos sobre a atividade da pesca, a gente conhecia ainda muito pouco. Agora não, você tem na verdade, é assim o censo tem 11 blocos, mas o bloco da pesca está dividida em 9 tabelas, né? Planilhas de perguntas que são dirigidas pra cada um. Pro dono do barco, pro dono do barco que pesca, pro mestre do camarada, pro... é, cozinheiro, pro cara do petrecho, pra mulher fileteira, você vê que tem lá são 9, são 9, é... ocupações distintas da pesca pra cada uma, perguntas específicas que são feitas e isto só pode ser feito a partir do aprofundamento do conhecimento da pesca, que no primeiro censo nós não tínhamos, né? E mesmo, é... agora aplicando o censo, não agora, mas nos 3 primeiros meses nós corrigimos questões, questão mal formulada, talvez um fluxo que tava equivocado dentro do do programa dos censos, né? Do do, e-Quest. Então, hoje nós temos muitas vantagens, né, reconhecidas, o próprio e-Quest, né? Nós temos uma primeira versão e uma segunda, a segunda é um produto que pode ir para o mercado, que tem gente querendo, né? Porque ele permite a elaboração de qualquer tipo de pergunta. O que, por exemplo, o Google forms não permite, né? Você tem ali só perguntas que são frequências, escalas, mas nenhuma da complexidade de blocos de respostas socioeconômicas como a que a gente tem e como o e-Quest foi construído pra isso. Então nós temos ali um ganho muito grande tanto no equipamento, no software, que é mais adequado ao tipo de questionário que a gente aplica e os... o próprio questionário é um produto científico. Sabe? É... muita aprimorado e que eu acho que se esse país fosse um pouquinho mais disposto, a gente poderia tá pensando num censo nacional da pesca. Mas acho que dificilmente chegaremos lá (*ENTREVISTA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2023, COORDENADOR TÉCNICO DO PEA PESCARTE, TEMPO DE DURAÇÃO, 59 (CINQUENTA E NOVE) MINUTOS*).

Finalizando a entrevista, foi solicitado que o Coordenador Técnico expusesse suas expectativas sobre novos Censos, pois num país neoliberal em que a Educação Ambiental crítica encontra pouco espaço, seu financiamento é limitado e aceitação é constantemente criticada, o entrevistado respondeu ter o desejo de ver um dia o Censo da pesca em nível nacional, mas que era pessimista sobre a realidade.

Ah, nessa direção a pesquisa é muito respeitada. As pessoas gostam, ao contrário do que muitos pensam, que a pessoa não gosta, ela gosta de fazer parte da pesquisa, as pessoas gostam de falar do que fazem, sabe? E o censo é essa oportunidade, ele não pode ser visto como um instrumento de mobilização. Ele, o é também. Ele é um instrumento de pesquisa, né? E epistemologicamente, até última coisa interfere na outra, teria que investigar, ou seja, o quanto o fato dele mobilizar interfere na oportunidade de uma resposta mais real, próximo, né? Do... do pesquisador lá do, do entrevistado, né? (ENTREVISTA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2023, COORDENADOR TÉCNICO DO PEA PESCARTE, TEMPO DE DURAÇÃO, 59 (CINQUENTA E NOVE) MINUTOS).

Uma questão a ser destacada foi a afirmação de que o Censo não é apenas um instrumento de mobilização, mas a própria mobilização do campo. Para responder a provocação que se pretendeu é necessário retornar alguns minutos das entrevistas para compreender que o Censo, na visão metodológica do Coordenador Técnico, necessita ainda de outros Censos para atingir seu objetivo.

Na verdade, nós havíamos previsto 5 coletas durante a execução do projeto, mas nessas circunstâncias, nos remetem a ter o mínimo que são de 3 coletas. Né, porque uma primeira coleta você sempre tem isso, né? É reconhecer o campo, é um instrumento de coleta de dados, questionário que muitas vezes não está ainda ajustado propriamente ainda não tem uma experiência, né? Então você precisa de uma segunda, uma terceira, na terceira você calibra e valida a primeira e a segunda, né? Porque então você tem a primeira, corrigia as possíveis falhas no questionário de coleta de dados, na segunda e uma terceira coleta é que permite que você possa validar se a primeira ou a segunda ou as 2 estão corretas, né? Atingiram os valores. Além disso, você consegue um Painel, você começou em 2014. Se formos fazer uma terceira coleta, nós vamos tá em 2020, 2028, 2030. Né? O que significa você ter aí 16 anos avaliados né, é um percurso bastante interessante, que permite que você verifique a evolução. Um dos dados, por exemplo, eu espero ver modificado é a questão das mulheres, né a aceitação avaliação das mulheres na pesca, um outro estudo, é a, a... vontade ou o desejo de que os filhos permaneçam na pesca (ENTREVISTA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2023, COORDENADOR TÉCNICO DO PEA PESCARTE, TEMPO DE DURAÇÃO, 59 (CINQUENTA E NOVE) MINUTOS).

Por fim, segundo dados coletados por meio de entrevista semiestruturada, na visão do Coordenador Técnico do PEA PESCARTE, Geraldo Timóteo, o Censo Pescarte foi pensado enquanto instrumento pedagógico de mobilização social, foi a própria mobilização social e prevê ao futuro pelo menos mais um Censo para a comunidade de pesca artesanal da bacia de Campos.

## 6.2 Entrevista com a liderança da pesca artesanal em Cabo Frio- Eli da Costa

A entrevista com o Sr. Eli da Costa aconteceu no dia 5 de julho de 2023, às 14 horas em Cabo Frio, no local onde o líder comunitário tem longa história de vida e resistência, às margens da Lagoa de Araruama, na recém reformada sede da associação de pescadores local, presidida por ele. Eli tem 75 anos de idade, ainda ativo na pesca e foi presidente da colônia de pescadores do município. O pescador tem uma forma muito própria de se comunicar, tem ricas histórias e experiências, muitas vezes rememora fatos de momentos diferentes, mas que tem importância em sua argumentação. Sua simplicidade, boa vontade e muita prosa nos ajudou a compor um material com riquezas de detalhes sobre os fatos discutidos na presente dissertação.

Eu nasci aqui em primeiro de março de 1949 em pleno dia de Carnaval, meu pai era um carnavalesco fervoroso né, aqueles caras que era porta-bandeira que comandava a escola, daqueles blocos nas escolas, daqueles blocos. Meu pai era daqueles que caras sabe. Eu vim ao mundo através de uma mulher que só não era cega porque Deus deu a visão a ela, analfabeta de pai e mãe. Mas naquele tempo tinha muitas mulheres daquela que chamava de parteiro. Talvez cê já tenha visto falar, eu vim ao mundo através de uma parteira  
*(ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS).*

Eli narrou que sua história na pesca começou por volta dos 15 anos de idade, relatou que foi nascido e criado no local, que a família toda é formada por pescadores e, que, o pai tinha o hábito de repassar a arte da pesca para os filhos, estes, por sua vez ajudavam levando mantimento para casa, mas que não era uma obrigação, Eli preferiu deixar evidente que desde novo era vaidoso e gostava também de merecer algum dinheiro para comprar suas coisas.

Ô Rafael, a história, a trajetória da PEA, ela é um pouco longa, né? Pra se falar numa entrevista, mas eu já estou chegando aos 75 anos, né? Papai do céu tem sido por demais tolerante comigo e vocês super atenciosos. Eu sou um privilegiado por conviver com vocês todos, entendeu? A minha história, a minha trajetória, vamos dizer... Praticamente com 15 anos, eu já vivia direto na Lagoa, na pesca. Era uma pesca de rede de arrasto conhecido por boca de fumo ou boca de funil, 2 cidadãos dentro d'água, entrava água. Naquele tempo, nós carregávamos um Lampião, o Lampião alto para atrair o camarão, pra que pudesse adentrar em nossas redes, entendeu? E com o passar do tempo, não é? meu pai que era pescador, a minha família toda de pescador me levou também e me mostrou e permitiu participar de outros tipos. Como andatória de peixe, cerco de peixe, nossa rede de espera para o cerco de peixe. Pescava muito aquela carapicu, cê deve ter visto falar já algumas vezes em carapicu. Pescávamos aqui e íamos até a boca da barra, lá no centro, pescar nesse Lago todo aqui. Aí e, e sempre continuando com a rede de boca de funil que ela era o carro chefe. Dipois né, dessa trajetória toda eu

vou tentar curtar alguma coisa para que nós possamos falar com calma. Nos anos sessenta... e cinco, talvez sessenta e cinco (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS*).

Provocado sobre as adversidades históricas que passou enquanto pescador e líder comunitário da comunidade de pesca artesanal, Eli dissertou sobre diversas experiências de perda de território, conflitos contra empresas que se alocaram na lagoa ou nos arredores da lagoa bem como a luta para chamar atenção das autoridades pelo direito de existir e trabalhar no local. Eli tinha muito a dizer e em diversos momentos foi respondendo primeiro outras provocações que seriam feitas adiante, para não o interromper, fomos esperando-o terminar e marcando o que já havia sido respondido para não provocar novamente.

E Álcalis era uma estatal, era quem exportava barrilhas daqui, do do, de cabo... Cabo Frio na época, Arraial, Cabo Frio. Para toda América do Sul. Então, quantas toneladas de bra... de barrilha fosse preparada? Tinha entrega certa, tinha para caminhões e mais caminhões na porta da água para lavar a nossa barrilha. Mas, chegou um momento que ela foi privatizada e vê a calamidade? A pesca tinha sido prejudicada, aquela pegou aquele marnel. E a empresa, né? que privatizou, que comprou a Álcalis, que comprou Álcalis. Ela não conseguiu saudar os compromissos financeiros, muitos dos nossos companheiros. E olha que meu pai e meu irmão trabalharam, já tinham feito um acordo. Isso, isso aí. Na privatização, isso saíram, mas muitos companheiros não conseguiram até hoje as suas famílias receberem a parte financeira, um, alguns morreram, não conseguiram se aposentar. Enfim, ter toda uma... uma trajetória que a gente iria se alongar muito, talvez fugíssemos um pouco da da nossa vivência, da nossa entrevista. Mas ela foi de fundamental importância. A Álcalis com a sua chegada acabou muito com a pesca do Arraial do Cabo. E depois os moradores de Arraial do Cabo e as pessoas que escolheram a nossa cidade voltaram a fazer uma pesca muito produtiva no Arraial do Cabo. Então a gente passou por esse período todo, aí ocorreu Rafael, não é? ainda na nossa trajetória da pesca o indesejável. Aqui nesse pedaço nosso, nós não tínhamos gancho para camarão e nem tínhamos rede de toalhas. Só aquela rede da tarrafa de boca de funil. Houve um período, Rafael. Esse fechamento da pesca lá no setor 3 pesca do camarão no setor 3. daqui desse pedaço nosso do setor muito setor 2 aqui pedacinho da praia de esquerda e dali da da Palmeira no shopping ali (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS*).

Eli afirmou que num determinado momento, uma antiga estatal que se instalou no local foi privatizada, que a partir da privatização, deixou de dar a assistência para com os compromissos de seus trabalhadores e também com a responsabilidade ambiental que deveria ter, ao ser indagado o ano destes fatos, o pescador citou justamente o ano de 1964, ano de início da ditadura militar.

Sr. Eli: A Ácalis era a Companhia Nacional de Ácalis, uma empresa do governo federal, era uma estatal do governo federal. Ela extraia calcário na Lagoa de Araruama e era... a maior exportadora de barrilha da América do Sul, a nossa barrilha era reconhecida como a melhor barrilha da América do Sul. Produto do calcário extraído da Lagoa de Araruama, era um competidor conosco dentro da própria Lagoa, onde tirava o sustento da pesca, ela extraia a barrilha, só que a Ácalis foi assim, de uma importância de uma importância muito, muito grande na nossa região. Eu vou voltar a pesca... nos anos 70, só pra você ter uma ideia, nos anos 70. Nós tínhamos uma população de setenta mil moradores em Cabo Frio, quando Arraial e Búzios ainda era um Cabo Frio. E a Ácalis empregava 15% dos moradores de Cabo Frio. 15% a Ácalis empregava, mas a Ácalis para que enviasse uma água forte pros seus equipamentos, fechou e aquilo ali virou um gesso. A Ácalis acabou com o pesqueiro Camboinha Pequeno, Camboinha Grande e é um pequeno, e é um grande. Tanto o do, do Bogau, Coroa Branca, Oliveira e até a Ácalis. Ou seja, 23 km de extensão. Mas aí, não é? Voltando, nós pescávamos lá. Rafael Moraes: Senhor poderia, é... redimensionar pra gente em que ano mais ou menos isso aconteceu. Esse conflito aí nessa estatal que o senhor citou? Sr. Eli: Dá Ácalis? Rafael Moraes: É, que o ano que ela foi implementado, o ano que veio esses conflitos, em que o senhor diz que ela acabou com a pesca, só pra ver se situar um pouquinho, por favor. Sr. Eli: Sim, isso mais ou menos ocorreu nos anos de sessenta? Sesse... eu não posso muito, não é, mas sessenta e oito pra sessenta e nove (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS*).

O líder comunitário contou que uma das adversidades mais difíceis que enfrentou durante seu engajamento no movimento dos pescadores foi quando foi preso algumas vezes pela guarda da empresa, por tentar dinamitar parte dela, justificou que a forma de protesto era uma tentativa de reaver o que era dos pescadores, no caso, o território de pesca.

Fomos preso algumas vezes, entendeu? Mas a própria polícia da Ácalis, que evitava que nós concluíssemos o nosso desejo, né? Nos conduzia. Mas pela graça de Deus, mesmo os cara, né? Que não queriam admitir que nós tentássemos buscar o que era nosso, espaço direito da pesca. Eles preenchiam documento, na maioria das vezes, nós nem assinávamos nada. Então eles sentiram, a Ácalis faliu e não recebeu da frota oceânica, né? O que que ela tinha direito. E a gente conseguiu dinamitar um lado, dinamitar o outro. Aí a mãe natureza se encobriu (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS*).

Passando da parte de elucidação acerca da militância de Eli em movimentos da pesca, foi necessário ter uma base sobre sua relação com as instituições que compõem os projetos de EA, que fiscalizam e financiam, pois, o PEA PESCARTE não é o pioneiro na implementação de proposta de EA crítica, desta forma, ter um panorama de suas lembranças. Eli relatou que participou e participa de diversos PEAs. O pescador, durante a entrevista deixou evidente seu descontentamento quanto a descontinuidade de projetos voltado para a pesca artesanal na localidade, também citou quem eram os atores institucionais que fizeram parte desses projetos

que, aludindo uma relação pretérita com Petrobras e IBAMA, financiadores e fiscalizadores do PEA PESCARTE.

E a gente brigava com PEAs, o IBAMA, em todos eles. Ministério, Secretaria, o IBAMA veio e sentou em cima do documento do órgão anterior da, fugiu agora. Veio o CEAP e sentou em cima do documento do IBAMA, veio a Agricultura e estragou tudo e sentou no documento do outro. A guarda do Ministério da Pesca, Civil lá, o aquele Ministério da Pesca lá. Quando nós, eu vou tentar, tô te respondendo, eu tô te mostrando o fato. Quando nós criamos a Associação de Barraca, uma pesca centenária. Nós fomos para o Rio, sentamos com Maria Paula, sentamos com Arlene, sentamos com Gilberto, sentamos com o pessoal todo daquele do Rio do do Ministério aqui no Rio aqui, né. Da Secretaria, que na Secretaria aqui na pesca aqui. Aí eles falavam a gente falavam, a gente discutia e chegamos ao ponto do que eu te falei lá atrás, de trazê-los aqui pra uma fiscalização administrativa, e reconhecer que nós falamos. Aí eles nos perguntaram, eles nos perguntaram, não, isso aqui existe, mas cadê o documento? Cadê a comprovação? Cadê a comprovação disso aqui desse tempo todo que você tá dizendo que tem (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS*).

Mais para o final da entrevista, tivemos uma outra fala que relatou uma relação com IBAMA, Petrobras e PEAs um pouco mais conflituosa. A queixa se deu pela burocratização em reconhecer a própria pesca artesanal e suas instituições, da dificuldade de conseguir liberação para pesca mediante conflitos institucionais com empresas, decorrente de falta de dados sobre a importância da pesca artesanal.

Sobre o Censo, provocamos memórias do que ele lembra, se participou do primeiro Censo, em seu relato, disse não lembrar claramente das perguntas, mas onde estava, como estava e arriscou até a hora em que foi abordado para responder o questionário.

Olha, detalhe das perguntas eu não vou ter lembrança não. Mas eu fui. Respondi o censo, sentado na porta da sala em casa, 11 horas da noite. Renata fazendo as perguntas da entrevista. É Naitê, Marquinho e Angeline, sentado lá do Renato me entrevistando, entendeu? Lembro muito do censo porque tem uma pessoa, não é? Que é muito difícil você lidar com ele, o meu sobrinho? É muito difícil, o Orlando. Mas o Orlando marcava entrevista 1 hora da manhã e o Pescarte tava lá 1 hora da manhã (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS*).

Perguntei se alguém da família dele trabalha ou trabalhou em algum PEA e Eli disse que sua filha já tinha trabalhado no passado num Projeto e que já havia pedido uma oportunidade para ela, viu outros serem convocados e não a sua filha, que ficou insatisfeita com a situação, mas que não foi uma causa que o fizesse deixar de participar do Projeto.

A minha filha fez só essa estatística e chegou a fornecer um lanche algumas vezes lá que ela trabalha com essas coisas, ela já falou que o Geraldo, já falou com todo mundo. Ela é muito ansiosa de uma expectativa de um dia, poder fazer parte também do Pescarte. (...) Eu sei que hoje tem que ter a escolaridade que a minha filha alcança. Tem que ter uma experiência, minha filha teve essa experiência, mas. Não me cabe, mas eu fiquei muito triste. Fiquei muito. Não que as pessoas que estão trabalhando não mereça. Todas as pessoas que estão ali são merecedores, são merecedores. E ninguém pôs nada pra estar trabalhando? Mas eu tinha expectativa que num desses momentos a minha filha também pudesse estar fazendo parte dele. Então isso... (...) Mas, será assim. Isso é uma opção minha. Eu não vou me afastar do projeto, não vou deixar de fazer o que eu faço, não vou deixar de ter a minha atividade porque... Não me cabe, tá levantando, mas fiz a minha parte, pedi e falei com todos que poderiam ver, não pedi para botar pela janela que desse a oportunidade dela participar da... O discurso, participar da... Essa é minha grande, não queixa. Prefiro não ter a sua em meu coração, é uma insatisfação que eu tive e que me lembra toda hora que eu vejo alguém entrando, alguém entrando. Mas... (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS.*)

Questionei o nosso interlocutor sobre como ele vê que o Sujeito da Ação Educativa (SAE) comprehende o Censo e qual foi sua postura mediante a oportunidade de ter um questionário exclusivo para a pesca artesanal. Em resposta, Eli disse que o Censo é um importante instrumento para demonstrar a realidade das comunidades.

Nós tamos falando de um censo pra pesca, como é que o governante ele sabe de uma população de uma cidade pra investimento que vai fazer? Como é pro governante, ele saber a distribuição, a participação, não é, de verba que o município, do estado. Porque ele sabe o quantitativo, ele sabe de tudo então esse censo, não é, estatísticas, censo, nome que quero... que quero usar. É muito censo na estatística, o censo ele é muito importante porque o censo é uma demonstração, uma realidade que você que você precisa para depor, que por que que a Petrobrás... Porque é que a Petrobrás... Ela, hoje ela abre, ela abre mão, ela faz um investimento desses, ela deposita esses valores tá depositando, tá vendendo terreno, tá vendendo uma cooperativa, porque ela sabe que existe, porque o censo primeiro e os acompanhamentos né nesses encontros, nós tivemos uma real, um regional, agora (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS.*)

Eli disse que o próprio Censo fez com que refletisse sobre a realidade da pesca e que percebeu que as perguntas não apenas se interconectam, como também levavam a uma reflexão aprofundada sobre a própria realidade.

Então, quem pergunta é que te provoca, o que te leva a coisas que você já no na sua mente tava parada. E você coloca, né? E, e, e... a equipe de vocês que tá fazendo ver a melhor maneira de fazer a resposta ali, mas ele te provoca, ele te revela coisas que o censo, se não fosse o censo, talvez ah numa conversa cotidiano minha e sua também não saísse. Mas quando você faz uma pergunta, às vezes, provoca uma resposta que alonga, que te dá explicações de tantas outras coisas que se encaixa e qualifica cada vez mais o serviço de vocês e tiram, e tiram os problemas que estava estagnado, parado aqui, que são levados para o conhecimento técnico de vocês que

vocês ao analisarem, eu imagino que seja analisado tudo depois joga no, não é? Numa situação a a pergunta x de fulano de Pedro, Antônio teve essa essa comparação exata, essa não. Tem, tem umas, enfim. Não sei qual o termo que usamos, mas de cada pergunta vocês tiram de lições e tiram proveito saber, saber de tantas outras coisas, eu imagino na hora do do, do, do, do passar na balança, que seja assim (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS*).

O líder comunitário citou o investimento na confecção de um Censo para pesca enquanto uma oportunidade de explicitar questões relativas à pesca, outro fator mencionado mais adiante foi que, em suas palavras, o Censo possibilitou que a pesca artesanal da sua área tivesse mais visibilidade.

Porque ele mostra o quantitativo de pessoas que tem que produzir, o que que é necessário, que pode mudar, melhorar e assim não é diferente. O nosso censo, a pesca já te falei lá no início outras palavras, tô te falando a pesca ela era invisível. As pessoas não tinham noção da quantidade de pessoas que participavam da pesca, não tinha noção exata. Eu me lembro que do outro censo que foi eu tenho lá em casa anotado, que eu não trouxe mas eu tenho lá em casa anotado os meus que eu anoto quase que tudo naquele meu rascunho. A conta foi em torno do do, não era 7 municípios, foi 10700 poucas pessoas que participaram do censo dos municípios todos. Quem tinha uma renda X, quem tinha Y, quem tinha H, quem tinha G. Tudo aquilo está especificado dentro do censo dos seus coletadas informações, e fizeram aquelas separações todas. Hoje, hoje, com esse censo que está aí, que se Deus quiser nós vamos alcançar os nossos objetivos, vamos bater as nossas metas todos aí com o censo. E a gente tem pedido às pessoas que façam censo, que atue e olha eu não sei quem é o responsável direto pelo censo, acho que você faz parte da... (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS*).

Um fato necessário de destaque é a apropriação do processo por parte deste líder comunitário, ao afirmar que a meta do Censo é “nossa”, fica evidente um grau de engajamento que o faz inclusive mobilizar para que este objetivo comum seja alcançado. Como crítica, houve fala do pescador relativo ao tamanho do Censo, em sua visão este é um fator que pode desmobilizar e fazer as pessoas desistirem de responder, pois é muito demorado.

É eu acho que fica pra pessoa que não tá participando, tem hora que fica, penso eu vi, por exemplo, lá na colônia espera respondendo que eu não tenho nada não, eu não sei o que (ruído) e não sei o quê, porque tenho que eu. Que os caras já começa a querer desistir no meio do caminho. Mas pra gente que participa ver que é, é, é essa quantidade porque tem muitas coisas que parece ser repetitiva, mas que eu não são. É uma sequência de uma coisa que se encaixa no outro, que vocês vão perguntando pra saber, mas eu acho que realmente pra quem não participa, ele acaba sendo muito longo. Ele acaba sendo muito longo e talvez por isso, muitas pessoas fujam às vezes das respostas. Mas é se as pessoas tivessem a noção que modéstia coisa eu tenho. Eles veriam que essas informações que estão saindo dele é que transforma nas documentações, que transformam nas decisões e que essas

informações porque é, todos vocês que estão lá na UENF (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS*).

Mais uma vez provocado sobre o que mudaria no censo, Eli se recusou a indicar algo que mudaria, demonstrando confiança no PEA e em seu processo de elaboração, uma confiança, que foi construída ao longo dos anos de atuação e aproximação entre educadores socioambientais e comunidade de pesca artesanal.

Não, não me arriscaria a te dizer isso. Não, porque até porque se você me perguntou o que que eu respondi suas pessoas dando demanda, entendeu? Então, não me arriscaria dizer, eu sei que um censo desse eu imagino quanto tempo que vocês devem até lá, numa bancada lá, né? Vamos ver isso. Outro vê aquilo, puxa, até você chegar a um consenso do censo, é um consenso do censo. Eu não me... mas quero dizer que a cada dia em comunidade essa tua de pesca em ponto de pesca, enfim, comunidade, de modo geral, surgem. Surge situações diferenciadas em cada censo, talvez a, a pergunta que me foi feita hoje, talvez amanhã eu possa responder de uma maneira diferente (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS*).

Por fim, sobre a participação nos PEAs abrangendo todas as atividades e situações, foi questionado a Eli se isso tinha alguma eficácia, se muda alguma coisa na vida das pessoas da comunidade. Eli enfatizou em sua resposta que se tivesse a consciência que ganhou a partir de sua participação em Projetos de Educação Ambiental teria se comportado de outra maneira em frentes ambientais de seu interesse. Colocou a conscientização da própria realidade enquanto fruto desse movimento.

Sim. Em 1968 69, quando o então prefeito cortou esse valão, que agora está todo fechado, que chega na estação de tratamento, não é? Nós já éramos bem jovem, não é?. Naquela época era bem jovem ainda, vocês 64, eu sou de 49, nem 20 anos eu tava ali. Mas já podia ter um entendimento que aquele valão quando cortou, que ia chegar aqui, que ia mudar toda a característica dessa Lagoa que nós chegávamos aqui, metia a mão e pegava um camarão com a mão. Se nós tivéssemos a consciência, se nós brigássemos naquela época, se os meus pais e o avô, pai do outro e do outro fizesse o que nós estamos fazendo hoje, junto a vocês. Buscando apoio de vocês, eles tinham outra maneira de buscar apoio de alguém. As autoridades, hoje, hoje nós não somos mais do que ninguém. Mas as autoridades hoje, não vou dizer que eles não façam aquilo que a gente discute, mas nós somos chamados pra roda de conversa, nós somos ouvidos. Hoje é aquilo que eu te falei, eu não tenho nenhuma timidez, já temos sentado, não tem nenhuma timidez de sentar na mesa com o procurador da República. Com o presidente do Ibama, Petrobras, UENF, com ninguém. Eu não vou ter o linguajar técnico seu e deles, não vou. Mas tenho certeza absoluta, que eu falo, eu o Pescador. Eu, eu, o que nós vamos falar. Passei no pedido por vocês. Talvez possa ter coisa que vocês falem tecnicamente que nós não alcancemos, mas vocês vão entender perfeitamente, se nós fizéssemos isso nós estamos fazendo hoje aqui, isso aqui não estaria desse jeito. A minha beira de praia, nossa beira de

praia não estaria assim, não estaria desse jeito. A minha beira de praia, a nossa beira de praia não estaria desse jeito. Então essa conscientização, essa importância, entendeu? Porque não é preciso. Eu, não é preciso que eu seja o técnico, que eu seja o biólogo, que eu seja um engenheiro, que eu seja um doutor dentro daquilo que ele faça. Mas eu um pescador consciente ou morador consciente com o meu espírito, o meu espírito. O meu respeito, que essa aqui é minha gratidão, o meu sentimento (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIO ELI DA COSTA, TEMPO DE DURAÇÃO 02 (DUAS) HORAS E 18 (DEZOITO) MINUTOS*).

Finalizando a entrevista, o líder comunitário reafirmou as constantes dificuldades perpassadas pelas comunidades de pesca artesanal, mas disse ser esperançoso por um futuro melhor, citou os dados gerados pelo Censo enquanto importante instrumento para explicitar como a pesca artesanal é importante para a sociedade e provar aos órgãos ambientais, poder público e empresas as estatísticas pesqueiras.

### **6.3 Entrevista com Líder comunitária em São João da Barra - Fernanda**

A entrevista realizada com a beneficiadora Fernanda ocorreu no dia 11 de agosto de 2023, às 14h na Sede da Cooperativa Arte e Peixe. Na oportunidade Fernanda estava em um dia comum de trabalho e aceitou nos receber num horário em que não haveria grandes demandas que colocasse suas atividades em segundo plano. Ao chegar, Fernanda pediu que fosse colocado touca para proteção contra queda de cabelo, pois o ambiente era de confecção de tortas, salgados e beneficiamento de pescado.

Fernanda é presidente desta Cooperativa em que todas as cooperadas são mulheres, nas paredes da Cooperativa existem vários papéis coloridos, com os nomes das cooperadas e distribuição das tarefas. A organização e limpeza do local deixou evidente a seriedade da Cooperativa e o zelo pelo espaço de trabalho. Fernanda nos convidou a conhecer o espaço e apresentou todas as cooperadas.

A presidente da Cooperativa nos convidou para sentar à sua mesa, que não chega a ser um escritório, mas que ficava perto de uma das cozinhas e tinham seus pertences. Nessas condições pediu que a entrevista fosse iniciada, disse ter ficado feliz pelo convite para ser entrevistada, ao que foi respondido que na verdade era um importante ajuda para composição de dados à presente pesquisa.

Após as considerações iniciais, foi pedido para que Fernanda narrasse um pouco de sua chega na comunidade, história na pesca, trajetória pessoal. Fernanda

relatou ser oriunda de Goiânia e entrou na pesca através do trabalho na Cooperativa, foi onde aprendeu a filetar, disse que faz parte da Cooperativa já há alguns anos.

Então, Rafael, até um pouco engraçado falar essa relação com a pesca, mas eu vim de Goiânia pra São João da Barra. E lá em Goiânia a gente não tem contato nenhum com a pesca, né? Mas quando eu cheguei aqui é, conheci um pouco mais da dessa tradição da pesca aqui em São João da Barra. A... e devido à cooperativa fui me envolvendo mais, tendo mais conhecimento, né? E de fato, um pouquinho de como que é a pesca acontece, mas foi através da cooperativa Arte Peixe. Que eu me tornei uma beneficiadora de pescados, uma... uma pessoa que fortalece a pesca (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER Comunitária FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS*).

Ao ser indagada como surgiu a cooperativa, Fernanda respondeu que surgiu por volta de 2006 e foi através de um curso do Senai, que na proposta original trabalharia ofertando curso para homens, mas que não funcionou e a Secretaria de Pesca acabou direcionando o recurso para as mulheres da localidade.

Então, a cooperativa ela surgiu lá em 2006 mais ou menos que foi através do curso, é... do Senar, com parceria do projeto Produzir, que é do governo federal. O Senai ele veio trabalhar com os homens na questão do caju, mas aí parece que não deu certo e a Secretaria de Pesca já tinha esse projeto, aí vem esse projeto pra as mulheres, então, foi pra agregar valor ao pescado. É, então a gente fez esse curso quando, é... depois desse curso constituiu uma cooperativa. Mas é claro que a gente não tinha nenhum por cento de noção do que a gente tem hoje, como de fato funciona uma cooperativa, né? A gente pensou que ia fazer um produto pra vender só pras pessoas locais aqui e hoje, depois de quase 17 anos, a gente vai verificando que não é bem simples assim. Então foi assim que nasceu a cooperativa através de um grupo de mulheres, né? É, e o até hoje existe mulheres que acreditam nesse potencial da cooperativa, por isso que nós estamos aqui (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIA FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS*).

Sobre como se tornou uma liderança, Fernanda disse que ainda não se habituou 100% com a ideia, que não se vê enquanto uma liderança na proporção em que as pessoas comentam. A líder comunitária disse que sua mãe foi a primeira presidente da Cooperativa, mas deixou evidente que seu perfil é diferente, relatou ter dificuldade para mobilizar gente.

Não, não... Eu, na verdade tenho até dificuldade de me encontrar como liderança, né? E quando a pessoa fala isso, antigamente me vinha assim pelo menos uns 5 minutos na minha cabeça, penso "Gente, tá falando que eu sou liderança, mas é... eu tenho dificuldades também de mobilizar as pessoas, né? Será que eu sou?" Mas hoje eu não gente, eu sou uma liderança, né? Hoje eu já consigo incorporar mais, mas eu acredito que tenha sido a minha mãe, minha grande inspiração. Foi a primeira presidente da cooperativa Arte Peixe, né? Foi votada por outras mulheres lá quando elas terminaram de fazer o curso, e eu acho que a questão de ser uma liderança tá mais no fato de você envolver as outras pessoas em coisas positivas, no caso, a gente está falando da pesca, né? Então, assim, hoje mesmo a gente tava numa reunião

aqui na cooperativa e a gente falou pelo fato dos homens aqui não ter uma associação, não ter uma cooperativa. Eu falei, eles não querem ter esse trabalho que a gente tá tendo aqui, de sentar, de reunir, de conversar. Por falta de tempo, a gente também às vezes não tem tempo, mas a gente tem que fazer isso. Então, assim, aos pouquinhos, eu me inspirei na minha mãe, que foi uma grande guerreira. Hoje mesmo a gente estava falando sobre isso também, que ela com o mesmo com dificuldade, com bengala, essas coisas ia pras feiras, não conseguia subir as escadas pra ser atendida pela prefeitura, mas ela sentava no banco, esperava as pessoas descer pra atender ela. Então, eu imagino como foi essa trajetória dela toda, né? É... até 2011 aqui na cooperativa, então é nessa pessoa que eu me inspiro. Infelizmente, ela não tá aqui mais entre nós, mas e eu quero me tornar uma liderança cada vez melhor, seja dentro da cooperativa ou fora (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIA FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS*).

Sobre as dificuldades relativas à subsistência na comunidade de pesca, provocamos Fernanda a dissertar sobre a receptividade dos homens às mulheres que fazem parte da comunidade. A líder comunitária relatou que há resistência e lamentou a falta de apoio entre as partes, pois o contrário possibilitaria avanços em diferentes aspectos.

Então eu vejo uma... engraçado, assim, de forma geral o que eu consigo ver é que se eles acreditassesem mais na Arte Peixe, eles poderiam ter se aproximado mais da gente, né? Então assim, ou eles não identifica como o espaço que vai fortalecer eles, né? Ou não acredita no trabalho que a gente faz, mas eu acho também que a pesca da forma que ela está, tô dizendo São João da Barra. Se eles não começarem a se organizar até um olhar diferente, né? Porque a pesca vai além de ir pro mar caçar, né? Então, acho que isso que não virou a chave ainda. Eu acho que a gente tem que envolver a família da pesca pra que os filhos e filhas, né? Monte cooperativas, empresas pra vender esse peixe (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER Comunitária FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS*).

Sobre a vida na pesca, a líder foi questionada se sua família vivia da pesca e se gostaria de ver seus filhos engajados nos movimentos da categoria. Fernanda relatou que gostaria que seus filhos fizessem parte dos movimentos, mas que respeita as escolhas, mas que seguiu os passos da mãe e ficaria feliz se os filhos pensassem igual.

Ah, eu acho a experiência da cooperativa maravilhosa e... eu gostaria muito que eles vivessem a experiência, né? Até fui perguntada pela minha filha, Ellen se... se eu desejava que eles continuasse, esse legado, né? Eu a princípio falei, eu acho que tá muito livre, né? Eu acho que a pessoa tem que fazer suas escolhas, né? Não depende de mim a escolha que eu quero que cê faça, mas é... eu gostaria sim que tivesse, é... outras pessoas da minha família junto, tem Yara, né? Hoje eu sou casada com Yara, hoje não, né? Já tem um longo tempo aí, já uns 15 anos já. E ela faz parte da cooperativa também faz mais parte da administração, né? Nesse momento tá um pouco afastada. E... eu gostaria sim que outras pessoas é, da minha família né fizesse parte. Já fui casada com um pescador. E aí, nessa época eu tive

Wellington, né? Filho de um pescador, mas que hoje não é o Wellington mais, é Ellen, e... Mas, enfim eu tô tão assim também preocupada, envolvida no... acho que com meu município todo, principalmente na pesca. Mas eu gostaria, sim. Eu, assim como segui os passos da minha mãe, eu gostaria que alguém também seguisse os meus passos (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIA FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS*).

Após estas considerações, foi conversado sobre históricos em PEA, a relação dela com outros PEAs, na oportunidade ela relatou que o PESCARTE foi o primeiro e, este impulsionou a participação dela em outros.

E aí depois que eu comecei a participar do PEA e o que eu sou mais ativa mesma dentro do PEA Pescarte. Aí que eu fui entender um pouco melhor a questão da pesca, porque até então, eu nem me reconhecia onde eu estava. A gente tinha a cooperativa, uma cooperativa de mulheres que fazia o processamento do pescado, né? O beneficiamento, mas, de fato, aonde é que eu estava na classe pesqueira. Então, foi pelo tempo que eu fui, tanto que hoje quando cê me perguntou, eu poderia falar Ah, eu sou uma artesã, né? (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIA FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS*).

Sobre a participação em PEAs, foi indagado se Fernanda achava que esse engajamento mudava algo na realidade dela e de sua comunidade. Ao passo que a líder enfatizou sua mudança na questão reflexiva, cito seu antes e depois do engajamento em Projetos de Educação Ambiental.

Eu acho que faz fim. Pondo, né? Da minha experiência, do meu, do meu olhar que eu já tenho um olhar diferente. Eu Acredito que a gente vê essa mudança também de como a gente era antes e como a gente é hoje, né? Então antes a gente ia pra uma reunião do PEA e a gente queria saber onde tá o Ibama, Petrobrás? A gente tava só ali catando esse povo, né? Eu vi muito essa preocupação do pessoal saber onde tava Ibama, Petrobrás, pra reclamar, não reclamar sem justificativa, mas pra falar de fato que tava acontecendo e de repente a gente falava até com a pessoa que não podia resolver, então a gente gastava o nosso tempo ali, falando com a pessoa, “Ah, então vou levar pra fulano pra ver se...”, tô dizendo que às vezes não adiantava, né? Mas hoje eu vejo quando a gente chega na... nessas reuniões, a gente tá mais preocupado em entender o contexto. É tentar resolver aquela questão, é tentar achar uma. Uma cami... uma... uma saída né? Assim que que os outros municípios estão fazendo o que pode ajudar esse município? Então hoje, engracado, eu vi, eu até comentei, e falei assim, hoje o pessoal tá preocupado se a Petrobras, porque antes tinha aquela exigência, “a Petrobrás tem que participar”, “o IBAMA tem que tá presente”, né? Hoje a gente não tá preocupado mais com isso. Eu não vejo tanta preocupação. A gente tá preocupado mesmo em fazer as coisas acontecerem, né? (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIA FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS*).

Em sua resposta, Fernanda acabou explicitando outro ponto a ser analisado pelos resultados dessa pesquisa, a relação institucional com a Petrobras e IBAMA. Na oportunidade, a líder comunitária ressaltou que antes do entendimento de que a

empresa e o órgão ambiental têm vários setores, havia uma ansiedade para encontrar com seus representantes e fazer as cobranças necessárias. Ao que foi relatado, a postura para com estas instituições mudou a partir do entendimento de como funcionavam. Fernanda também atrelou a sua participação nos PEAs ao desenvolvimento do senso crítico e possibilidade de intervenção social em questões que diz respeito à comunidade.

Às vezes eu participo também do PEA foco quando eu sou convidada, mas acho que que fez mesmo a virada foi o Pescarte. O contato de outros municípios, de tá com outras pessoas, de ver? De ver que é tão... tão difícil e... e, às vezes é muito difícil da gente entender que só organização bem formada, bem fortalecida que a gente vai conseguir mudar alguma coisa, porque existe as dificuldades, né? Existe essa parte de documentação que é muito burocrática, mas eu tenho visto que quando as pessoas se unem, elas conseguem mudar até essa parte (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIA FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS*).

Ainda sobre a questão dos PEAs, além dos pontos positivos, foi indagado a Fernanda se ela teria alguma crítica a fazer. Como seu conhecimento sobre PEA estava mais restrito ao PESCARTE, a líder comunitária expressou seu descontentamento quanto à demora da implementação do empreendimento previsto e a burocratização da conquista do terreno e mudanças quanto ao tamanho do empreendimento.

Olha, tem coisas. É... vamos supor. Eu, eu posso falar e pode sempre, não tem algum momento ter passado despercebido, mas vamos supor. Igual a questão do terreno. Terreno antes a Petrobras ia doar para as cooperativas. Aí tudo bem, eu entendi quando a gente tinha conquistado beleza, né? Porque aí a gente também se organiza mais, mas foi um fato que por muito tempo me deixou, é... assim, acho que foi mais um obstáculo pra a gente. Por outro lado, foi bom pra a gente se organizar. É... outra questão também que às vezes há alguma mudança dentro do meu, "Ah, ali era de grande porte aí mudou pra pequeno", sabe? E às vezes, às vezes, as coisas são muito corridas pra tomar essas decisões. Às vezes eu sinto isso. E eu acho que, é... pela experiência que eu tenho de como, de cooperada. Ainda acho que a gente, precisa dar um foco maior, é... na questão do cooperativismo (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIA FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS*).

No que tange ao primeiro Censo, foi abordado o tema para que Fernanda dialogasse do que lembrava e se fez alguma diferença em sua perspectiva. A líder comunitária relatou que não entendeu a importância do primeiro Censo rapidamente, que com um tempo compreendeu a importância da participação e de ter respondido o questionário.

Então, naquele momento eu achei que era só um banco de dados que não deixa de ser, né? Mas não sabia da importância que ele tem hoje, né? Que esses dados, né, vai contribuir tanto pra as políticas públicas. E pra de fato, quem somos nós, né? Porque só através dos dados e a pessoa respondendo corretamente, né, fiel ao que tá perguntando é que a gente vai conseguir, de fato, saber quem somos nós, né? (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER Comunitária FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS.*)

Fernanda respondeu também que lembrava como foi a abordagem, o nome da educadora socioambiental que fez o primeiro Censo com ela, mas tornou a reafirmar que na época tinha uma outra concepção sobre sua importância em relação à data da presente entrevista. Outro fator abordado na entrevista foi sobre a percepção dela sobre a contratação de gente da comunidade para trabalhar no PEA PESCARTE. Fernanda relatou que seu filho foi contratado para a equipe, porém foi demitido pois não aproveitou a oportunidade de trabalho.

Já, mas eu não quis porque eu prefiro estar desse lado de cá. É... na luta, não que quem trabalha no PEA não esteja lutando, mas eu, eu fiquei um pouco pensativa. Como eu seria uma Fernanda do outro lado? Porque ia ser muito complicado pra mim. Porque talvez teria coisas que assim, que eu quisesse fazer com ela pela comunidade e se eu não pudesse fazer... porque eu sei que as coisas são muito burocráticas, né? Às vezes a gente quer tirar uma planta, botar em outro lugar, mas vazia você não pode. Aí você fala meu Deus, mas às vezes, pra mudar a realidade daquela pessoa, precisa mudar essa planta. Não sei, eu fiquei... engracado, eu não pensei muito nisso. Eu pensei em nas outras pessoas, eu pensei o quanto eu me sentiria melhor tá junto com as pessoas do que tá lá no final do mês, recebendo meu salário e, é claro, não vou ser hipócrita com você que eu pedi a oportunidade pro meu filho, que é o Paulo Vitor, que não soube também aproveitar a oportunidade, né? Por, por questões pessoais, acabou se desligando do PEA, mas e... engracado, eu fiquei até pensando assim, as pessoas vão achar que eu vou mudar porque você é outra Fernanda, depois que o Paulo Vitor saísse, né? Mas pra mim, nada mudou, né? Continua a mesma coisa, porque quem não soube aproveitar a oportunidade foi ele, as oportunidades estavam sendo dadas. Então foi isso, infelizmente isso aí é uma coisa que o que que eu queria? Que através do PEA, eu também ele entendesse mais a pesca. Eu falei, caramba, se eu tenho tanto conhecimento hoje, em relação a pesca ele vai ter esse conhecimento também. Mas nem tudo na vida é como a gente quer, não é? Como, como transcende né, como, enfim, e aí... e hoje, se eu tivesse oportunidade de novo eu também não queria, eu continuo. Continuo na cooperativa (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER Comunitária FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS.*)

Fernanda mencionou ter sido convidada a trabalhar no PEA PESCARTE, mas preferiu continuar na Cooperativa, onde relatou se sentir mais à vontade. Preferiu deixar claro que a demissão do seu filho a deixou decepcionada, não com o PEA, mas com a falta de maturidade do rapaz em não conseguir segurar a oportunidade.

Sobre o caráter de mobilização do Censo Fernanda foi indagada se houve mobilização para o Censo, no que foi respondido que houve, também foi feito pela comunidade vídeos convocatórios. Num determinado momento a líder comunitária ressaltou um certo tipo de comparação com outras comunidades que traçaram diferentes estratégias de mobilização.

Sim, uhum. Há, eu acho que sim, fez. A gente foi entendendo a importância, né? Cada vez que a gente ia nos encontros, ia ouvindo sobre o censo. A gente... eu lembro do seu Valdecir falar, “Ó, já marquei com o povo lá no valão. Já marquei com o povo, não sei mais aonde”. Então tinha essa mobilização pra fazer o censo, né? E acabou também agora no último, a gente fez vídeo, né? Foi entendendo um pouco melhor. A gente também quando tava naqueles dados projetados, a gente fala, poxa, mas Campos é assim, São João da Barra. Assim, né? (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIA FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS*).

Sobre a perspectiva se o Censo é uma ferramenta relevante para a comunidade de pesca artesanal, Fernanda respondeu que gostaria que o Censo fosse periódico, para atualização dos dados. Relatou uma mudança de mentalidade inclusive em relação à recepção à equipe do Censo do IBGE.

Eu não tenho minha contribuição. Né? Antes eu não queria, de “Ah, que saco ter que responder IBGE, Né?” Mas hoje... hoje não, né? Quando teve a mulher não foi lá em casa, o clima em casa, não, gente. Eu falava desse jeito. A Yara falou, foi, fez com o Paulo Vitor, falei, “Mas não fez comigo, as minhas ele respondeu por mim”, por isso que eu tô te falando entre o homem e a mulher tem um pescador, mas tem esposa do pescador. Ou tem eu respondi, mas tem Yara também. Eu respondi por ela, as respostas dela não é a mesma que a minha. A sensibilidade dela em relação a pesca é diferente da minha. Então, eu acho que a gente podia se preocupar mais com daí. Então hoje eu quero responder o censo do IBGE (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER COMUNITÁRIA FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS*).

Por fim, ao ser questionada sobre a percepção do futuro na pesca, Fernanda condicionou o futuro à organização e mobilização de sua comunidade.

Eu acho que há futuro na pesca se a gente se organizar, e saber se organizar, né? Que eu já vi que não basta, só se a gente se organiza. Assim, Rafael, eu já fiz muitos cursos... muito, muito ao longo desses 16 anos, inclusive tô fazendo faculdade de cooperativismo. E... eu tinha muita dificuldade de colocar em ação, tenho ainda. Então assim, se organizar. Então, “Ah, tá bom eu vou botar um monte de gente aqui e tá organizado”, mas organizado, vai além de só reunir o grupo de pessoas, né? É de fato, essa organização tá acontecendo? Tá funcionando, não tá? As pessoas estão entendendo? O que, apesar de ter esses 16 anos na cooperativa, eu acho que eu entendo 10% só, então assim eu estou organizada? Não. Eu tenho que melhorar minha organização ainda, né? Pra ver se eu consigo mobilizar outras pessoas, então acho que a pesca tem futuro sim, pô, como não, né? A gente tá aí batalhando pra vários empreendimentos. Acho que a gente pode sim trazer um olhar diferenciado pra pesca. Portanto, agregando valor, a gente

pode trazer, é... a família do pescador, que por muitas vezes ele foi fazer uma administração, é... uma engenharia, uma nutrição, sei lá, vários pontos (*ENTREVISTA REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, LÍDER Comunitária FERNANDA PIRES, TEMPO DE DURAÇÃO 01 (UMA) HORAS E 02 (DOIS) MINUTOS*).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro buscou analisar, a partir de metodologia qualitativa, por meio de instrumentos de revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, o Censo da Pesca promovido pelo PEA PESCARTE questionando se este também desempenhou papel de instrumento pedagógico de mobilização social. Para isso buscamos descrever o processo de planejamento, formação e preparação dando especial atenção à prática das equipes de recenseadores, seus alcances e possíveis contingências e, desta forma, nos lançamos a investigar a percepção não apenas da equipe de coordenação do Censo, mas também da própria comunidade buscando fazer um contraste entre essas opiniões.

Verificamos a partir da pesquisa relatos de que a relação dos pescadores/as que participam do PEA PESCARTE com o IBAMA e Petrobras se tornou mais respeitosa e compreensiva a partir da ampliação da comunicação e engajamento das comunidades nos espaços de participação social promovidos por estas instituições. Houve reclamações por parte dos entrevistados da pesca em relação à descontinuidade de ações ou mudança de regras dos PEAs durante o seu desenrolar. Ainda sobre essa questão, ficou evidente que a continuidade do PESCARTE é um fator que aumentou a credibilidade das instituições ligadas ao LA junto às comunidades.

Em relação a outros PEAs, é sabido que o PEA PESCARTE não foi o primeiro a existir e, outros que foram descontinuados ou se afastaram das comunidades também trabalharam com Educação Ambiental crítica e deixaram sementes de mobilização social nas comunidades. A descontinuidade destes projetos ou mudança de regras durante sua existência foram pontos de críticas por parte dos entrevistados.

Neste eixo de descontinuidade e mudança de regras que ocorrem de cima para baixo, o Coordenador Técnico do Projeto PESCARTE evidenciou não ter certeza se haverá outros Censos, já que sua metodologia precisaria de no mínimo 3 Censos. Já a comunidade, respondeu que gostariam que fosse uma prática constante para a atualização dos dados referentes às suas condições existenciais. Fica evidente que o PEA PESCARTE não está isento de descontinuidade, corte de orçamento ou mudanças de regras durante o processo ou mudança de tamanho nos empreendimentos que cada comunidade aguarda.

Sobre a criação do Censo, o Coordenador Técnico do Projeto relatou que este foi inicialmente formulado enquanto um ato pedagógico de mobilização social, para abertura de campo e aproximação da equipe do PEA PESCARTE e comunidades por meio das constantes devolutivas dos dados das pesquisas realizadas. A afirmação foi corroborada pelas respostas dos nossos outros interlocutores das comunidades, que demonstraram engajamento, relataram que tiveram momentos reflexivos enquanto responderam ao questionário.

Em relação ao aspecto da mobilização, o Coordenador Técnico disse que o Censo poderia ser aludido enquanto a própria mobilização das comunidades de Pesca. A fala corrobora com o que foi respondido pela comunidade, que observou a movimentação, ajudando até mesmo a mobilizar e encontrar respondentes para conseguirem mais respondentes.

Podemos afirmar a partir desta análise que o Censo do Projeto de Educação Ambiental PESCARTE constitui um instrumento pedagógico de mobilização das comunidades de pesca artesanal atendidas pelo PESCARTE e forma de qualificação do debate público sobre si mesma e comparação com as demais comunidades. Embora nem tudo tenha saído como o planejado, a recepção e engajamento das lideranças locais e pessoas da pesca artesanal propiciou reflexões sobre suas realidades e construiu novas formas de se relacionarem e entenderem as instituições que fazem parte do processo educativo. Por fim, o objetivo principal do Projeto foi atendido, o fortalecimento da organização comunitária, que se reuniu para operar junto ao PEA e lutar por sua eficácia, assim como aparece na fala de pertencimento e posse do Censo de um dos pescadores entrevistados.

## 8. REFERÊNCIAS

- ABREU, Zina. **Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.** ARQUIPÉLAGO-Revista da Universidade dos Açores, p. 443-469, 2002.
- AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas.** Recife: Anpae, p. 28-33, 2018.
- ALVES, Caio Augusto Carvalho. **Dividir para controlar: o contexto de austeridade e controle sobre o currículo dos sistemas educacionais.** Educação Ambiental na Educação Básica: entre a disciplinarização e a transversalidade de temática socioambiental, p. 29-36, 2017.
- ANELLO, Lúcia de Fátima Socoowski de. **Os programas de educação ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução.** 190 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) -Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009.
- AVRITZER, L. **Impasses da Participação Política no Brasil,** 2008.
- BARCELLOS, Christovam; SALDANHA, Nathália. **O papel da informação e da comunicação em situações de emergência: a crise sanitária e humanitária no território Yanomami.** Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, v. 17, n. 1, p. 7-13, 2023.
- BASSO, Silvia Eliane de Oliveira. **O debate sobre a educação no Segundo Reinado e a reforma Leônicio de Carvalho de 1879.** Orientador: Sezinando Luiz Menezes, 2005.
- BEARD, M. "O SPQR: Uma História da Roma Antiga". Zahar, 2007.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** Nova Fronteira, 2014.
- BECKER, G. S. **Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education.** Chicago: University of Chicago Press, 1964.
- BECKER, Gary S. **Human capital and the economy. Proceedings of the American philosophical society,** v. 136, n. 1, p. 85-92, 1992.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; TEIXEIRA, Moema de Poli. **O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira:** uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000. 2004.

**BRASIL – Povos Tradicionais.** Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) Acesso em: 21 jun. 2023.

**BRASIL, 2009 Caderno de Licenciamento Ambiental.** Acesso em: 27 ago. 2022.

**BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: [URL]. Acesso em: 17 jan. 2022.

**BRASIL. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** Brasília – DF, 2003.

**BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).** Disponível:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 21 jun. 2023.

**BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri.** **Das Leis Orgânicas do Ensino à Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, de 1971: princípios filosóficos e políticos à luz de Rousseau. Educação & Linguagem, v. 16, n. 1, p. 221-247, 2013.

**BRITO ARDUINO, Luiz Guilherme.** **Análise Das Relações Dialógicas E De Poder Em Posts Do Perfil Design Ativista Sobre A Morte De Dom Phillips E Bruno Pereira.** Caminhos em Linguística Aplicada, v. 28, n. 2, p. 1-23, 2023.

**CAMARGO, A. P. R** **O Censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial.** ISSN: 2236-1782 Vol.22 nº 3. 2018.

**CAMPOS, Mauro Macedo; TIMÓTEO, Geraldo Márcio; ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de.** **A dinâmica da pesca artesanal na Bacia de Campos: organização social e práticas em economia solidária entre os pescadores artesanais.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 116, p. 71-102, 2018.

**CARDOSO, Douglas Nassif.** **Abolição: uma história de escravidão e do antiescravismo** [Resenha]. Caminhando, v. 18, n. 1, p. 207-211.

**CARDOSO, Ruth CL.** **Participação política e democracia.** Novos Estudos, v. 26, p. 15-24, 1990.

**CARVALHO, I. C. M.** **Educação Ambiental: A formação do sujeito ecológico.** Cortez Editora, 2014.

**CARVALHO, J. M.** **A Construção da Ordem: A elite política imperial.** Editora da UFMG, 2022.

**CASTELLS, Manuel.** **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e terra, 2005.

- CATROGA, F. **A educação do corpo: Medicina, ginástica e pedagogia (séculos XVI-XVIII)**. Editora Unesp, 2000.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Novamente, a revolução francesa**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 47, 2013.
- CORREIA, Lyndemberg Campelo. **Aspectos Hidrogeológicos da Bacia Sedimentar de Campos**. tese - UENF, 2020.
- COSTA, S. **Democracia e Participação: Teoria da Democracia Participativa e Deliberação Pública**, 2011.
- CUNHA, L. A. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Cortez Editora, 2010.
- CUNHA, Lucia Helena. Saberes patrimoniais pesqueiros. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 7, 2003.
- DAVIES, Nicholas. **FUNDEB: a redenção da educação básica?**. Educação & Sociedade, v. 27, p. 753-774, 2006.
- DELORS, J. (Org.). **Educação: Um Tesouro a Descobrir**. Unesco, 1996.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- DOURADO, L. F., & Oliveira, J. F. **A Política Educacional no Brasil no Século XXI: A LDB e o Plano Nacional de Educação 2001-2010**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, 27(1), 103-126, 2011.
- DRESCHER, Seymour. **A sociedade civil e os caminhos para a abolição**. História (São Paulo), v. 34, p. 29-57, 2015.
- DUAYER, M. **Movimentos Sociais na Sociedade Moderna**, 1994.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador 2: formação do Estado e civilização**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1993.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. Edusp, 1995.
- FAVAL, R. M. B., Machado, V. de F., & Machado, V. de F. **A Justiça Comunitária para a Efetivação da Proteção ao Meio Ambiente**. Revista Direito Das Políticas Públicas, 1(2), 92–110, 2020.
- FERRARO, Alceu Ravanello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. Cortez Editora, 2009.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, v. 29, n. 2, 2004.

FERRAZ, Miriam Olivia Knopik; MORAES, Fernando Henrique Pires Mocelin; VILLATORE, Marco Antônio Cesar. **O Trabalho Análogo Ao De Escravo No Brasil: Sistema De Proteção E A Manutenção De Arbitrariedades**. Revista Direitos Culturais, v. 15, n. 36, p. 93-130, 2020.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. **Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar**. Cadernos Cedes, v. 28, p. 333-355, 2008.

FREINET, C. **Pedagogia do Bom Senso**. Martins Fontes, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, v. 19897, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra, 2014.

FURTADO, Filipe. **Os Levellers: Pensamento e acção**. 1990.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas** (11<sup>a</sup> ed.). Ática, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 2016.

GASPARI, E. **A Ditadura Envergonhada**. Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada: as ilusões armadas**. Editora Intrínseca, 2014.

GOHN, M. G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Educação & Sociedade, 27(94), 335-353, 2006.

GONÇAVES, M & MESQUITA, P. **2º Censo da Pesca Artesanal na Bacia de Campos-RJ**, sua estrutura, potencialidades e possibilidades. (no prelo) Artigo aprovado a ser publicado. V Encontro Internacional – Participação, Democracia e Políticas Públicas. UFRN, Natal 2022.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Papirus Editora, 2004.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental Crítica**. Cortez Editora, 2007.

GREGORI, Juciane. **Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos**. Caderno Espaço Feminino, v. 30, n. 2, 2017.

- HAVEMAN, R., & WOLFE, B. **Schooling and economic well-being: The role of nonmarket effects**. Journal of Human Resources, 19(3), 377-407, 1984.
- HOBSBAWM, E. J. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HUMANOS, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Acesso em, v. 13, p. 175-196, 2015.
- IBAMA. **Nota Técnica nº 001/2010/IBAMA/DILIC/CGPEG**. Rio de Janeiro, 2010.
- JANNUZZI, Paulo; DE CARLO, Sandra. **Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI**. Bahia Análise & Dados, v. 28, n. 2, p. 6-27, 2018.
- KOPPER, Moisés. "O Censo é a Infraestrutura Informacional do País": O Censo de 2020 e as Controvérsias Tecnopolíticas de sua Implementação. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 59, 2023.
- KRISTELLER, P. O. **Renaissance Thought and Its Sources**. Columbia University Press, 1992.
- KUHLMANN JR, Moysés. **A educação infantil no século XX**. Histórias e memórias da educação no Brasil, v. 3, p. 182-193, 2012.
- LACAZ, Francisco Antonio de Castro; PORTO, Marcelo Firpo de Sousa; PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães. **Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco**. Revista brasileira de saúde ocupacional, v. 42, p. e9, 2017.
- LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. A. S. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. Cortez Editora, 2015.
- LAYRARGUES, P. P.; Lima, G. F. **Educação Ambiental Crítica: (Re)Encontros Possíveis**. Educação & Sociedade, 30(107), 449-475, 2009.
- LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. S. **Educação ambiental crítica e educação para a sustentabilidade: conceitos e desafios**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, 19(53), 143-154, 2015.
- LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Vozes, 2001.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. Cortez, 2013.

LIBANEO, José Carlos. **Tendências pedagógicas na prática escolar.** Revista da Associação Nacional de Educação—ANDE, v. 3, p. 11-19, 1983.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. São Paulo, v. 5, 2007.

Layrargues, Carlos Frederico et al. **Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire.** Cortez Editora, 2016.

MASSA, Monica. **Ludicidade: da etimologia da palavra à complexidade do conceito.** Aprender-Caderno de filosofia e psicologia da educação, n. 15, 2015.

MARCOCCI, Giuseppe. **Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada.** Teorias e modelos de discriminação no império português (ca. 1450-1650). *Tempo*, v. 16, p. 41-70, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2004.

MARQUES, Pâmela Marconatto. **Narrando Revoluções com os Pés no Haiti: A Revolução haitiana por Michel-Rolph Trouillot e outros intelectuais caribenhos.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 11, n. 3, 2017.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX.** Novos estudos CEBRAP, p. 107-123, 2006.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Capitalismo & escravidão e a historiografia sobre a escravidão nas Américas,** 2012.

MEJÍA, M. B. **Mobilização e Participação Política,** 2003.

MONIÉ, Frédéric. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. **Petróleo, royalties e região.** Rio de Janeiro: Garamond, v. 1, p. 257-285, 2003.

MONTALVÃO, Sérgio. **A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação.** Mosaico, v. 2, n. 3, p. 21-39, 2010.

MORAIS, Ana Radig Denne Lobão. **Oitiva de indígenas crianças vítimas ou testemunhas de violência: escuta especializada e depoimento especial.** InSURgênciа: revista de direitos e movimentos sociais, v. 9, n. 2, p. 187-204, 2023.

NUNES, Clarice. **A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira.** Cadernos de pesquisa, n. 93, p. 51-59, 1995.

NUNES, Ruy Afonso. **História da educação na Idade Média**. Editora Pedagógica e Universitária, 1979.

OLIVEIRA, Terezinha. **A Escolástica como Filosofia e Método de Ensino na Universidade Medieval: uma reflexão sobre o Mestre Tomás de Aquino**. Notandum, v. 16, n. 32, p. 37-50, 2013.

OLIVEIRA, Viviane S. **Licenciamento ambiental: história e legislação**. Caderno de Iniciação Científica, n. 2, 2005.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. **Por uma política da narratividade**. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade, v. 1, 2009.

PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar**. T.A. Queiroz Editor, 1991.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. In: A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. 1987.

PAIVA, Bianca Costa Azevedo. **Impactos ambientais em Unidades de Conservação: Parque Nacional de Anavilhas na visão dos profissionais envolvidos com a visitação**. Revista Brasileira de Ecoturismo (RBECOTUR), v. 12, n. 1, 2019.

PAULA, Cristiano Quaresma. **A expropriação da terra das comunidades tradicionais de pescadores artesanais**. Revista del CESLA, n. 23, p. 255-279, 2019.

PEREIRA, Eliana Alves et al. **A contribuição de John Dewey para a Educação**. Revista Eletrônica de Educação, v. 3, n. 1, p. 154-161, 2009.

POUBEL, Renata; SANTOS-JUNIOR, P. **A bacia de campos, os royalties e os trabalhadores: Uma análise da pendularidade na Região Norte Fluminense**. Proceedings of the XVI Seminário de Integração, Campos dos Goytacazes, RJ, Brazil. <https://seminariodeintegracao.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2018/02/A-Bacia-de-Campos.pdf>, 2017.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília: Ibama, 2005.

RABIL Jr., A. (Ed.). **Renaissance Humanism: Foundations, Forms, and Legacy**. University of Pennsylvania Press, 2018.

RESENDE, Alberto Toledo. **Atividade pesqueira artesanal como forma de trabalho, cidadania e resistência no contexto metropolitano: o caso do litoral leste metropolitano do Rio de Janeiro**. 2006.

RESENDE, Alberto Toledo et al. **O papel do Estado no controle territorial e sua relação com a estruturação da atividade pesqueira brasileira na Primeira República.** 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

ROSÁRIO, M. J. A., & de Melo, C. N. **A educação jesuítica no Brasil colônia.** Revista HISTEDBR On-Line, 15(61), 379-389, 2015.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Garamond, 2002.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** Editora Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Fabricio Lyrio. **A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos.** Revista Brasileira de História, v. 28, p. 171-195, 2008.

SANTOS AGUIAR, Nádia. A MATEMÁTICA DOS QUIPUS NA HISTÓRIA DA SOCIEDADE INCA. **Colóquio do Museu Pedagógico-ISSN 2175-5493**, v. 6, n. 1, p. 899-905, 2013.

SAUVÉ, L. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa.** Cortez Editora, 2005.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 43<sup>a</sup> ed. Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** Cortez Editora, 1983.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Editora Ática, 2007.

SAVIANI, D. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil.** Ciência & Educação (Bauru), 17(2), 331-345, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar.** Germinal: Marxismo e educação em debate, v. 5, n. 2, p. 25-46, 2013.

SCHMIDT, Ricardo Otto Rozza. **Caracterização espacial geológico-geofísica dos turbiditos eocênicos nos campos de Enchova e Bonito, Bacia de Campos-RJ,** 2016.

SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1320, 2005.

SERRÃO, Mônica Armond. **Remando contra a maré: o desafio da educação ambiental crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo**

**e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da terceira via.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SERRÃO, Mônica Armond. **Remando contra a maré: o desafio da educação ambiental crítica no licenciamento ambiental.** Encontro Pesquisa em Educação Ambiental-EPEA, v. 7, 2013.

SILVA, A. M. **Educação na Grécia Antiga: Um estudo sobre a paidéia em Atenas e Esparta.** Editora Unesp, 2007.

SILVA, José Marcos da et al. **Implicações bioéticas para o licenciamento ambiental de grandes empreendimentos no Brasil.** Saúde e Sociedade, v. 26, p. 811-821, 2017.

SILVA, Aracéli Girardi. **Tendências pedagógicas: perspectivas históricas e reflexões para a educação brasileira.** Unoesc & Ciência-ACHS, v. 9, n. 1, p. 97-106, 2018.

SILVA, Delcio Barros. **As principais tendências pedagógicas na prática escolar brasileira e seus pressupostos de aprendizagem.** Linguagens & Cidadania, 2000.

SIMONI, Karine. **Tradução e circulação dos conhecimentos médicos na Idade Média e no Renascimento: presenças e ausências das mulheres.** TRADUÇÃO, TRANSCULTURALIDADE E ENSINO: De Christine de Pizan à contemporaneidade, p. 45, 2022.

SOUTHERN, R. W. **The Making of the Middle Ages.** Yale University Press, 2001.

STAHL, Reni Luiz; SCHNEIDER, José Odelso. **As interfaces entre cooperativismo e economia solidária.** Ciências Sociais Unisinos, v. 49, n. 2, p. 197-206, 2013.

STEPHAN, P. (2012). **How economics shapes science.** Harvard University Press.

TEIXEIRA, Anísio. **Bases para uma programação da educação primária no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 80, n. 196, 1999.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política.** Revista brasileira de Ciência política, n. 3, p. 133-160, 2010.

TIMÓTEO, Geraldo Márcio. **Educação ambiental com participação popular.** 2019.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos,** 1948.

UNESCO. **Education for Sustainable Development Goals: Learning Objectives.** Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233059>, 2015. Acesso: 25 jul. 2023.

HOLLWECK, Trista. Robert K. Yin.(2014). **Case Study Research Design and Methods.** Canadian Journal of Program Evaluation, v. 30, n. 1, p. 108-110, 2015.

VASCOCELOS, Beatriz Ávila. **Educação oratória no De oratore de Cícero.** Letras Clássicas, n. 4, p. 179-190, 2000.

VEIGA, C. G. **Educação em Roma Antiga.** Revista Brasileira de História da Educação, 10(23), 45-61, 2010.

VON HOHENDORFF, Jean. A Produção Científica como Resistência às Políticas de Desmonte. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 11, n. 2, p. 1-2, 2019.

## APÊNDICE I - INFORMAÇÕES REFERENTES À PESQUISA



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO – UENF  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS  
SOCIAIS – PPGPS**

- O trabalho investigativo intitulado: “Censo PESCARTE enquanto instrumento pedagógico de mobilização social das comunidades de pesca artesanal da Bacia de Campos”, é parte integrante do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. O presente trabalho justifica-se por propor uma **investigação** de caráter qualitativo sobre a utilização do Censo do Projeto de Educação Ambiental (PEA) PESCARTE enquanto instrumento pedagógico de mobilização social. O Projeto supracitado segue diretrizes educacionais progressistas da macrotendência de Educação Ambiental crítica, atende a linha de organização comunitária como objetivo final e propôs até o momento da presente pesquisa a aplicação de um Censo no ano de 2014 e outro em fase de execução previsto para ser finalizado ao fim de 2023. Destaca-se, portanto, que o Censo foi pensado como instrumento de levantamento de dados sobre a vida das pessoas das comunidades de pesca artesanal atendidas, bem como instrumento de sensibilização e promoção de reflexão crítico-social para atuação na Gestão Ambiental Pública.
- Ressalta-se como objetivo geral: Descrever e analisar em que medida o Censo PESCARTE constitui um instrumento pedagógico para a mobilização social das comunidades de pesca artesanal da Bacia de Campos.
- Para realização da coleta de dados, far-se-á revisão bibliográfica, uso da técnica de entrevista semiestruturada com um roteiro previamente semiestruturado, posteriormente aplicado com a coordenação técnica do PEA PESCARTE, assim como dois líderes comunitários da comunidade de Pesca Artesanal.

- Na condição de pesquisador, eu, Rafael Moraes da Silva, Pedagogo, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, sob a orientação da Dra. Lílian Sagio Cezar, professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, me comprometo a oferecer qualquer esclarecimento tanto no ato da pesquisa quanto posteriormente a sua aplicação, pelos contatos: (22) 997248807 e e-mail: (rafaelisepam@gmail.com).

**Do consentimento do (a) entrevistado (a)**

Por estar devidamente informado (a) e esclarecido (a) de todos os aspectos desta pesquisa, eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de \_\_\_\_\_, residente no Município de \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_, concordo em participar desta pesquisa e declaro ter recebido cópia do presente termo de consentimento.

---

Assinatura do sujeito entrevistado

---

Assinatura do Pesquisador

Rafael Moraes da Silva

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023.

## APÊNDICE II - COORDENAÇÃO TÉCNICA



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO – UENF  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS  
SOCIAIS – PPGPS**

### ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pesquisa de Mestrado em amento: “Censo PESCARTE enquanto instrumento pedagógico de mobilização social das comunidades de pesca artesanal da Bacia de Campos”.

#### IDENTIFICAÇÃO

<b>Nome:</b>
<b>Instituição e/ou órgão atualmente vinculado:</b>
<b>Grau de formação:</b>
<b>Profissão:</b>

#### EIXO ESTRUTURANTE: CENSO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA

#### Subeixos

#### Parte I - Identificação

- 1- Fatores sociais acerca das comunidades da pesca artesanal foram observados para criação de um Censo, bem como a ideia de propor a realização do Censo da Pesca Artesanal.
- 2- O financiamento do Censo PESCARTE.
- 3- Finalidades do Censo PESCARTE da primeira e segunda fase.
- 4- O caráter pedagógico no Censo PESCARTE? Explique.

5- Um censo para a comunidade de Pesca poderia gerar um processo de mobilização social? Se sim, qual é o conceito utilizado para “Mobilização Social”?

## **Parte II A construção do Censo PESCARTE**

6- A construção do Censo.

7- Profissionais que participaram de sua construção? (induzir resposta sobre a importância dessas pessoas)

8- Quais são os blocos de perguntas criados?

9- Qual a importância dos blocos criados (que informação esses blocos buscam)?

## **Parte III Aplicação e resultados**

10- Sendo o PEA PESCARTE uma medida de mitigação conduzida pelo Ibama e financiada pela Petrobras (órgão licenciador e órgão financiador que decidiram quem ficaria e quem deixaria o território), como se deu a interação das comunidades de pesca com essas duas instituições, problematizar.

11- A receptividade por parte das comunidades procuradas em relação ao Censo.

12- As entrevistas promoveram algum tipo de reflexão a quem respondia as questões?

13- O que precisou ser corrigido durante a aplicação dos Censos.

14- Descoberta nos Censos aplicados que não previstos.

15- Do primeiro para o segundo Censo, o que precisou ser modificado?

16- O tamanho da amostra conquistada no primeiro censo e qual a meta para o segundo.

17- Haverá um terceiro Censo? Se sim com as mesmas metodologias?

## APÊNDICE III – COMUNIDADE



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO – UENF  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS  
SOCIAIS – PPGPS**

### **ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Pesquisa de Mestrado em amento: “Censo PESCARTE enquanto instrumento pedagógico de mobilização social das comunidades de pesca artesanal da Bacia de Campos”.

#### **IDENTIFICAÇÃO**

<b>Nome:</b>
<b>Instituição e/ou órgão atualmente vinculado:</b>
<b>Grau de formação:</b>
<b>Profissão:</b>

#### **EIXO ESTRUTURANTE: CENSO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA**

#### **Subeixos**

- a) História na pesca.
- b) Arte de pesca, como aprendeu.
- c) História na comunidade, chegada e permanência.
- d) Adversidades históricas na pesca.

#### **Histórico em PEAs**

- e) Participação em outros PEA (histórico e história de participação).
- f) Percepção da intervenção social realizadas por outros PEAs, entrada e saída do campo.
- g) Familiar ou conhecido que tenha trabalhado em regime CLT ou foi pesquisador de outro PEA, relatos de terceiros a respeito da experiência (pontos positivos e negativos).
- h) Pontos positivos e negativos deixado por PEAs extintos e atuantes, incluindo o Pescarte.

### **Experiência com e a partir do Censo PESCARTE**

- i) Lembranças do primeiro Censo (quando, onde e como).
- j) Convites após o Censo.
- k) A importância ou não do Censo da Pesca.
- l) Um Censo pode impactar a comunidade de pesca artesanal de alguma forma?
- m) Por qual motivo e como conscientizar a comunidade de pesca artesanal para participar de um Censo da Pesca?
- n) A adesão aos movimentos da Educação Ambiental pode mudar alguma coisa?

### **Reflexão Final**

- o) Há futuro para a pesca? Por quê?